

ANDERSON KAZUO NAKANO

DEDALUS - Acervo - FAU-PGR



20300009805

4 COHABs da zona leste de São Paulo: território, poder e segregação

*Dissertação apresentada à
Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade de
São Paulo - FAUUSP para a
obtenção de título de mestre.*

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marta Dora Grostein

defesa 03/10/02

**São Paulo
2002**

**BIBLIOTECA - FAUUSP
Pós-Graduação**

Dedico esta dissertação aos meus pais e irmãos.

AGRADECIMENTOS

Tenho lido muitos agradecimentos nas aberturas de trabalhos acadêmicos e de publicações. Como leitor, simplesmente passava os olhos pelo texto sem prestar muita atenção. Agora que me vejo concluindo esta dissertação e escrevendo esses agradecimentos, me dou conta do significado dessas linhas que ultrapassa a mera formalidade e traz para a memória a grande quantidade de pessoas que de várias formas, em diferentes momentos, me ajudaram no processo de trabalho. A todas essas pessoas o meu muito obrigado.

Agradeço à minha orientadora, professora Marta Dora Grostein, que marcou presença nos momentos decisivos orientando os trabalhos e, espero, compreendendo as minhas ausências nos momentos em que as energias se voltaram para outras paragens.

Agradeço à banca de qualificação composta pelas Prof^{as}. Dr^{as} Raquel Rolnik e Prof^{as}. Dr^{as}. Suzana Pasternak que forneceram importantes sugestões para o desenvolvimento do trabalho.

Agradeço aos amigos do Instituto Pólis e de toda a Equipe do Mapa da Exclusão/Inclusão Social, que me ajudaram a aprender e compreender muitas coisas e me possibilitaram viver importantes experiências profissionais: Raquel Rolnik, Aldaíza Sposati, Renato Cymbalista, Dirce Koga, Paula Santoro, Frederico Roman, Weber Sutti, Gilberto Câmara, Uirá Kayano, Antonio Miguel Vieira, Karin Matzkin, Veronika Paulics e Jorge Kayano.

À equipe técnica e administrativa do Instituto Pólis que vem criando cada vez mais boas condições para o trabalho e para a pesquisa.

Ao Patrick que me ajudou a buscar as informações nos arquivos da Companhia e me colocar em contato com os profissionais envolvidos com os conjuntos habitacionais.

À Marizi que muito gentilmente me forneceu dados sobre alguns moradores das COHABs.

Aos moradores do Barro Branco II e de todas as COHABs que lutam todos os dias por melhores territórios de vida enfrentando as brutalidades da cidade de São Paulo.

Agradeço especialmente toda a minha família por razões tão importantes e fundamentais que é impossível colocar no espaço dessa página.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar quatro grandes conjuntos habitacionais produzidos pela Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo - COHAB/SP localizados na zona leste do município de São Paulo.

As COHABs discutidas são: Sapopemba, Itaquera, José Bonifácio e Cidade Tiradentes. Essa análise parte de um entendimento dos processos urbanos como disputas sociais por localizações na cidade. Tais disputas são baseadas em jogos de poder que envolvem ações de controle e domínio sobre o espaço, responsáveis pela conformação dos vários territórios urbanos, inclusive as próprias COHABs. Procura comparar, a partir de indicadores extraídos do Censo Demográfico do IBGE, a realidade sócio-espacial das COHABs com o conjunto de distritos da zona leste paulistana e com o município de São Paulo como um todo. Mais do que uma justaposição horizontal, essa comparação entre as COHABs a partir dos dados censitários visa à verificação de concentração de características sociais que revelem particularidades segregatórias. A partir de fotos aéreas mostrando a área de cada COHAB em um momento antes e outro depois da implantação do empreendimento habitacional, verifica-se a sua relação com o processo de urbanização mais geral.

Por fim, a análise procura trazer a voz de algumas pessoas que estiveram diretamente envolvida em um violento processo de disputa territorial na cidade de São Paulo na última década. Trata-se de pessoas que moravam na favela junto ao córrego Águas Espaiadas, no Brooklin, próximo à avenida marginal ao rio Pinheiros, que foi removida para a passagem de um avenida construída para melhorar o acesso viário a uma parte da cidade onde as terras e os imóveis estão passando por um processo de valorização econômica por conta dos altos investimentos públicos e privados realizados nos últimos anos. As pessoas entrevistadas foram morar no conjunto habitacional Barro Branco II, parte da COHAB Cidade Tiradentes. As falas mostram as evidências da rede de relações de poder e contra-poder ativadas no processo de disputa sócio-territorial que move a máquina segregatória de produção do território urbano.

Palavras chave: São Paulo, zona leste, COHAB, território, poder, segregação.

ABSTRACT

The main objective of this work is to analyse some housing areas built by the Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo - COHAB/SP, located at the east zone of the São Paulo city.

The COHABs studied are: Sapopemba, Itaquera, José Bonifácio and Cidade Tiradentes. The starting point of the analyses is the urbanization process as a social fighting for places in the city, based on power games that encompass actions to occupy, control and dominate some spaces forming many urban territories, including the COHABs. We compare, using the indicators extracted from the census database, the social-spatial conditions in the COHABs with the group of districts in the east zone of São Paulo and with the city. More than a horizontal alignment, that comparison between the COHABs intend to verify the concentration of social characteristics that show the particularities of the social-spatial segregation. Using aerial photographs showing the areas where the COHABs are built, showing the situation before and after the construction of the houses, we can verify their relationship with general urbanization process in the periphery.

Finally, the analyses bring the voices of the people who were involved in a violent process of territorial fighting in the São Paulo city during the last decade. Those people lived in a favela, located near to the Águas Espraiadas stream and to the marginal Pinheiros avenue, in the neighbourhood of Brooklin, which was removed to open space to a new avenue built to improve the acces to a part of the city where many public and private investments have being made to develop the area. The speechs show the evidences of the power relations net and its opositions activated in the social-territorial fighting that turn the segregatory machine on functioning in the urban territory production.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	3
RESUMO.....	4
ABSTRACT	5
INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I – REDE, TERRITÓRIO, PODER E SEGREGAÇÃO	14
A CIDADE COMO UM SISTEMA RETICULADO DE CONEXÕES	14
A CIDADE-REDE COMO ATO DO PODER SOBRE O ESPAÇO NA CONSTITUIÇÃO DE ESPAÇOS DE PODER	20
O PODER E A CONSTITUIÇÃO DO TERRITÓRIO	28
MOSAICO DE MORADIAS E AS LUTAS PELO ESPAÇO URBANO	35
SEGREGAÇÃO ESTRUTURAL NA CIDADE DE SÃO PAULO	46
CAPÍTULO II - A PRESENÇA DO ESTADO NA URBANIZAÇÃO PERIFÉRICA	70
COHABs ENTRE A CAUSA SOCIALISTA E O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA PERIFÉRICO	70
AS COHABs COMO A PRESENÇA DO ESTADO NA PERIFERIA DE SÃO PAULO	83
O ESTADO DAS ESTATÍSTICAS	98
AS COHABs MARCANDO PRESENÇA FÍSICA NA PERIFERIA	115
CAPÍTULO III - DISCIPLINA E PODER NAS COHABs	128
CONDOMÍNIOS E DISCIPLINAMENTO NAS COHABs	128
DA FAVELA AO CONDOMÍNIO	140
CONSIDERAÇÕES FINAIS	155
BIBLIOGRAFIA	161
ANEXO DO CAPÍTULO II	167

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Município de São Paulo e Região Metropolitana de São Paulo - Crescimento populacional - 1872-1996	51
Tabela 02 - Conjuntos habitacionais produzidos pela COHAB-SP na zona leste do município de São Paulo - 2002.....	90
Tabela 03 - Estrutura de custos de apartamentos da COHAB-SP - 1983 - %.....	94
Tabela 04 - COHABs da zona leste - População e domicílios totais e número de pessoas por domicílio - 1991	105
Tabela 05 – MSP, ZL, COHABs – Chefes de família sem rendimentos - 1991..	106
Tabela 06 – MSP, ZL, COHABs – Chefes de família com 3 a 5 salários mínimos - 1991	107
Tabela 07 – MSP, ZL, COHABs – Chefes de família com mais de 20 salários mínimos - 1991.....	108
Tabela 08 – MSP, ZL, COHABs – Mulheres chefes de família - 1991	109
Tabela 09 – MSP, ZL, COHABs – Mulheres chefes de família não alfabetizadas - 1991	109
Tabela 10 – MSP, ZL, COHABs – Chefes de família sem instrução e com menos de 1 ano de estudos – 1991.....	110
Tabela 11 – MSP, ZL, COHABs – Chefes de família com mais de 15 anos de estudos - 1991.....	110
Tabela 12 – MSP, ZL, COHABs – Domicílios com acesso precário à água - 1991	111
Tabela 13 – MSP, ZL, COHABs – Domicílios com acesso precário à rede coletora de esgoto - 1991.....	112
Tabela 14 – MSP, ZL, COHABs - Domicílios com coleta de lixo precária - 1991	112
Tabela 15 – MSP, ZL, COHABs - População com mais de 65 anos - 1991	113
Tabela 16 – MSP, ZL, COHABs - População com mais de 5 anos alfabetizadas - 1991	114

INTRODUÇÃO

Era mais um dia de céu claro do ano de 1977. Depois de dirigir seu carro pelas longas e tortuosas ruas e avenidas em uma viagem de quase duas horas, saindo do centro de São Paulo e dirigindo para a distante periferia do município, jornalista e fotógrafo do jornal “Diário Popular” estavam percorrendo os espaços monótonos e um tanto árido do conjunto habitacional Prestes Maia¹, localizado no distrito de Guaianases, nos extremos da porção Leste do município, quase na divisa de São Paulo com Ferraz de Vasconcelos.

Estavam preparando a segunda matéria sobre esse conjunto habitacional que havia sido focalizado na matéria publicada no mesmo jornal, a dois meses atrás, no dia 6 de fevereiro do mesmo ano de 1977.

Na primeira matéria, o conjunto habitacional Prestes Maia havia sido caracterizado como “recuperado” pela recém reestruturada Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo, sob a presidência do engenheiro José Celestino Borroul. Com o título “Conjuntos da COHAB são Recuperados”, a primeira matéria afirma que “o conjunto de Guaianases foi entregue aos seus proprietários com a infraestrutura essencial, como abastecimento de água, energia elétrica, ruas com guias e calçadas etc., como exige o BNH para autorizar os empréstimos necessários para a construção de qualquer alternativa habitacional” (Diário Popular, 6 de fevereiro de 1977).

A matéria que o jornalista estava elaborando era uma espécie de averiguação *in loco* das informações enviadas pela COHAB à redação do jornal, as quais foram utilizadas para escrever aquela primeira matéria do dia 6 de fevereiro. Compreendendo que “ir para ver” é a regra básica quando o assunto é cidade, o jornalista quis verificar as condições de vida das mil famílias que habitavam o Prestes Maia a dois anos. Encontrou uma realidade completamente diferente da descrita pela COHAB/SP.

Caminhando pelas calçadas onde o lixo enfiado em sacos plásticos pretos e em latas sujas e amassadas se acumulava aos montes, o jornalista e o fotógrafo se depararam com uma fila de mulheres e crianças junto a um caminhão pipa. Todos carregavam baldes de

¹ Hoje esse conjunto habitacional faz parte da COHAB Cidade Tiradentes analisada neste trabalho.

plásticos ou de alumínio onde recolhiam a água que saía de baixo do caminhão em um jorro forte. Algumas mulheres seguravam o balde com uma mão e com a outra sustentava o filho pequeno, invariavelmente sem camisa, dado o calor intenso do final de verão e, possivelmente, à situação de penúria que dificultava a obtenção de bens b'sicos de consumo.

Sob o sol do meio dia que aquecia a terra vermelha que desprendia uma poeira fina nos grandes terrenos desocupados, o jornalista anotava em seu pequeno bloco que a “água continua sendo o principal problema da região e a causa de muitos abortos, já que as donas-de-casa têm se submetido a cargas excessivas para abastecer suas famílias. O lixo continua nas praças e os armazéns, recentemente instalados, cobram o dobro do permitido pela SUNAB. Só o que mudou foi o setor de transportes: passados dois meses da nossa visita, paga-se um cruzeiro a mais na condução diária. São quatro cruzeiros e cinquenta (sic) centavos. Transporte especial para uma população de baixa renda” (Diário Popular, 18 de abril de 1977).

Concluindo o texto da matéria com um tom bastante irônico, o jornalista sugere que a solução para o aumento das tarifas de ônibus é o desemprego, o qual deixaria as pessoas em casa, sem precisar se deslocar para o trabalho, economizando o dinheiro das passagens.

Ironia à parte, deve-se considerar a sugestão do jornalista, aparentemente absurda, como uma indicação do que há de mais grave na precária condição de vida dos moradores dessa COHAB: o relativo confinamento em um território habitacional praticamente isolado, desintegrado das porções mais consolidadas da cidade.

A principal motivação que levou à escolha desse tipo de habitação como objeto de estudos foi o desejo de compreender um pouco mais a realidade desses conjuntos habitacionais destinados à população de baixa renda cujo início de ocupação se deu de forma quase dramática. Para a realização desses estudos selecionei 4 COHABs da zona leste do município de São Paulo: Sapopemba, Itaquera, José Bonifácio e Cidade Tiradentes para coletar alguns dados e desenvolver as análises. A escolha foi orientada por dois fatores. De um lado considerei as características físicas marcadas pela grande dimensão e pela forte presença dos prédios de apartamentos com uma morfologia peculiar que marca a paisagem urbana local. De outro lado levei em conta o tempo de entrega das unidades habitacionais

que necessitava ser anterior ao Censo Demográfico do IBGE realizado no ano de 1991. As COHABs Sapopemba e Itaquera foram entregues no final da década de 1970 e começo da década seguinte, a COHAB José Bonifácio foi entregue na década de 1980 e a COHAB Cidade Tiradentes foi entregue, em sua maior parte, no final da década de 1980. No começo da década de 1990 muitas unidades foram comercializadas nessa última COHAB.

Esses tipos de conjuntos habitacionais produzidos pelo poder público segundo a política do BNH implementada após a década de 1960 constituem objetos de estudos já bastante analisados pelo meio acadêmico. Em um levantamento bibliográfico inicial, tentando estabelecer um mapa preliminar das abordagens sobre as COHABs, verifica-se a existência de um rol de enunciados sobre o problema.

Em uma das análises é ressaltada a questão da segregação sócio-espacial presente na localização desses conjuntos (VALLADARES, 1981). Aquela autora critica o programa público de desfavelamento implementado na cidade do Rio de Janeiro que removeu a população favelada destinando-a para os conjuntos habitacionais construídos na periferia distante. Chama a atenção para o papel político da produção segregada da habitação popular que serve como mecanismo de controle e dominação social.

Outros estudos giram em torno das questões sociais, políticas e econômicas, dos jogos de interesses, das relações de forças desiguais, de poder e das dinâmicas que atravessam os processos de produção pública da habitação popular no período do SFH e do BNH (MARICATO, 1984; FARAH, 1983; BOLAFFI, 1975, 1984 e 1985).

Levantando algumas questões políticas sobre as precárias condições de trabalho no canteiro de obras do grande conjunto habitacional Itaquera II / III (José Bonifácio) produzido pela COHAB-SP, discute-se a ausência de uma política de formação da mão-de-obra de modo a qualificá-la e integrá-la socialmente face às novas técnicas construtivas aplicadas na construção do conjunto (TAVARES, 1987).

Em campo semelhante de análise, porém sem a ênfase política, tem-se o trabalho inventariando as técnicas construtivas utilizadas pela COHAB-SP na produção dos seus conjuntos habitacionais (TARALLI, 1984). Nesse último estudo são enfocados, em diferentes conjuntos, os níveis de semi industrialização dessas técnicas descrevendo a

mecanização na produção e montagem de alguns componentes dos edifícios como o uso de formas metálicas para moldar lajes e painéis de vedação usadas junto com técnicas mais tradicionais.

Uma análise do cotidiano no conjunto habitacional produzido pela Companhia Habitacional de Ribeirão Preto - COHAB-RP é feita segundo o método semiológico que permite captar, através de fotografias e entrevistas, a valoração positiva ou negativa sobre os espaços tidos como públicos no projeto inicial, tanto no interior quanto nos arredores do conjunto, através da perspectiva dos próprios moradores (STECHHAN, 1990).

Utilizando a referência teórica de Henri Lefebvre é feita uma análise em torno das concepções do projeto do grande conjunto habitacional Itaquera I e as manifestações cotidianas e políticas dos seus moradores captadas através dos seus relatos coletados em entrevistas. A autora ressalta, na conclusão do trabalho, o esforço dos moradores dessa COHAB na apropriação dos espaços transformando-os em lugares de vida indo além de uma simples sujeição à ordem imposta pela organização projetada e planejada. O contraponto entre a imposição de uma certa ordem espacial e as apropriações sociais tácticas constitui o eixo desse trabalho (DAMIANI, 1993).

Há ainda trabalhos que elaboram avaliações pós-ocupação de alguns conjuntos habitacionais a partir de variáveis físico-constructivas, condições de habitabilidade e dados sócio-econômicos dos seus usuários. Essas informações são sistematizadas em planilhas e histogramas que facilitam a comparação entre elas. Nessas avaliações contrapõe-se informações técnicas com as opiniões emitidas pelos próprios moradores. Evidenciam a ocorrência de problemas constructivos nos prédios e na infra-estrutura urbana que se somam à baixa qualidade de conforto ambiental nos períodos quentes e frios redundando na baixa satisfação dos moradores que se queixam da falta de privacidade e dos conflitos com os vizinhos (ATTADIA DA MOTTA, 1973, 1975; LOUREIRO, ALUCCI e CARDIA, 1989).

Finalmente, tem-se os estudos que analisam a inserção dos conjuntos habitacionais, entendidos como uma modalidade particular de espaço urbano, na estrutura da cidade e na malha viária (MORENO, 1991; GOIS, 1983; FERNANDES, 1983; CARVALHO, 1986; LIMA, 1980).

Como se pode ver nessa síntese de alguns trabalhos sobre os conjuntos habitacionais, essa modalidade de moradia é estratégica para entender vários aspectos da “questão urbana” brasileira. Como espaço urbano produzido pelo “Estado Capitalista”, as COHABs levantam uma relação problemática entre habitação e sociedade. As COHABs já foram, com razão, severamente criticadas como instrumentos de manobra política que serviu para controlar a classe trabalhadora e como os lugares segregados da moradia operária e do *exército industrial de reserva* do desenvolvimentismo brasileiro.

O presente trabalho procura discutir essa relação entre habitação e sociedade a partir das relações de poder constituintes do processo de formação territorial. Para essa tarefa organizei os conteúdos da dissertação segundo um plano simples.

No primeiro capítulo procuro precisar os conceitos de rede, território, poder e segregação, interligados entre si, que ajudam no entendimento da cidade, e dos seus espaços habitacionais, como campo de força dos jogos de poder. Essa discussão teórica se desenvolve visando entender e sistematizar algumas referências para analisar os significados sócio-políticos do território, indo além da dimensão físico-espacial, desdobrando uma idéia da cidade como um campo de disputas de interesses atravessadas pelos exercícios do poder compreendido como interações e "atritos" entre redes de relações que se chocam, se complementam, criando, destruindo e transformando as realidades da cidade.

No segundo capítulo procuro discutir a presença do Estado na urbanização periférica. Destaco, nessa discussão uma presença estatal nos territórios urbanos que não é muito óbvia: o Estado produtor de informações sociais. Utilizo um exemplo dessas informações, algumas variáveis do Censo Demográfico do IBGE de 1991, para construir um olhar sobre os territórios das COHABs a partir dos dados quantitativos que indicam algumas características das condições de vida e dos moradores que se encontravam nessas COHABs no início da década de 1990. Esse olhar é complementado por uma série de imagens produzidas a partir de fotos aéreas dos trechos onde as COHABs Sapopemba, Itaquera, José Bonifácio e Cidade Tiradentes se implantaram. Essas fotos foram produzidas em momentos diferentes: antes e depois da implantação dos conjuntos. Fica evidente a precedência dos loteamentos clandestinos abertos e semi ocupados em períodos que antecedem a implantação dos conjuntos. Essa evidência nos permite colocar em questão o

argumento que apresenta exatamente o contrário, isto é, nos permite discordar parcialmente da afirmação que apresenta as COHABs sendo construídas em áreas completamente sem ocupação urbana induzindo assim a expansão periférica, "puxando" os loteamentos clandestinos. Podemos discordar somente em parte dessa colocação já que, no caso da COHAB Cidade Tiradentes, se verifica realmente o empreendimento habitacional gigantesco construído em meio às matas induzindo o crescimento de loteamentos clandestinos e o surgimento de inúmeras favelas.

No terceiro e último capítulo procuro focalizar um pouco mais a análise sobre as COHABs. Nesse capítulo entro em contato com o conjunto Barro Branco II que faz parte da COHAB Cidade Tiradentes. Escolhi esse pedaço da maior COHAB da zona leste para focalizar minha análise por dois motivos. Um foi a disponibilidade de informações. A atual administração da prefeitura de São Paulo (2000 – 2003) está desenvolvendo um trabalho de regularização da situação de um grupo de moradores do Barro Branco II partindo de um diagnóstico prévio. Outro motivo que levou à essa escolha foi a leitura do livro escrito por Mariana Fix que mostrou a remoção da favela Jardim Edith, junto ao córrego Águas Espriadas, no quadrante centro-sudoeste da cidade. Fix descreve, em vários momentos, a transferência de um grupo de moradores justamente para a COHAB Barro Branco II nos extremos da zona leste. Se Mariana Fix nos apresenta vivamente a história da saída, o interesse aqui é esboçar a história da chegada e com isso montar a peça desse moto aparentemente contínuo da segregação e da exclusão sócio-espacial da cidade de São Paulo.

CAPÍTULO I – REDE, TERRITÓRIO, PODER E SEGREGAÇÃO

Neste capítulo procuro precisar as bases conceituais do trabalho discorrendo sobre os atributos da rede e os conceitos de território, poder e segregação como bases da dinâmica urbana. O objetivo é compreender tais conceitos para utilizá-los nas análises sobre a cidade e seus territórios compreendidos como uma rede de relações de poder, as áreas habitacionais como produtos de relações de forças e disputas sociais e as moradias das COHABs, localizadas na zona leste de São Paulo, como dispositivos do poder disciplinatório.

A CIDADE COMO UM SISTEMA RETICULADO DE CONEXÕES

Em uma conferência sobre a arquitetura moderna e pós-moderna, o filósofo alemão Jürgen Habermas declara que “as aglomerações urbanas emanciparam-se do velho conceito de cidade, ao qual no entanto se apega o nosso coração” (HABERMAS, 1992: 145).

Nessa afirmação, Habermas baseia-se na idéia de que “o mundo da vida urbano se encontra cada vez mais mediatizado por *conexões sistêmicas não configuráveis*” (ibid. – grifo no original).

Nessa constatação meramente indicativa, está presente um grande desafio: compreender o “mundo da vida urbano” contemporâneo emancipado do “velho conceito de cidade”. Para ensaiar uma discussão sobre essa questão, como um esforço para constituir referências que ajudem nas análises posteriores, podemos compreender as “conexões sistêmicas não configuráveis” como uma rede de relações, as mais variadas, que povoam o “mundo da vida urbano”.

Nesse sentido, o desdobramento das características da rede pode ser utilizado para compreender a cidade contemporânea, mais particularmente a sua dimensão territorial. Assim como a rede, o território é fundamentalmente relacional, constituído a partir dos processos de apropriação do espaço pela sociedade. Ambos se constituem a partir de um exercício do poder que se coloca como estratégia imposta de dominação e controle sobre um espaço e aqueles que nele existem. Ambos se definem a partir de interações entre lugares diferentes constituídos por práticas e operações espaciais.

Quando pensamos em rede logo imaginamos uma malha quadriculada feita de linhas paralelas e perpendiculares entre si, cruzadas em diferentes pontos mais ou menos eqüidistantes.

A rede de um pescador concretiza perfeitamente essa imagem. Linhas atadas a outras linhas formando uma retícula e conformando uma superfície vazada pontuada por uma série de nós.

Já a rede de deitar, dormir e descansar, aquela que prendemos nas nossas varandas, nos nossos quintais, entre dois ganchos fixos na parede ou entre duas árvores, é algo completamente diferente. Mesmo sem configurar uma trama, a rede de dormir contém um importante princípio reticular: a conexão entre dois pontos, a criação de um espaço na relação, um espaço no meio, um espaço móvel no entre-meio. A rede de dormir pode ser levada para diferentes lugares e atada em outros pontos. Pensar no pequeno período de descanso deitado em uma rede que balança suavemente de lá para cá transmite claramente a condição reticular: existir nas relações entre elementos, entre processos, entre agentes. Desse modo, a condição reticular é fundamentalmente intersticial. Essa é também a condição territorial.

Na contemporaneidade, a idéia de “rede” está presente no dia a dia da sociedade. É mencionada nos meios de comunicação de massa e nas falas de diversos outros agentes sociais. A palavra “rede” é largamente utilizada para designar, por exemplo, o conjunto de emissoras de televisão; as várias articulações entre entidades governamentais e não-governamentais, nacionais e internacionais; os estabelecimentos comerciais como supermercados, hipermercados e franquias de um mesmo grupo empresarial, espalhados pelos mercados consumidores mundiais; ou ainda as redes do crime organizado, particularmente dos narcotraficantes transnacionais. Cada uma dessas redes são reconhecidas pela marca, nome, logotipo, produtos, ações e acontecimentos disseminados nos noticiários, no mundo da publicidade, nas paisagens urbanas e presente na mente de bilhões de pessoas. Um dos emblemas da rede contemporânea é a rede da informações que interliga telas catódicas também espalhadas em todos os quadrantes do planeta. A rede de informações conectada por cabos, fibras óticas e satélites tem criado uma espécie de envoltória mundial que alimenta o intenso mercado financeiro, os noticiários, a internet e

os sistemas transnacionais de produção e distribuição de mercadorias com dados, mensagens, decisões.

No campo dos estudos urbanos tornou-se comum pensar as cidades a partir das suas inserções na rede urbana regional, nacional e internacional. Saskia Sassen e Manuel Castels são dois autores que tem se detido nas análises sobre o papel das redes urbanas na economia desse início de milênio. No Brasil, foi realizado um estudo sobre a "Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil" (IPEA/UNICAMPO/IBGE, 1999) que procurou mapear as relações entre as cidades brasileiras identificando níveis hierárquicos e polarizações a partir do papel econômico desempenhado pelos municípios, aglomerações urbanas e metrópoles.

Como definir a noção de "rede" em meio a todas essas referências?

A análise sobre os atributos da rede exposta a seguir se vale largamente da leitura do livro *A rede e o infinito – Ensaio de antropologia filosófica e estratégica* escrito por Philippe Forget e Gilles Polycarpe (1997). Esse livro é organizado em duas partes. A primeira trata da "genealogia da rede" na evolução das cidades, das ciências e da técnica e a segunda parte analisa a "polemologia da rede", isto é, "a ciência da guerra, causas e efeitos das guerras", em operação nas estratégias empregadas nas relações da economia mundial, nos jogos de guerra e nos processos de luta e dominação entre grupos, povos, etnias e grandes empresas corporativas transnacionais.

Nos interessa prioritariamente compreender a genealogia urbana e as características reticulares do poder e da dominação. Com relação à genealogia urbana da rede, é importante considerar os componentes que constituem o sistema de conexões em uma cidade. Forget e Polycarpe denominaram tais componentes como "patrimônio móvel" e "patrimônio estável".

"Um, o patrimônio móvel, agrupa todos os bens que devem circular para conservar a vida ou produzir riqueza. (...) O outro, o patrimônio estável, é composto por bens cuja natureza ou estatuto não os destinam a ser postos em movimentos" (FORGET & POLYCARPE, 1997: 36)

Nas redes constituídas na cidade, o primeiro patrimônio se efetiva e adquire sentido somente na circulação, em movimento, nos processos de trocas e intercâmbios. Podemos pensar em todo o sistema monetário, no comércio de mercadorias móveis, inclusive a força de trabalho, na informação e em todos os fluxos que estabelecem relações dinâmicas entre as pessoas e os seus lugares no “mundo de vida urbano”.

O segundo patrimônio é a infra-estrutura reticular, isto é, a base material que cria condições para as operações no sistema de conexões e intercâmbios entre essas pessoas e lugares da cidade. No fundo, o conjunto desse patrimônio estável infra-estrutural forma o sistema de objetos que colonizam o “mundo da vida urbano” definindo tanto as condições de movimento para aquilo que é mobilizável quanto as condições mais gerais da existência coletiva e individual.

Em suma, a cidade compreendida como um sistema dinâmico de conexões e intercâmbios entre pessoas e lugares, é colonizada por uma grande densidade de relações e uma série imensa de bens materiais e imateriais em movimento, trocados em condições determinadas pela infra-estrutura de transmissão e de comunicação desses bens.

As relações que ocorrem em uma cidade são das mais diversas ordens. Ocorrem tanto nos processos de produção do território urbano quanto na apropriação, funcionamento, controle e disputas envolvidos na utilização social desses territórios. Na cidade, tanto a produção quanto a apropriação territorial se baseiam em relações de poder.

As relações de poder e dominação se valem de alguns princípios do funcionamento reticular. São princípios que produzem intercâmbios e geram conflitos criando e transformando realidades simultaneamente. Forget e Polycarpe identificam 6 parâmetros desse funcionamento:

- 1) reversibilidade;
- 2) compacidade;
- 3) deslocalização;
- 4) modularidade;

- 5) holismo reticulado e
- 6) velocidade.

Em uma rede, a reversibilidade de movimentos e relações faz com que sejam possíveis várias mudanças de direções em função das oportunidades e oposições que aparecem pelo caminho. Os movimentos e conexões reticulares nunca são unidirecionais. Variam de acordo com as possibilidades de intercâmbios com outros agentes, em outros lugares, ou por causa da ameaça representada por outra rede mais poderosa.

A compacidade reticular é determinada pela densidade de movimentos e de conexões. Quanto maior essa densidade, mais compacta será a rede. Segundo a “lei de densidades”, as redes mais densas capturam e incorporam em si as redes menos densas de movimentos e relações próprias. Esse é um processo fundamental de disputas que se valem de estratégias e táticas visando a eliminação da rede oponente seja através da sua incorporação, seja através da sua desagregação.

Entretanto, esse princípio de funcionamento reticular não opera somente no sentido da destruição. Pode reverter em produção de novas redes. Se há um aumento no volume de fluxos, novas redes são criadas. Isso significa que as zonas mais dinâmicas, com maior densidade de relações, trocas, mobilidade, conexões e intercâmbios, podem tanto subordinar as zonas onde essas densidades são menores, incorporando-as ou desagregando-as, quanto gerar novas realidades reticulares.

Esse segundo processo define uma “estrutura expansiva” que pode gerar uma “organização policentrada”. O movimento de captura e incorporação de uma rede por outra promove encaixamentos por módulos. Quando um conjunto de conexões e intercâmbios se encaixam em outro conjunto, está acontecendo um processo de modulação que promove rearranjos internos nos conjuntos pré-existentes e em todo o conjunto resultante.

A tendência expansiva da rede dirigida pela “lei de densidades” mencionada anteriormente é definidora da dinâmica de rearranjos nas relações e ligamentos entre diferentes lugares de uma cidade, entre diferentes partes de uma rede. Promove tanto o descentramento quanto o policentrado na estrutura reticular. A essa tendência denominamos holismo reticulado. Ou seja, a relação entre as partes e o todo na rede.

A efetivação dessa relação pode ser com maior ou menor velocidade, dependendo da agilidade no rearranjo de conexões. A essa velocidade expansiva de uma rede, soma-se sua velocidade interna, que também pode ser mais ou menos acelerada dependendo da capacidade de mobilidade dos “patrimônios móveis” descritos acima. A velocidade interna de uma rede está ligada à densidade de fluxos, trocas e intercâmbios em curso no seu interior. Quanto mais densa, mais intensas são as relações e, portanto, mais velozes.

Obviamente, todo esse funcionamento reticular opera em conjunto. Os processos de reversão, compactação (adensamento), deslocamento, modulação, holístico (expansão) e de aceleração (velocidade) atuam interferindo uns nos outros. São processos que ocorrem tanto no interior de uma determinada rede, condicionados por suas relações internas, quanto em relação a outras redes, condicionados pelas relações entre conjuntos de relações reticulares. No limite, todos esses funcionamentos formam um dispositivo que serve, basicamente, para o controle do lugar e daquilo que se encontra em seu âmbito.

Transpondo o funcionamento reticular para o contexto urbano percebe-se que há uma coincidência fundamental entre a rede e a cidade, a tal ponto que podemos falar em cidade-rede. O funcionamento da rede explica em boa parte o que entendemos imprecisamente como “dinâmica urbana”. Na cidade, as reversões, redirecionamentos, compactação, adensamento, rarefação e expansão das relações ocorrem todos os dias nos processos econômicos, políticos e culturais. Todos os dias essas relações são redefinidas em novos arranjos, constituindo novos territórios, apesar do espaço físico aparentemente continuar o mesmo.

No espaço territorial da cidade as práticas do poder e do “micropoder”, feito de relações tecidas pelos intercâmbios sociais e entre lugares, submetem e destroem redes existentes e produzem novas redes.

Desse modo, o território da cidade-rede constituído a partir de ações reticulares de reversibilidade, adensamento, expansão e modulação dos espaços operando em diferentes velocidades, em diferentes acelerações e ritmos, torna-se um território dinâmico de interações entre forças sociais atuantes em rede. Tais ações são praticadas na competição econômica, nos jogos de poder e na disputa espacial pelo controle e domínio territorial e temporal. Nessa dinâmica, a cidade-rede surge “como uma constelação de nós (lugares)

produtivos e distributivos (...) que malham intervalos percorridos por (bens) móveis (...) que representam valor e que produzem uma densidade de movimento em constante crescimento, sob pena de serem absorvidos por uma rede cuja densidade de movimento seja mais elevada” (FORGET & POLYCARPE, 1997: 104).

Desse modo, o urbano torna-se um amplo campo de operações reticulares baseadas na produção de relações condicionadas pelos processos de constituição territorial envolvendo disputas pelos espaços urbanos que afetam profundamente a vida daqueles que vivem nesses territórios.

A CIDADE-REDE COMO ATO DO PODER SOBRE O ESPAÇO NA CONSTITUIÇÃO DE ESPAÇOS DE PODER

A cidade, enquanto um conjunto de relações, é uma rede no sentido apresentado anteriormente. Como produto social de ações coletivas, a cidade funda-se sobre a vontade “humana, demasiado humana”, de apropriação e domínio sobre os espaços do mundo num jogo de poder que envolve aqueles que vivem nesses espaços.

A rede, a serviço dessa “vontade de potência”, constitui-se em uma estratégia de “comunicação entre pontos pertencentes a espaços heterogêneos (...) de trocas (e disputas) entre lugares (pessoas e grupos sociais) estranhos” (FORGET & POLYCARPE, 1997: 15).

Observando rapidamente o mapa viário da cidade de São Paulo, temos diante dos olhos a figura de uma rede, uma trama de linhas traçadas em todas as direções, inter-cruzadas em vários pontos diferentes, linhas retas e curvas. Esses traços, representando ruas, avenidas, estradas, ferrovias, metrovias, rodovias, vielas e passagens nada mais fazem do que colocar em comunicação, “pontos pertencentes a espaços heterogêneos”. São ligações que compõem uma rede, uma rede viária da cidade que se estende no espaço dominando-o e subjugando-o segundo as ordens do poder humano sobre a natureza objetivando as medidas de um empreendimento faustico.

O processo de construção da cidade de São Paulo, desde o seu início, é um ato reticular constituído por agenciamentos de relações cuja finalidade é basicamente controlar e artificializar, poderíamos dizer culturalizar e urbanizar, os elementos da natureza distribuídos nos campos do Piratininga.

A concretização da cidade é um ato de poder exercido em intervenções que procuram transformar e construir novas realidades físico-espaciais segundo a engenhosidade humana. É também, simultaneamente, um ato de dotação de uma “unidade de sentido” ao espaço tornando-o reconhecível a partir de um ordenamento sistemático de signos referidos aos objetos distribuídos pelos lugares.

Na cidade, o “agir reticular” coordena a produção do espaço urbano nessas duas ordens: de um lado interfere concretamente sobre a natureza, dominando os espaços, delimitando lugares e formando territórios, de outro lado, ao construir os “lugares-signos” definindo situações urbanas legíveis a partir do sistema de códigos culturais, erige sentidos socialmente reconhecíveis.

Reticular o espaço na constituição de territórios é “um acto de apropriação que tende para a segurança de um movimento reiterável, reversível” (ibid.: 26).

Trata-se de um ato que busca controlar o movimento no espaço para garantir a segurança no tempo. Para esses atores, como “condutora de ocupação ou de predação espacio temporal, a rede orienta, guia e canaliza móveis que, confiando nela, obedecem aos seus sinais, códigos e ligações para chegarem a bom porto” (ibid.: 27).

Dessa maneira, o ato de reticular o espaço constitui uma “técnica de apropriação do real” e “uma estratégia de conservação de si e do corpo”. Trata-se de uma técnica de construção da segurança e da auto-proteção.

É fácil vislumbrar, na fundação do pequeno núcleo que daria origem à atual cidade de São Paulo, a necessidade dos primeiros colonizadores e jesuítas de uma certa proteção e segurança na busca pelo domínio e apropriação do espaço colonial associado ao controle sobre os indígenas que aí habitavam. É possível imaginar a ação reticular desses religiosos que atuavam na grande rede que foi a Companhia de Jesus voltada para as oportunidades representadas pelo espaço colonial. Imaginar os jesuítas erigindo, junto com os índios domesticados, o antigo Colégio de Piratininga, circunscrevendo seus lugares de culto, oficinas de disciplinamento para o trabalho, de catequese cristã e de moradia em células alinhadas destinadas cada uma para uma família de índios catequisados, é vislumbrar a formação de um território a partir de uma rede de relações a serviço do poder religioso.

Não é nada difícil visualizar os esforços para se obter relativa segurança nesses lugares intra-muros protegidos das ameaças representadas pela floresta e pelas tribos hostis. Para Forget e Polycarpe, “a rede nasceu da organização técnica da segurança num espaço ingrato ou hostil por ocupar, percorrer, dirigir e trabalhar (ibid.: 32).

Desse modo, o “agir reticular” é uma estratégia de dominação do espaço e daqueles que nele habitam. Nesse ato coloca-se em prática vários processos de agenciamentos espaciais cujo esforço é enquadrar os elementos existentes nas malhas da imposição. A fundação de uma cidade e a colonização são atos de reticulação espacial e de formação territorial por excelência.

No caso de São Paulo, essa característica é evidente nos estudos daqueles que se detiveram sobre a formação econômica e territorial desta cidade a partir do século XVII e XVIII como, por exemplo, Caio Prado Júnior, Richard Morse e Jürgen Langenbuch. Nesses estudos, a configuração reticular dos caminhos regionais de moares, trens e rodoviários sempre aparecem como referência nas análises das relações entre a pequena vila paulistana e o porto de Santos no litoral ao sul, as regiões auríferas em Minas Gerais, o Rio de Janeiro que ganha cada vez mais importância como centro urbano e as porções continentais interioranas alcançadas pela via líquida do rio Tietê. A posição estratégica da então vila de São Paulo nessa rede de caminhos é usada como fator explicativo do posterior desenvolvimento urbano e econômico em direção à metrópole que temos hoje.

A rede, entendida não como uma estrutura estática e permanente mas, sim, como um processo dinâmico constituído por atos que colocam os componentes da realidade em relações uns com os outros, relações reconfiguradas constantemente, é uma noção que ajuda tremendamente a entendermos o urbano, ou melhor, a “dinâmica urbana”.

Em primeiro lugar devemos considerar “que as estruturas reticuladas exibem no seu seio formas mais pequenas, sub-redes, algumas das quais imitam com bastante exactidão uma estrutura geral totalmente repetitiva. Por sua vez as sub-redes cobertas de micro-redes decalcadas ainda do mesmo sistema estrutural e assim por diante, deslocando-se para o infinitamente pequeno ou para o infinitamente grande. Estas figuras, hoje denominadas *fractais*, caracterizam nomeadamente a propagação de certos fenômenos físicos elementares” (ibid.: 31 – grifo no original).

Desse modo, a cidade-rede constitui-se de redes dentro de redes configurando uma estrutura na qual ocorrem intercâmbios entre lugares que podem ser percebidos, analisados e transformados segundo diferentes escalas operativas. Para detalhar melhor o conceito de escalas, lancemos um olhar sobre as idéias do geógrafo Marcelo Lopes de Souza. Referenciando-se na noção de “ordens de grandeza dos conjuntos espaciais e dos níveis de análise da realidade” propostas por Yves Lacoste (LOPES, 2002: 104), Lopes classifica o jogo de escalas em:

“1) Escala (ou nível) local. (...) A escala local refere-se a recortes espaciais que, em graus variáveis de acordo com o seu tamanho, expressam a possibilidade de uma vivência pessoal intensa do espaço e a formação de identidades sócio-espaciais sobre a base dessa vivência. (...) É na escala local que a participação política direta se mostra mais viável, notadamente no que concerne às possibilidades de interações em situação de co-presença (face a face).

1A) Escala (ou nível) microlocal. Corresponde a recortes territoriais de tamanhos diversos (*ou sub-níveis da escala microlocal*) todos tendo em comum o fato de que se referem a espaços possíveis de serem experienciados intensa e diretamente no cotidiano. (...)

1B) Escala (ou nível) meso local. Corresponde ao que se poderia chamar de ‘nível local *stricto sensu*’: a *cidade* ou também, o recorte associado ao Estado local, o *município*. Ao menos em cidades grandes e mesmo médias, não é possível, aqui, ter uma vivência quotidiana da cidade como um todo, no sentido de uma experiência pessoal e direta, como aquela que se tem ou pode ter com o bairro. (...)

1C) Escala (ou nível) macrolocal. Equivale a uma espécie de ‘nível local ampliado’ e corresponde à situação típica das metrópoles (...), em que diversas unidades mesolocais (cidades e municípios) se integram de modo denso formando uma espécie de ‘minissistema urbano’. (...)

2) Escala (ou nível) regional. (...) Uma região é (...), não um recorte espacial ‘qualquer’, definido apenas em função de particularidades objetivas (como tipo de paisagem, economia predominante etc.) mas, em primeiro lugar, um espaço vivido, um

lugar (...) sentido/percebido, prenhe de densidade cultural, imagética, simbólica e histórica entre o nível local e a escala do país. (...)

3) Escala (ou nível) nacional. A escala nacional é tomada, aqui, no sentido de *escala de país*, ou seja, do território ocupado por um Estado formalmente soberano. (...)

4A) Escala (ou nível) (internacional) de grupos de países. Consiste em um agregado de dois ou mais países, correspondendo a um bloco político (como a OTAN), ou econômico (como o Mercosul), ou econômico e político (como a União Européia), ou ainda obedecendo a critérios de ordem histórico-cultural (como a América Latina) (...)

4B) Escala (ou nível) (internacional) global. Abrange o mundo inteiro e diz respeito, sobretudo, a fenômenos de ordem econômica no âmbito do sistema mundial capitalista (globalização econômico-financeira), embora possa vincular-se, igualmente, à área de abrangência de uma entidade virtualmente mundial como a ONU” (LOPES, 2002: 106-111).

Optamos por transcrever essa longa citação pois ela é bastante precisa ao definir os diferentes níveis escalares não a partir do tamanho do recorte espacial mas, sim, a partir da rede de relações envolvidas nas vivências e práticas espaciais, inclusive aquelas associadas ao exercício do poder, e do alcance político na constituição de territórios. Sendo o “agir reticular” uma prática de construção de intercâmbios entre lugares diferentes, certamente define distâncias políticas e alcances do poder variáveis em diferentes níveis. Podemos dizer que tais variações de abrangência e de domínio define as diferentes escalas. Considerando a fundação do território no jogo político entre diversos alcances do poder, faz todo o sentido pensar em escalonamentos territoriais. Ou seja, diferentes escalas territoriais segundo diferentes alcances do poder sobre o espaço.

Nesse sentido, analisar os territórios da cidade em escalas variadas, implica em dar a ver o alcance do “agir reticular” dos exercícios de poder sobre o espaço. No fundo, a análise territorial de uma cidade é uma análise sobre a economia política dos jogos e disputas entre as diferentes formas de localização dos grupos sociais no espaço urbano, cada qual com distintos poderes de reticulação social e espacial.

Compreender a cidade como rede avança as análises físico-espaciais e exige entender os feixes de relações e de intercâmbios entre os agentes sociais e suas respectivas localizações na estrutura urbana.

Tomando como real o fato de estarmos vivendo em uma “sociedade disciplinar” e do controle como proposto por Michel Foucault, podemos concluir que o feixe de relações que configuram a rede da cidade são jogos de força e de poder. A rede é um dispositivo de operação das relações de poder e de contra-poder. É essa visão que fundamenta a idéia da cidade como um campo de conflitos e um território em disputas.

Seguindo Foucault, devemos analisar as relações de poder na cidade “como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão” (FOUCAULT, 1979: 183).

Como o território, a rede se define a partir dos exercícios de poder disseminados na escala macro e micro pelas relações sociais. A história de uma cidade como São Paulo, a exemplo de qualquer outra cidade do mundo, é marcada por esses processos de constituição territorial disparados pelos jogos de força cruzados nas redes de relações políticas, econômicas e culturais entre o Estado e os vários grupos de interesse em ação nos espaços da cidade.

Alguns capítulos dessa história comprovam essas afirmações.

No período colonial, com a chegada dos colonos e jesuítas europeus nos Campos de Piratininga, também conhecido como Planalto Paulista, as disputas envolvidas na construção e manutenção dos primeiros territórios da cidade, o antigo colégio localizado no atual centro velho próximo à praça da Sé, foram nada mais nada menos do que exercícios de poder e contra-poder entre os colonizadores e os povos autóctones envolvidos em lutas, disputas territoriais e guerras evidenciadas nos processos de catequese.

Na segunda metade do século XIX, o controle na entrada de negros na cidade de São Paulo, tanto escravos quanto alforriados, manifestavam o exercício de poder fundado em justificativas médicas e higienistas tão em voga nesse período na Europa e no Brasil. Nesse momento, a cidade encontrava-se em franco processo de transformação e reconstrução. Antigos edifícios de taipa eram inteiramente substituídos por construções de tijolos. Para Paulo César Xavier Pereira (1998) essa transformação pode ser explicada menos por razões técnicas construtivas e mais por condicionantes sociais e políticos. Segundo Pereira, “no bojo desta transformação no morar e construir emergiam na cidade outras tensões sociais: conflitos raciais e de nacionalidades. (...) Emergia, como tensão social moderna, na construção da cidade, a luta pelo espaço entre proprietários e despossuídos; no trabalho, o conflito entre patrões e empregados” (PEREIRA, 1998: 62).

Como resultado desse processo de “europeização” da cidade a partir da produção de muitas construções novas financiadas pelo capital cafeeiro, tem-se, inevitavelmente, o surgimento de um mercado imobiliário urbano incipiente. Para Pereira, “a rigor, esta diversificação do mercado com construções novas pretendendo a monumentalidade arquitetônica e aluguéis elevados era apenas a face valorizada e privilegiada de um mercado imobiliário excludente que se engatinhava articulado ao mercado de trabalho em formação. Assim, o mercado imobiliário urbano se constituía excluindo e segregando o trabalhador assalariado, porque de início, este último quase nada adquiriu e o cômodo de aluguel, desde o início, tornou-se na modalidade dominante de moradia operária” (Idem: 60).

Podemos complementar essa citação afirmando que enquanto o “mercado imobiliário urbano se constituía excluindo e segregando o trabalhador”, o mercado de trabalho se formava explorando e espoliando esse mesmo trabalhador. A reconstrução urbana da São Paulo novecentista, com a substituição dos edifícios de taipa por construções de tijolos, foi na verdade um processo de luta territorial em que a reticulação de novas relações espaciais coincide com a reticulação de novas relações sociais entre o capital e o trabalho assalariado que começava a surgir com a imigração europeia e a abolição da escravidão africana.

Nas primeiras décadas do século XX, o nascente movimento sindical e anarquista promovido principalmente por esses imigrantes europeus empregados no mercado de

trabalho que se expandia junto com os territórios da cidade, principalmente nas primeiras indústrias paulistanas, mostrava os conflitos com as classes dominantes e com as autoridades locais.

Na segunda metade do século XX, o feixe de movimentos sociais engrossados pela multidão de destituídos urbanos saíam para as ruas reivindicando moradias, infraestrutura de saneamento básico, melhorias no transporte coletivo, regularização fundiária, equipamentos de saúde e educação, creches, dentre outras demandas, enfrentando e questionando os poderes estabelecidos dos privilegiados alojados no Estado e detentores das riquezas concentradas.

Os poderes e contra-poderes entram em funcionamento na produção de novas redes e no solapamento de redes estabelecidas. Os exercícios do poder supõem a constituição de redes. A cidade e os seus territórios, compreendidos como operações reticulares, expressam relações de poder.

Em tempos recentes, um processo conflituoso protagonizado pelo embate entre as redes governamentais, o capital privado e as redes de sociabilidade dos moradores de uma favela ocorreu no chamado quadrante centro-sudoeste, a área mais beneficiada da cidade em termos de acessos a serviços, empregos e infra-estrutura urbana e onde vivem os grupos mais abastados da cidade. O exercício do poder governamental da prefeitura de São Paulo, no período entre 1992 e 1995 quando Paulo Maluf foi eleito para o cargo de prefeito, evidencia as operações reticulares do poder público conectadas às ações empresariais interessadas no local. Essa rede, articulando instituições públicas e o poder econômico privado, foi colocada em atividade para coagir e desagregar as redes de sociabilidade dos moradores da favela Jardim Edith.

A arquiteta Mariana Fix testemunhou e registrou esse processo apresentado em seu livro intitulado *Parceiros da Exclusão*. Nessa análise temos a oportunidade de verificar como uma ação do poder público empreende a remoção da grande favela localizada junto ao rio Águas Espraiadas para a construção de uma avenida que favorece claramente os interesses do capital imobiliário e do grande capital instalado nos modernos edifícios de escritórios, ditos “inteligentes”, implantados nas vizinhanças dessa obra viária.

Fix mostra como a remoção da favela é viabilizada por uma grande operação envolvendo várias instituições e profissionais do poder público, como as assistentes sociais e a força policial, agindo em rede desde os primeiros contatos com os moradores até a destruição dos barracos passando por estratégias de convencimento e coerção, pelos métodos de intimidação baseados na desinformação, cooptação e ameaças.

A autora mostra “a participação do *Executivo* na remoção da favela, na aprovação do Relatório de Impacto Ambiental; do *Legislativo* na aprovação da lei que aumentava a largura da avenida; do *Judiciário* ao não levar adiante o processo contra a Prefeitura pela remoção, apesar das evidências; das *empreiteiras* responsáveis pela construção da avenida que ‘negociavam’ diretamente com a população; das *construtoras*, incorporadoras e empresas instaladas na (avenida) Berrini que agiram através do pool para forçar a remoção completa de Jardim Edith” (FIX, 2001: 134 – grifo no original).

Os embates dessas forças assimétricas resultaram na remoção dos aproximadamente 50 000 moradores da favela Jardim Edith que tiveram suas casas destruídas para a passagem da avenida que abriu grandes oportunidades de negócios no local. Esses moradores seguiram para vários locais do município de São Paulo e outros municípios da Região Metropolitana: “(Jardim) São Luís, Paraisópolis, Real Parque, Parelheiros, Grajaú, Vargem Grande (Paulista), Itapeverica (da Serra), Embu, Mauá, Cocaia, Campo Limpo, Franco da Rocha e Francisco Morato” (ibid.: 1999). Todos lugares-dormitórios na distante periferia, com falta de serviços urbanos básicos. A avenida Águas Espraiadas foi construída e inaugurada pelo prefeito. Predominaram as forças das redes de poder predatório.

A partir desse estudo de caso, fica nítida a significação de alguns espaços de poder econômico da cidade-rede de São Paulo. Isto é, espaços que viabilizam os territórios daqueles que concentram maiores poderes, com maior alcance de reticulação espacial e de dominação social e territorial.

O PODER E A CONSTITUIÇÃO DO TERRITÓRIO

As dimensões políticas operantes na produção do território urbano da cidade de São Paulo, particularmente nas suas áreas habitacionais, manifestam as desigualdades na distribuição do poder que espelham as desigualdades na distribuição de renda e de acessos

à terra urbanizada. Os territórios da cidade emergem a partir dos conflitos produzidos por essa situação de extrema desigualdade social.

Como a noção de território urbano pode subsidiar uma análise sobre a cidade contemporânea?

Em primeiro lugar devemos assumir o componente relacional presente na formação de qualquer território. Dirce Koga (2002), em sua tese de doutorado problematizando a interação política entre ações públicas e o território urbano, preocupa-se em fazer um apanhado detalhado de várias formulações sobre a noção de “território” em diferentes autores, especialmente nos estudos desenvolvidos pelo geógrafo Milton Santos.

Koga ressalta, na constituição territorial, as dimensões vitais e dos diversos usos, apropriações e práticas sociais permeadas por relações políticas inscritas em um determinado espaço. Dimensões associadas aos processos de exclusão social e à reprodução da pobreza.

Merece destaque a presença da política na definição do território. Essa presença é fundamental no sentido em que a política funda o território. A política compreendida como um processo baseado nos diversos jogos de poder e disputas de interesses, bem como no exercício do “agir comunicativo” enunciado por Jürgen Habermas.

Como bem apresenta o geógrafo Marcelo Lopes de Souza, em seu livro sobre os conceitos e as práticas recentes de planejamento e a gestão urbanos no Brasil², o território é

² Nesse livro, Marcelo Lopes de Souza preenche uma lacuna nos estudos críticos sobre o planejamento e gestão urbanos no Brasil desenvolvidos ao longo das últimas décadas. Compartilhando das noções de autonomia individual e coletiva propostas por Cornelius Castoriadis, o autor faz a defesa por um “planejamento urbano crítico” comprometido, basicamente, com a melhoria da qualidade devida e com a construção de avanços na justiça social no contexto das cidades brasileiras. Identificado com o ideário da Reforma Urbana desenvolvido e debatido amplamente em âmbito nacional nas três últimas décadas, Souza posiciona o planejamento e a gestão urbanos como uma prática política calcada em conhecimentos técnicos sobre os processos sócio-espaciais de constituição do território urbano. Portanto, práticas que vão além do simples tecnocratismo apoiado no “discurso competente” dos especialistas encerrados nos seus gabinetes de trabalho. Trata-se de práticas sócio-espaciais inseridas nas relações de poder e conflitos existentes no seio da formação territorial da vida urbana. Na construção do conhecimento sobre a realidade voltado para a formulação de propostas para um “planejamento urbano crítico” a dimensão participativa tem um lugar de destaque. Souza posiciona-se claramente em defesa de um planejamento urbano participativo, articulado com o processo de gestão do orçamento público através de processos como, por exemplo, o Orçamento Participativo. Para o autor, o horizonte da participação cidadã efetiva no planejamento e gestão das cidades brasileiras, concretizada em uma real partilha do poder público com vários segmentos sociais, é a construção da autonomia individual “que é a capacidade de cada indivíduo de estabelecer metas para si próprio com

um “*espaço delimitado e delimitado por e a partir de relações de poder ou como relações de poder delimitado e operando (...) sobre um substrato referencial*” (SOUZA, 1995: 97; apud SOUZA, 2002: 61 – grifo no original).

Para esse mesmo autor, “esta última definição, mais rigorosa (...), aponta, adicionalmente, para a característica do território como sendo não a materialidade do espaço ou substrato espacial em si, mas sim uma espécie de *campo de força* articulado com uma porção específica do substrato material (apropriada ou controlada por um grupo social). Ou seja, o território, em si mesmo, no fundo, sequer é físico ou tangível” (SOUZA, 2002: 61).

Ao mencionar a intangibilidade do território, Souza coloca toda a ênfase sobre o “campo de força” imaterial destacando as relações de poder na formação territorial. Apesar de reconhecer a preponderância desse campo virtual feito de diferentes tramas sócio-políticas e de várias medições de forças, a proposição de uma análise urbana baseada na problemática territorial não pode prescindir da materialidade das coisas e dos objetos, em sua interação com os seres humanos, presentes nos espaços da cidade. Ou seja, a exemplo da rede, o território urbano, mesmo contando com a realidade virtual produzida pelos inúmeros entrelaçamentos sociais de ordem política, econômica e cultural, opera o sistema físico-espacial composto pela distribuição e interferências dos conjuntos de objetos de diversos tipos, naturais e artificiais, que estão em constante mutação, perceptível ou imperceptivelmente.

lucidez, persegui-las com a máxima liberdade possível e refletir criticamente sobre a sua situação e sobre as informações que dispõe” (SOUZA, 2002: 64) e da autonomia coletiva que “depreende não somente instituições sociais que garantam a justiça, a liberdade e a possibilidade do pensamento crítico (o que implica a ausência de opressão ‘de fora para dentro’ – de uma sociedade sobre outra – de ‘cima para baixo’ – de uma classe ou grupo social sobre outro – e de mitos ou mecanismos ideológicos que transferem a responsabilidade pelos destinos humanos da ação humana para um plano metafísico – no estilo ‘vontade de Deus’, ‘direito divino dos reis’ etc.), mas também a constantes formação de indivíduos lúcidos e críticos, dispostos a encarnar e defender essas instituições” (SOUZA, 2002: 64-65).

Nesse sentido, “a autonomia individual, que anda de mãos dadas com o princípio de defesa da alteridade legítima (‘direito à diferença’, em que se incluem percepções distintas das próprias necessidades, e desde que perseguir a satisfação dessas necessidades não fira as liberdades básicas de outrem), e a autonomia coletiva, em que a exigência de justiça social e, por conseguinte, de igualdade efetiva de oportunidades, pode ser convenientemente posta, não são idéias antitéticas mas, como se frisou no início do parágrafo, interdependentes (SOUZA, 2002: 65).

Voltemos à noção de território proposta por Marcelo Lopes Souza. Analisemos com mais vagar o papel das relações de forças e poder na formação territorial. Ou melhor, o papel dos sujeitos e objetos implicados nas relações de forças e poder na constituição territorial. Para essa análise, uma importante referência é o conjunto de estudos desenvolvidos pelo filósofo francês Michel Foucault. Nesses estudos, o exercício do poder sempre aparece inscrito em algum dispositivo espacial cujo modelo emblemático é o panóptico de Jeremy Bentham que gerou formas de organizações espaciais disciplinadoras como as escolas, os manicômios, os presídios, as fábricas etc.

Essa matriz territorial que articula espaço e poder é discutida por Foucault em grande parte de sua obra. No livro *Vigiar e Punir* o panóptico é apresentado como um dispositivo espacial de forma circular em cuja periferia se distribuem celas de confinamento cujo interior são totalmente visíveis a partir de uma torre de vigia localizada no centro do círculo. Uma vez enquadrados nesse dispositivo, os ocupantes das celas podem ser controlados em cada um dos seus movimentos pelo olho do poder central alojado na torre. Nas palavras de Foucault o panóptico de Bentham é descrito do seguinte modo:

“O princípio é conhecido: na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente” (FOUCAULT, 1997: 166).

No limite, toda essa aparelhagem de controle e disciplinamento composta pelas engrenagens de olhares e enclausuramentos conduz para a subjetivação do poder, no sentido da constituição daquele que está confinado na cela como um sujeito sujeitado. Essa

subjetivação pode alcançar um tal grau que a presença de alguém na torre, um vigia, não se faz mais necessária. A torre que, a partir desse grau pode ser mantida opaca, já não exerce seu poder a partir do exterior mas, sim, na vida interior desse sujeito sujeitado. O olho do poder não se encontra fora daqueles que estão confinados nas celas. Está completamente alojado em seus pensamentos, em sua imaginação, em seus sentimentos, em suas emoções, em seus afetos.

Trata-se efetivamente de “um olhar que vigia e que cada um, sentindo-o pesar sobre si, acabará por interiorizar, a ponto de observar a si mesmo; sendo assim, cada um exercerá esta vigilância sobre e contra si mesmo” (FOUCAULT, 1979: 218).

A consequência direta dessa economia do poder pode ser a opressão, o medo e a imobilidade. Mas pode também ser a ação, a resistência, a força e a criatividade. Nesse sentido, para Foucault, o poder não é somente a força repressiva que tolhe e nega. Esta seria uma noção “negativa, estreita e esquelética do poder (...). O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente porque ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considera-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir” (ibid.: 8).

Adotar esse sentido do poder, implica em deixar de descrever seus efeitos em termos negativos: ele ‘exclui’, ‘reprime’, ‘recalca’, ‘censura’, ‘abstrai’, ‘mascara’, ‘esconde’. Na verdade o poder produz: ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade” (FOUCAULT, 1997: 161).

Podemos lembrar que as relações de poder também produzem territórios. Desse modo, envolvem também um processo libertário pois o poder subjetivado é aquele que constrói o sujeito sujeitado e também o sujeito de uma ação, de práticas territoriais. Portanto, o poder nunca é um campo de forças unidirecionais. É um entrelaçamento de diversas linhas de forças tecidas por inúmeros agentes cujas ações e interações sempre inscrevem-se em espaços delimitados constituindo, desse modo, os territórios sociais. A disciplina se imiscui nesse entrelaçamento. Conforme Foucault, “a disciplina tem que fazer funcionar as relações de poder não acima, mas na própria trama da multiplicidade, da maneira mais discreta possível, articulada do melhor modo sobre as outras funções dessas

multiplicidades, e também o menos dispendiosamente possível: atendem a isso instrumentos de poder anônimos e coestensivos à multiplicidade que regimentam, como a vigilância hierárquica, o registro contínuo, o julgamento e a classificação perpétuos” (ibid.: 181).

O poder vigia, registra, julga e classifica. Em suma, o poder produz uma ordem. Na constituição de territórios, essa ordem delimita espaços.

A grande complexidade do território está na dinâmica presente nos atos de dominar e na condição de ser dominado, nos atos de controlar e na condição de ser controlado, nos atos de submeter e na condição de ser submetido.

Essa dialética entre atos e condições de poder é também territorial e constitui a essência da relação entre sociedade e espaço, entre os grupos sociais e a cidade.

Andréas Novy, no seu livro *A des-ordem da periferia – 500 anos de espaço e poder no Brasil* nos fornece importantes elementos teóricos que ajudam a entender mais nitidamente as relações dessa dialética territorial³.

Utilizando a “teoria do poder que se orienta pela ação” de Thomas Hobbes e a “teoria do poder que se orienta segundo a estrutura” de Michel Foucault⁴, Novy analisa o “espaço de poder” baseado no primeiro e o “poder sobre o espaço” baseado no segundo.

A partir de Thomas Hobbes, Novy conclui que “o poder é fundamentalmente inerente a todos os indivíduos. Mas há no espaço do poder apenas um ator que pode agir soberanamente: o Estado é o poder. Para ter ‘poder’, precisa-se controlar esse Estado, ‘tê-lo’, possuí-lo. Até hoje as teorias na tradição hobbesiana são caudatárias da visão do poder como um lugar a partir do qual se domina soberanamente” (NOVY, 2002: 30).

³ No prefácio desse livro de Andréas Novy, Paul Singer aponta como uma inovação metodológica na análise sobre a história da formação econômica do Brasil, e de São Paulo em particular, a discussão sobre os jogos de poderes incorporados em dimensões espaciais inerentes. Para Singer, Novy “usa muito criativamente a noção de que o poder só pode ser exercido sobre os outros dentro dum espaço, o qual delimita, de alguma maneira, sobre quem e de que forma é exercido” (NOVY, 2002: 16)

⁴ Roberto Machado, ao organizar o livro *Microfísica do Poder com textos, conferências e entrevistas de Michel Foucault*, diz que, nos escritos desse filósofo, não há “uma teoria geral do poder. O que significa dizer que suas análises não consideram o poder como uma realidade que possua uma natureza, uma essência que ele procuraria definir por suas características universais” (FOUCAULT, 1979: X)

A partir de Michel Foucault, Novy se refere ao “poder sobre o espaço como as forças que criam, constroem, reforçam, desvalorizam e destroem os espaços de poder. Trata-se de um poder estrutural” (NOVY, 2002: 33).

Na unidade dialética do “espaço de poder” e do “poder sobre o espaço” acontece os jogos de dominação e resistência que nada mais são do que os embates do poder com o contra-poder. Do ponto de vista da formação territorial, essa dialética do poder envolve os movimentos de criação de realidades daqueles que almejam o poder sobre o espaço buscando o solapamento dos espaços de poder aí instalados. No interior desse movimento tenso formam-se os territórios: produto de conflitos e disputas pela instalação em localizações espaciais. A formação territorial sempre é a espacialização do poder nas disputas por essas localizações. Para resumir, cabe reproduzir aqui um quadro síntese preparado por Novy na obra citada que mostra “o dualismo clássico de espaço e poder em Hobbes e Foucault”.

“O dualismo clássico de espaço e poder em Hobbes e Foucault”

	ESPAÇO DE PODER	PODER SOBRE O ESPAÇO
	Hobbes	Foucault
Pergunta:	Quem tem poder onde?	Como o poder atua onde?
Concepções fundamentais da teoria do espaço:	Território Receptáculo	Espaço de entrelaçamento Redes
Lugar do conflito:	“Palco”	“Campo”
Concepções fundamentais da teoria do poder:	Leviatã como corpo Mecânica do poder Atores	Panopticon como estrutura Campos de poder Estrutura/prática
Metódica:	Quantitativa	Pluralismo de métodos

(In NOVY, 2002: 28)

Analisando esse quadro sintético, nota-se que Novy utiliza o termo “território” para designar somente o espaço hobbesiano no qual se exerce o poder soberano. Trata-se de um espaço delimitado que funciona como o receptáculo das relações de poder. Contudo, nesse estudo estamos entendendo, por território, também os “espaços de entrelaçamento” de poderes identificados nas análises de Michel Foucault. O território não é somente o palco do poder mas também a ferramenta usada pelo poder. Portanto, não é somente um

componente passivo mas, sim, ativo. Nesse sentido, trata-se de um espaço operativo que ativa rede de relações de poder e contrapoder.

É importante perceber ainda que a partir dessa dialética entre o “espaço de poder” e o “poder sobre o espaço” acontece não somente a produção de uma dada ordem territorial mas também o solapamento, às vezes o colapso, dessa ordem.

No contexto de uma sociedade como a brasileira, marcada por profundas desigualdades econômicas entre a minoria rica e a grande maioria pobre destituída não somente de renda mas de todo um conjunto de garantias capazes de assegurar os direitos sociais básicos, como saúde, educação e moradia, dentre outros, necessários para a construção da cidadania efetiva, esse solapamento de uma ordem instalada em certos “espaços de poder” estabelecidos é um processo recorrente em diversos momentos da história. Tal solapamento da ordem, instaurador daquilo que Novy designa como uma “des-ordem”, é na verdade uma ação de resistência contra-hegemônica. Nessa concepção, o que se denomina como “des-ordem” não se limita a uma simples desorganização ou o mais profundo caos mas, sim, trata-se de uma prática política de confrontos entre os “espaços de poder” estabelecidos e as manifestações de “poderes sobre o espaço” que instauram, a partir de disputas, novos territórios.

MOSAICO DE MORADIAS E AS LUTAS PELO ESPAÇO URBANO

As tipologias habitacionais existentes em São Paulo não são casuais. As moradias paulistanas não podem ser definidas univocamente, a partir de uma tipologia única, a partir de um padrão universal. Talvez, em nenhuma cidade existente no mundo isso seja possível. A problemática da moradia não é unidimensional e não se limita à simples oferta de abrigo.

Os tipos de moradias distribuídos na cidade variam em função dos processos sociais, das relações assimétricas de forças políticas e econômicas dos grupos de moradores. A cidade é um mosaico de áreas residenciais. Nesse mosaico encontramos os barracos de favelas, a habitação “autoconstruída” dos loteamentos irregulares e clandestinos, as casas e apartamentos dos conjuntos habitacionais de interesse social, as mansões e apartamentos dos bairros jardins e condomínios fechados, as pequenas casas geminadas e de vilas, os cortiços nos casarões antigos das áreas centrais, os cortiços nos lotes periféricos, os abrigos improvisados dos moradores de rua, lofts etc.

Se perguntarmos a um morador qualquer da cidade o que significa viver em São Paulo nessa virada de milênio, podemos nos deparar com inúmeras respostas possíveis que mostram as cadeias de questionamentos sobre as condições da vida urbana contemporânea, particularmente da vida metropolitana.

Ao refletir sobre essa pergunta, um primeiro pensamento a se anunciar pode ser sobre a complexidade da vida em São Paulo com suas tensões cotidianas, dificuldades várias, deslocamentos quilométricos e desgastes constantes que nos irritam mais e mais a cada dia que passa.

O pensamento seguinte, provavelmente, volta-se para a violência urbana disseminada por praticamente toda a cidade, manifestando-se tanto nos pequenos furtos quanto nas trágicas chacinas e nos seqüestros noticiados diariamente. O medo e as preocupações provocados por essas ameaças que rondam o dia a dia na metrópole condicionam as relações com o espaço territorial e as interações com o Outro. A disseminação da violência ocasiona a proliferação dos territórios do medo.

O pensamento pode voltar-se também para o trânsito insano nas vias da cidade, para os moradores de rua que perambulam pelos bairros e pelo centro, para a poluição dos rios e do ar que torna a condição metropolitana mais mórbida e fétida.

Mas, ao mudar um pouco a direção dos pensamentos e imaginar a vida em algum lugar mais pacato, em uma pequena cidade ou em uma área rural distante, imediatamente pode-se constatar a falta das oportunidades de trabalho, de estudos, da vida cultural, de consumo, de um certo tipo de lazer, do anonimato, das amizades e mesmo da agitação e de uma série de possibilidades que essa mesma São Paulo problemática oferece.

Enfim, se perguntarmos a esse morador o que é viver em São Paulo, podemos obter respostas apontando tanto para os problemas graves quanto para os benefícios existentes na cidade.

A casa pode ser pouco mencionada na resposta. Quando muito se pode anunciar o bairro onde está localizada. Aquelas respostas possíveis mostram, com toda a razão, que morar em São Paulo, como em qualquer outra cidade do planeta, não se limita a viver entre os muros do lote e as paredes da casa. Morar, habitar a cidade, é um processo

multidimensional, com várias e insuspeitadas camadas de vida cotidiana e interações sociais.

Sem perder essa dimensão múltipla nas formas urbanas de morar, devemos considerar que as áreas de moradias constituem o uso predominante na cidade. O parque habitacional é a maior massa construída. Praticamente em todos os espaços nota-se a presença marcante das casas de vários e diferentes tipos. Falar da cidade implica diretamente em tratar das formas de habitar existentes.

Conhecer habitações, qualquer uma, é entrar em contato com uma singularidade urbana. As formas ou modos de morar em uma determinada cidade são específicas e variam de lugar para lugar.

Em São Paulo, megacidade com mais de 10 milhões de habitantes, esse fenômeno é mais do que evidente. Em uma cidade feita de muitas heterogeneidades e desigualdades entre as suas partes, entre os seus pedaços, entre os seus trechos urbanos, a experiência de percorrer os espaços paulistanos, seja a pé, de bicicleta, motocicleta, carro, ônibus, trem, metrô etc., é uma experiência de atravessamento dos diversos territórios habitacionais. Territórios que se colocam como uma das principais figurações urbanas. Trata-se de um verdadeiro mosaico de moradias.

Em cada um desses territórios, em cada fragmento, existem redes de relações sociais e funcionais que colocam lugares, pessoas, construções e objetos em intercâmbios, em conexão uns com os outros. A cidade é feita de rede de relações. A produção habitacional também. São processos coletivos intermináveis e sempre incompletos, constantemente em mutação. A concretização material da cidade e das habitações insere-se em processos de constante mudanças. A estabilidade não condiz com o contexto paulistano e certamente com nenhuma outra cidade existente. A condição urbana na contemporaneidade é essencialmente instável. Cada território habitacional constitui um domínio. Em cada domínio existe um espaço de poder e entrelaçamentos de poderes sobre o espaço.

O processo de produção habitacional em São Paulo identifica-se com a urbanização de vastas porções do território da cidade. Nesse processo entram em interações inúmeros

agentes sociais envolvidos em jogos de interesses políticos e econômicos conflituosos e cooperativos entre si. Jogos baseados em uma extensa trama de relações de poder atravessadas por negociações, investimentos, alianças, disputas de diversas naturezas voltadas para a produção dos espaços urbanos. O parque habitacional paulistano conforma redes de relações em diversas escalas.

É seguindo essa linha de pensamento que refletimos sobre o mosaico de moradias na cidade de São Paulo. Em cada um dos seus fragmentos vemos uma prática produtiva de criação de realidades na cidade envolvidas em um jogo reticular de forças e de poder.

Assim, percebemos desde os condomínios fechados de altíssimo padrão até as favelas mais precárias, passando pelos territórios verticalizados dos edifícios de apartamentos, cortiços, casas isoladas construídas em pequenos lotes pelos próprios moradores e pelos chamados conjuntos habitacionais de interesse social construídos pelo poder público a partir de políticas habitacionais federais, estaduais e municipais.

As residências, seja de que tipo for, não são meras construções, não são meras tipologias arquitetônicas resultantes das técnicas construtivas disponíveis. Por mais importantes que sejam essas dimensões, principalmente no campo da arquitetura, devemos considerar ainda os significados sociais das casas, ou melhor, do casario diversificado da cidade de São Paulo.

Na perspectiva político econômica, a habitação apresenta-se como uma mercadoria especial com valor de uso e de troca a partir da qual é possível aferir-se ganhos monetários. Do ponto de vista do investidor, daqueles que produzem e comercializam essa mercadoria, o objetivo principal é garantir os lucros e recuperar os recursos financeiros aplicados na compra do terreno e na produção da edificação. Do ponto de vista daqueles que se esforçam para comprar essa mercadoria, o objetivo é garantir a segurança de um teto, de um abrigo, efetivando o valor de uso da casa, e ter condições de vida prevenindo-se com relação às inseguranças e vulnerabilidades futuras.

Além disso, a propriedade privada do imóvel constitui-se em um capital possível de ser ativado na lógica mercadológica em situações diversas. Nesse grupo de usuários e compradores imobiliários, algumas pessoas atuam como investidores acumulando

propriedades que podem ser inseridas no mercado de locação residencial. Ou então essas propriedades podem ser formas de imobilização segura de uma reserva econômica frente às possíveis instabilidades econômicas. Nesses últimos casos, a habitação é compreendida essencialmente como um recurso com alto valor de troca. Na verdade, nesses casos a habitação constitui-se como um capital ativo ou inativo do qual pode ser extraído ganhos seja através de aluguéis, seja através da venda.

Nesse sentido político econômico, a habitação-mercadoria-capital é um dos motores que impulsiona o mercado capitalista.

Quando pensamos no âmbito da produção habitacional no interior do processo de urbanização, notamos que esse sentido se faz mais forte. Mesmo na construção das casas em loteamentos clandestinos construídas pelos moradores com a ajuda da família, de vizinhos ou com mão-de-obra contratada informalmente, ocorre um processo mediado por relações de mercado presentes na compra do terreno, ainda que irregular, e dos materiais de construção. As complementações desse processo a partir da instalação de infra-estruturas urbanas de abastecimento de água, de coleta de esgoto, de energia elétrica, viária, dentre outras, e da implantação de equipamentos coletivos de educação e saúde, por exemplo, também ocorrem no interior da rede de relações do mercado.

No caso de uma favela onde os moradores ocupam um terreno público sem comprá-lo, agindo politicamente como um movimento coletivo, onde as casas são construídas com materiais descartados pela sociedade, como chapas metálicas, madeiras, papelões, plásticos e telhas velhas, pode-se dizer que as relações são externas à rede de mercado?

Parcialmente sim. Nesse caso, evidencia-se um dos traços mais fortes do capitalismo periférico brasileiro. A exclusão de grupos sociais com rendimentos baixíssimos de âmbitos do mercado e do consumo que exigem maior capitalização. Esses grupos acessam a casa e a terra urbana inserindo-se precariamente na estrutura da cidade, aproveitando as sobras territoriais e materiais da sociedade desigual para constituir seus próprios territórios.

Essas duas formas de habitação popular, a casa construída em loteamentos clandestinos pelo próprio morador e os barracos de favelas são produzidas parte na rede de

relações econômicas que seguem as regras do mercado formal e informal, parte nas redes de sobrevivência baseada na solidariedade e na ajuda mútua.

Nos cortiços, uma das primeiras modalidades de habitação popular na cidade de São Paulo desde o início do século XX, o imperativo mercadológico é quase inescapável pois o acesso a esse tipo de moradia se dá principalmente através da locação de cômodos, seja em antigos casarões localizados nos bairros centrais que foram, um dia, ocupados pela classe privilegiada, seja nos lotes periféricos onde são construídas mais de uma casa cujos cômodos são destinados à venda ou locação, quase sempre sem nenhum contrato.

As habitações mais caras, acessíveis aos grupos sociais de maior poder aquisitivo, são produzidas e comercializadas integralmente dentro da lógica de mercado formal. Obviamente, dada a desigualdade social e a grande concentração de riquezas existente em São Paulo e no Brasil como um todo, a parcela desse tipo de moradia corresponde à minoria no conjunto dos territórios habitacionais da cidade.

Casas em loteamentos clandestinos, barracos na favela, cômodos em cortiço, casas e apartamentos de alto e médio padrão em bairros nobres e condomínios fechados. Morar em São Paulo, como em qualquer outra megacidade do planeta, é uma experiência cujas condições dependem tanto da posição territorial da moradia nos espaços intra-urbanos, quanto da posição social dos moradores nas relações políticas e econômicas de produção dos territórios urbanos.

O acesso à moradia em São Paulo não é um canal único e uniforme. A posição social dos grupos está associada, em geral, aos canais de acesso à casa. Esta se encontra posicionada territorialmente em determinadas localizações na estrutura da cidade. Tais localizações residenciais são construções sociais inseridas no jogo de forças entre os grupos de interesse.

Desde os primeiros períodos de expansão urbana da cidade de São Paulo, no início do século XX, a localização residencial é motivo de disputas e campo de manifestação do poder e do contra-poder. Os cortiços marcaram presença no pequeno núcleo urbano paulistano nesse período. Com as suas várias precariedades nas condições de vida, os cortiços foram alvos de disciplinamentos e demolições justificados por argumentos morais,

higienistas e de controle epidemiológico. Essas ações traduziram com excelência o poder disciplinatório da medicina social incidindo diretamente sobre os territórios de moradia da classe trabalhadora.

As vilas operárias construídas na zona leste da cidade, em bairros localizados nos atuais distritos da Mooca, Belém e Brás, dentre outros, eram apresentadas como uma alternativa saudável, do ponto de vista médico e moral, ao adensamento e à promiscuidade nos cortiços. Construídas pelos industriais junto às suas fábricas, essas vilas operárias alojavam os operários especializados que tinham os aluguéis das casas descontados a cada mês dos seus salários. Para os empresários era vantajoso ter o chefe da manutenção das máquinas ou outros funcionários especializados próximos às fábricas em caso de qualquer emergência. Além disso, esses empresários apareciam como benfeitores progressistas e esclarecidos comprometidos com melhorias nas condições de vida dos trabalhadores e na cidade. Contudo, nos períodos em que essas vilas operárias eram construídas na porção leste do pequeno núcleo urbano paulistano, segregada do centro e dos bairros exclusivos e elitizados de Campos Elísios, Higienópolis, Cidade Jardim, a oferta de serviços de transporte para o centro da cidade e de infra-estrutura de saneamento básico era bastante desigual. Como mostra Raquel Rolnik em seu livro *A Cidade e a Lei*, a distribuição espacial desses serviços na cidade se dava em detrimento das áreas da porção leste onde estavam as tais vilas junto aos galpões de fábricas.

Em 1886, no Código de Posturas do Município de São Paulo, destermna-se que é terminantemente proibida a construção de cortiços na cidade. “A municipalidade fica responsável por providenciar o desaparecimento dos existentes, além de ficar determinado que as vilas operárias se estabeleçam fora da aglomeração urbana. Nessa perspectiva, a Lei nº 375 do Município de São Paulo, publicada em 1898, proíbe os cortiços infectos e insalubres, determinando sua demolição ou reconstrução em conformidade com o padrão municipal. (...) a Lei 413 de 1901 isenta dos impostos municipais as vilas operárias que fossem construídas conforme o padrão estabelecido pela Prefeitura e fora do perímetro central da cidade” (BONDUKI, 1982: 89 apud SILVA E SILVA, 1989: 36).

A Lei do Inquilinato de 1942 do governo federal, congelando os preços dos aluguéis nos níveis de 31 de dezembro de 1941, teve como consequência a redução da oferta de moradias alugadas nas cidades, os cortiços deixaram de proliferar mas não

chegaram a desaparecer por completo. Com o crescimento populacional, aumento da demanda por habitação na cidade e a ausência de uma política habitacional que ofertasse moradias em larga escala, surgiam novos padrões residenciais da classe trabalhadora: os terrenos relativamente baratos nos loteamentos clandestinos periféricos e as vilas particulares nos miolos de quadras aprovadas como passagens privadas⁵ (GROSTEIN, 1998). Enfim, as medidas de combate à precariedade dos cortiços não resultou em uma política habitacional que ofertasse moradias melhores para a classe trabalhadora no interior da área urbana e, sim, na segregação em loteamentos periféricos distantes produzidos pelo mercado imobiliário informal cujas condições de vida se apresentavam com altos graus de precariedade. Os custos integrais de acesso a esses loteamentos sempre ficou a cargo do próprio morador que, com o crescimento periférico e metropolização da cidade, arca nos dias de hoje com todas as dificuldades de deslocamento para o trabalho, para o consumo e para a utilização dos serviços de saúde e educação de melhor qualidade concentrados nas partes centrais da cidade.

A história da produção das outras modalidades de moradia popular em São Paulo como, por exemplo, a formação e o crescimento no número de favelas, a expansão dos loteamentos clandestinos, a construção dos conjuntos habitacionais com recursos do Banco Nacional da Habitação - BNH, reitera esse processo de negação do acesso à terra urbanizada, e do “direito à cidade”, à grande maioria da população com menor poder econômico traduzindo a forte segregação sócio-espacial que estrutura a cidade.

Nessa história, o capítulo sobre a remoção de favelas nas cidades do Rio de Janeiro e em São Paulo articulada com a produção de conjuntos habitacionais periféricos destinados à população removida reproduz, em maior escala, o ocorrido com os cortiços e as vilas operárias em São Paulo. Ambos os processos procuram remover a classe trabalhadora de suas moradias localizadas nos territórios valorizados economicamente no interior da cidade alojando-a em conjuntos habitacionais disciplinados e segregados fora da cidade. Ambos tiveram respaldo legal e contaram com a participação ativa do poder público alinhado com os interesses dos investidores privados.

⁵ Para uma análise mais aprofundada desse processo de surgimento das passagens particulares na cidade de São Paulo, ver Grostein (1998).

A trajetória dessa política de remoção de favelas começa com a criação do Banco Nacional da Habitação – BNH através da Lei nº 4 380 de 21 de agosto de 1964 que instituiu também o Plano Nacional de Habitação Popular – PLANHAP e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo – SEFHAU. Para Maria Ozanira da Silva e Silva essa política habitacional “evidencia a tentativa de o Estado autoritário brasileiro conciliar a necessidade de sua legitimação perante a sociedade, para justificar as ‘boas intenções’ que o levaram ao golpe de 1º de abril de 1964, e às necessidades das massas populares, de um lado, e do desenvolvimento econômico, de outro. Nesse jogo de intenções, afloraram os interesses de classes, os interesses da classe dominante, representada pelo capital financeiro, pela indústria de material de construção e pela construção civil; os interesses das classes médias que emergem com a estruturação do modelo de capitalismo monopolista em implantação no país; e a carência de um exército industrial de reserva constituído de grande contingente de trabalhadores que não tem acesso ao setor de produção capitalista e se insere nele e no urbano através do denominado setor informal da economia” (SILVA E SILVA, 1989: 48).

A favela, vista simplificada como déficit habitacional resultante de uma crise de moradia, foi colocada como um dos primeiros alvos dessa política habitacional pós-1964. Nesse território de moradia da classe trabalhadora, o poder público, alinhado com os interesses do capital imobiliário, exerce o seu controle sobre os grupos sociais de menor rendimento removendo-os e alojando-os nos conjuntos habitacionais periféricos. Com essas remoções ampliava-se o acesso à terra urbanizada para investimentos privados destinados à produção imobiliária para a classe média. Com isso, atendia-se a necessidade de desenvolvimento econômico no setor da construção civil dinamizando o mercado imobiliário formal capitalizando as incorporadoras e empreiteiras.

No Rio de Janeiro, onde as favelas marcam a paisagem urbana da cidade desde o início do século XX, “as primeiras remoções datam dos anos de 1941-1943 e se multiplicaram depois de 1962. Assim, de 1962 a 1974, oitenta favelas foram derrubadas e 139 218 de seus moradores realocados nos grandes conjuntos do BNH construídos na periferia norte e oeste da cidade” (SACHS, 1999: 93).

Na avaliação de Céline Sachs essa política de remoção foi um fracasso. “A população se organizou e resistiu à remoção e à realocação. Vários favelados realocados nos grandes conjuntos acabam por abandona-los e por voltar para a favela” (ibid.: 93).

Essa recusa dos moradores em permanecer nos conjuntos habitacionais se deu por causa da distância em relação aos locais de trabalho, isolamento, falta de oportunidades de pequenos trabalhos informais, importantes como estratégias de sobrevivência, desestruturação de redes de ajuda mútua e solidariedade comuns entre os moradores das favelas e por causa da obrigação de pagar os empréstimos feitos pelo BNH.

Em São Paulo, os números das favelas começaram a crescer nas duas últimas décadas. Por causa disso, a política de remoção não foi maciça como no Rio de Janeiro. Entre 1971 e 1979 “a remoção atingiu apenas 3% da população das favelas, ou seja, 3 398 famílias, com 19 mil pessoas” (TASCHNER, 1984, apud. SACHS, 1999: 94).

Como visto na remoção da favela Jardim Edith, esse tipo de ação pode vir a acontecer em novos formatos apesar do direito à localização largamente reconhecido nos meios técnicos. Vale ressaltar que na defesa pelo direito à cidade devemos ficar atentos para a garantia do direito ao lugar na cidade.

Nesse sentido, analisar a relação entre habitação e cidade em São Paulo implica discutir as disputas, embates, lutas e tensões entre diferentes interesses no contexto das desigualdades sociais presentes nos processos de construção das posições territoriais da casa na cidade e dos seus moradores na sociedade. O mosaico de moradias paulistanas não compõe um quadro estável e pacífico. Cada conjunto de moradias é produto de processos de territorializações que manifestam relações de poder e processos de segregação sócio-espacial. Processos que, em muitos casos, contam com a participação ativa do poder público como visto anteriormente.

No dizer de Maria Ozanira da Silva e Silva, “a segregação social, por garantir os padrões de expansão urbana requeridos pelo capital, por possibilitar a extração de renda urbana, além de permitir a reprodução da força de trabalho a custos baixos, é funcional ao sistema capitalista brasileiro atual, vinculando a questão da terra urbana à dinâmica do processo urbano espoliativo, com a apropriação desigual e excludente, tanto da terra

urbana, como dos serviços públicos de infra-estrutura. Isto porque, ao se localizar em determinada área, é que uma família se articula com todo o resto da cidade, tendo ou não acesso aos benefícios oferecidos, com maior ou menor possibilidade de usufruir das vantagens e das desvantagens que a cidade oferece. A localização da família no espaço urbano determina sua inserção ou exclusão social, pois é a partir daí que é possível ou não ter acesso a uma série de benefícios urbanos, tais como água, luz, esgoto, serviço de saúde, educação, cultura, recreação etc. Daí a habitação não poder ser concebida como mero abrigo, pois ela representa a porta de entrada dos serviços urbanos” (SILVA E SILVA, 1989: 30).

Em São Paulo, como em qualquer cidade brasileira, o acesso à moradia é uma conquista, fruto de lutas sociais, políticas e econômicas diárias que duram o período de vidas inteiras. Para milhares de famílias, conquistar uma casa para morar envolve esforços, investimentos, trabalho, táticas, estratégias de grande monta. Dada a insuficiência, e às vezes a injustiça, das políticas e programas habitacionais implementados pelo governo federal, estadual e municipal, bem como a presença inegável da desigualdade na distribuição de riquezas e do acúmulo de injustiças sociais estruturais no Brasil como um todo, e na cidade de São Paulo em particular, aquelas lutas são mais árduas e menos compensatórias para os grupos de baixa renda, com menos poderes políticos e econômicos. Para esses grupos, os canais de acesso à moradia são mais precários, com menos garantias, geralmente na “extralegalidade”⁶ urbana.

Contudo, esses grupos, mesmo com as dificuldades que caracterizam as suas condições de vida, não se retiraram da luta pelo espaço urbano que, em essência, trata-se de uma luta pela sobrevivência. As lutas sociais pela moradia popular são traços de formação da cidade de São Paulo que persistem na cidade até hoje. O processo de remoção da favela Jardim Edith analisado por Mariana Fix e comentado anteriormente mostra o grau de tensão existente nessas lutas.

Como se pode inferir observando a trajetória de vida da maior parte das famílias que moram na cidade, uma localização urbana determina certa posição territorial relativas às outras posições existentes na rede de relações sociais existentes. A localização da

⁶ Como definido por Raquel Rolnik (1997).

moradia é decisiva na determinação das condições de vida dos moradores paulistanos e dos acessos a certos serviços públicos, empregos e âmbitos da sociedade. As características locacionais dos bairros onde se insere a moradia não se restringem às condições da casa e do lote. Abrangem outras dimensões da vida urbana. Essas localizações são produtos do trabalho social e objetos de lutas constantes. Mostram que o lugar territorial pode produzir e reproduzir a desigualdade e concentrar privilégios. Mas o lugar territorial pode também construir a democratização do direito à cidade.

SEGREGAÇÃO ESTRUTURAL NA CIDADE DE SÃO PAULO

De acordo com o senso comum, a palavra "segregação" remete a uma idéia de separação, isolamento e apartação baseada na interdição deliberada do acesso a algo, a algum lugar. Segregar confunde-se com o ato de colocar à parte, excluindo algo de alguma coisa. Todavia, não se trata de um movimento de mero abandono ou de expulsão pura e simplesmente. A segregação está sempre relacionada com o ato de controle sobre o outro, está sempre ligada à manifestação de um poder.

A circunscrição espacial forçada em guetos, encerrando fisicamente o grupo segregado no interior de espaços controlados por ordens externas, é um dos modos mais usados no exercício do controle coletivo que limita os movimentos das pessoas segregadas reduzindo sua liberdade de ação, restringindo sua sociabilidade, impondo padrões comportamentais e impossibilitando sua convivência com os demais.

Seja qual for a forma de enquadramento do grupo social dominado, a manifestação do poder sempre se faz presente na sujeição forçada às regras impostas por aqueles que se acreditam diferentes e superiores. Tais regras impõem formas de uso do espaço e do tempo àqueles tidos como inferiores, degradados e subjugados. Um exemplo claro desse tipo de imposição encontra-se no gueto judaico na Veneza quinhentista onde o encerramento dos judeus em um espaço murado era acompanhado pela proibição de circular na cidade após o cair da noite (SENNETT, 1997)⁷.

⁷ Nesse texto, Richard Sennett mostra como a sociedade de Veneza do século XVI era movida por um certo medo de contato com judeu baseado em pressupostos moralista infundados. Esse medo que dominava a todos determinava a existência do gueto judaico na cidade.

Mais próximo da atualidade, os guetos negros das grandes cidades dos Estados Unidos e a política de apartação na África do Sul, vistas em cidades como Johannesburgo, são exemplos radicais da segregação social, baseada em argumentos raciais, no século XX, cada qual com seus padrões territoriais específicos. Os guetos negros norte-americanos, em geral localizados nas porções mais centrais das cidades, são reconhecidamente os lugares de moradia dos mais desprovidos. Na África do Sul o governo da minoria branca destinava algumas áreas nas periferias das cidades para a moradia da população negra cujas restrições incluíam toques de recolher ao final do dia.

Os mecanismos de produção da segregação de grupos sociais podem variar de tempos em tempos, de lugares para lugares e de um contexto para outro. Todavia, as finalidades e objetivos políticos da segregação são sempre os mesmos: o controle sobre grupos dominados como garantia do poder.

A segregação sócio-espacial é um traço estrutural na história da cidade de São Paulo. Após a chegada dos colonizadores europeus, o território paulistano constituiu-se permanentemente como um território de divisões sociais entre colonizadores e colonizados, entre senhores e escravos, entre dominadores e dominados, configurando uma base reticular como fundamento das relações de poder, e da constituição do território paulistano, ao longo dos séculos de formação da sociedade brasileira.

No período colonial os aldeamentos indígenas administrados pelos jesuítas e por representantes da Coroa eram os espaços segregados da vila de Piratininga (PETRONE, 1995).

Com o desenvolvimento urbano e industrial, somados ao crescimento populacional e à consolidação de um complexo mercado de terras urbanas e de um mercado de trabalho "livre" em São Paulo⁸, nota-se a permanência desse esquema de dominação e poder sobre bases mais modernas mas seguindo a mesma matriz da apartação sócio-territorial.

⁸ A promulgação da Lei nº 607, a chamada Lei de Terras, em 18 de setembro de 1850 é um fator chave nesse processo ao instituir uma nova forma de acesso à terra: a compra. Essa ruptura com o sistema de doação e a simples ocupação e apossamento, vigentes durante todo o período colonial, será um passo de suma importância para a estruturação fundiária e intra-urbana das cidades brasileiras em geral e para a Imperial Cidade de São Paulo em particular. A Lei de 1850 "Dispõe sobre as terras devolutas do Império e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a

Rolnik (1997) mostra que, na virada do século XIX para o XX, esse desenvolvimento veio acompanhado por várias medidas legais que serviram para segregar e excluir grupos e comportamentos sociais - pobres, negros, operários, cortiços, prostituição - de determinadas partes da cidade, as mais enobrecidas e freqüentadas pelos grupos endinheirados. Seguindo o espírito da época, essas medidas encontravam justificativas baseadas nos argumentos higienistas e de controle de epidemias que se alastravam por algumas cidades - como Rio de Janeiro e São Paulo - afetando principalmente as áreas insalubres de moradia da população mais pobre que passou a ser enquadrada nos dispositivos de controle como focos de doenças.

Se tomarmos o raciocínio de Hardt e Negri (2001) como referência para pensar o poder, o disciplinamento e o controle social no mundo contemporâneo, podemos dizer que esse esquema binário de dominação encontra-se em fase de redefinição⁹ delineando novos

título oneroso assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara.

Artigo 1º - Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra" (apud ROLNIK, 1997: 23).

A regulamentação sobre a colonização estrangeira é apresentada no Artigo 18º que autoriza o governo a "mandar vir anualmente, à custa do Tesouro, certo número de colonos livres para serem empregados, pelo tempo que for marcado, em estabelecimentos agrícolas ou nos trabalhos dirigidos pela Administração Pública, ou na formação de colônias nos lugares que estas convierem (apud ROLNIK, 1997: 23).

A promulgação dessa Lei institui simultaneamente a formação de um mercado de terras e de um regime de trabalho livre que determinarão novos rumos na estruturação do espaço intra-urbano das cidades brasileiras nos períodos subsequentes delineando, na cidade de São Paulo, um novo padrão territorial de segregação sócio-espacial. Com a promulgação da Lei Euzébio de Queiroz "iniciaria uma progressiva retirada de escravos da capital, em grande parte vendidos ou transferidos para interior em decorrência da valorização promovida pela interdição do tráfico. A aparência da cidade começa a sofrer alterações significativas, prenúncio daquelas radicais que se iniciariam em 1867, com a chegada da estrada de ferro à capital, vinda de Santos" (MARINS, 1999: 176).

A introdução da compra como mecanismo de acesso à terra urbana faz com que a disputa pelas localizações na cidade seja reforçada pela lógica do mercado aprofundando, ainda mais, os aspectos da segregação na medida em que o alto preço da terra garante o acesso exclusivo somente àqueles com maiores recursos econômicos em detrimento das classes sociais com rendimentos mais baixos.

A institucionalização de um regime de trabalho livre, composto principalmente por imigrantes europeus, introduz novas relações sociais entre grupos economicamente distintos que interagem na estruturação intra-urbana disputando localizações para implantar, cada qual, seu sistema de produção e distribuição de mercadorias bem como para demarcar os seus respectivos locais de moradia.

⁹ Hardt e Negri afirmam que na contemporaneidade, marcada por uma nova forma de "Império", os esquemas de poder e de dominação superam as contraposições binárias entre colonizadores e colonizados, entre dominadores e dominados. Para esses autores, nessa era do "Império" o poder na sociedade do hipercontrole

padrões de segregação sócio-espacial baseados num diagrama difuso do poder e do controle social.

Teresa Caldeira (2000), vem discutindo esses novos padrões surgidos em São Paulo nas últimas décadas do século XX. Podemos dizer que eles baseiam-se nas microsegregações presentes nos condomínios fechados residenciais de alto padrão, centros empresariais, shopping centers, dentre outros, que se difundem no território disseminando as novas formas de controle social capilarizadas na "*microfísica do poder*" que delinea a "biopolítica" contemporânea segundo a acepção de Hardt e Negri acima citada.

Contudo, mesmo com essas mudanças nos padrões de segregação social, nos diagramas de poder e nos dispositivos de disciplinamento e controle social operantes na cidade, São Paulo sempre foi cindida sócio-territorialmente. Ocorre que os modos dessa segregação variou no tempo, segundo as diferentes fases de estruturação intra-urbana. Para Teresa Caldeira "A primeira (forma urbana da segregação do século XX) estendeu-se do final do século XIX até os anos 1940 e produziu uma cidade concentrada em que os diferentes grupos sociais se comprimiam numa área urbana pequena e estavam segregados por tipos de moradia (em bairros populares e exclusivos). A segunda forma urbana, a centro-periferia, dominou o desenvolvimento da cidade dos anos 40 até os anos 80. Nela, diferentes grupos sociais estão separados por grandes distâncias: as classes média e alta concentram-se nos bairros centrais com boa infra-estrutura, e os pobres vivem nas precárias e distantes periferias. Embora os moradores e cientistas sociais ainda concebam e discutam a cidade em termos do segundo padrão, uma terceira forma vem se configurando desde os anos 80 e mudando consideravelmente a cidade e sua região metropolitana. Sobrepostas ao padrão centro-periferia, as transformações recentes estão gerando espaços nos quais os diferentes grupos sociais estão cada vez mais próximos, mas estão separados por muros e tecnologias de segurança, e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns" (CALDEIRA, 2000: 211).

Nessa descrição geral dos três padrões de segregação social em São Paulo ao longo do século XX nota-se que esse processo ganha corpo na cidade a partir da separação social entre áreas residenciais, entre as habitações dos diferentes grupos sociais, com acessos

encontra-se difuso permeando as diversas relações "biopolíticas". O controle não parte mais de um único

desiguais à cidade e às localizações urbanas. Num primeiro momento há a contigüidade entre os bairros habitados pelas classes aquinhoadas e os bairros de moradia dos mais desprovidos. Em seguida, essa contigüidade é rompida com a expansão urbana que distancia as redes sociais dos grupos com maior poder econômico e político dos trabalhadores que encontram alternativas de moradia nos terrenos relativamente baratos dos loteamentos clandestinos precários e irregulares. Materializa-se uma separação social entre as áreas residenciais elitizadas do centro e os loteamentos populares da distante periferia. Após essa oscilação entre contigüidade e distanciamento, os grupos sociais de alta e baixa renda voltam a se aproximar espacialmente mantendo as distâncias territoriais. As áreas residenciais muradas dos condomínios fechados passam a ser localizados ao lado das habitações precárias da população de baixa renda, junto a loteamentos clandestinos e favelas.

Em São Paulo, nesse começo de milênio, os três padrões de segregação sócio-espacial apontados por Caldeira têm lugar na cidade. A proximidade espacial entre cortiços e bairros de classe média nas áreas centrais da cidade reproduzem o padrão do início do século XX. A periferização galopante dos municípios metropolitanos ao redor de São Paulo reproduzem, com maior gravidade, a segregação centro-periferia. O crescimento das favelas e dos condomínios fechados em locais próximos uns dos outros mostram uma nova realidade segregatória. A existência simultânea dessas formas de segmentação espacial como instrumento de apartação social mostra que a segregação sócio-espacial é constante na cidade de São Paulo.

Nesse início de século XXI, o poder difuso que vem se disseminando cada vez mais no cotidiano da sociedade paulistana é o que opera no atual padrão de segregação sócio-espacial caracterizado pela proximidade territorial de diferentes grupos sociais os quais, no entanto, “estão separados por muros e tecnologias de segurança, e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns”.

As mudanças nos padrões de segregação sócio-espacial na história da cidade de São Paulo estão estreitamente relacionadas com as formas de crescimento territorial e populacional da cidade, com seus respectivos padrões de urbanização. A tabela a seguir

centro, de uma torre do poder, mas encontra-se capilarizado nas diversas redes de relações sociais.

mostra o ritmo intenso desse crescimento no município de São Paulo e na região metropolitana. Nota-se que, apesar da diminuição geral nesse ritmo a partir da década de 1970, a periferia metropolitana vem crescendo mais intensamente do que o município sede desde a década de 1950 reproduzindo os aspectos do “urbanismo de risco” (ROLNIK et alli, 1999) que norteou a formação da periferia paulistana. Tendo em vista a concentração da pobreza e o padrão precário de crescimento urbano nos municípios dessa periferia, pode-se dizer que esse processo consolidou um padrão de segregação metropolitano baseado na ampliação do modelo centro-periferia que continua em vigência apesar dos novos padrões de microsegregações nos espaços intra-urbanos, já mencionados.

Tabela 01 - Município de São Paulo e Região Metropolitana de São Paulo - Crescimento populacional - 1872-1996

Ano	Pop. - MSP	Tx. Cresc. Anual (%)	Outros municípios da RMSP	Taxa de crescimento anual (%)	Pop. - RMSP	Tx. Cresc. Anual (%)
1872	31 385					
1890	64 934	4,12				
1900	239 820	13,96				
1920	579 033	4,51				
1940	1 326 261	4,23	241 784		1 568 045	
1950	2 198 096	5,18	464 690	6,75	2 662 786	5,44
1960	3 781 446	5,58	957 960	7,50	4 739 406	5,93
1970	5 924 615	4,59	2 215 115	8,74	8 139 730	5,56
1980	8 493 217	3,67	4 095 508	6,34	12 588 725	4,46
1991	9 646 185	1,16	5 798 756	3,21	15 444 941	1,88
1996	9 839 436	0,40	6 743 798	3,07	16 583 234	1,43

Fontes: Para 1872-1991: IBGE - Censos Brasileiros; para 1991: IBGE - Contagem populacional (CALDEIRA, 2000: 213)

Flávio Villaça, ao analisar a estruturação de seis metrópoles brasileiras¹⁰, no período entre a segunda metade do século XIX e ao longo de todo o século XX, constata que a segregação espacial, resultante da disputa entre as classes sociais por determinadas localizações urbanas, constitui um processo fundamental na estruturação dos espaços intra-urbanos¹¹ metropolitanos. Evidenciando o significado dos termos utilizados em sua análise,

¹⁰ Flávio Villaça analisa a estruturação do espaço intra-urbano das metrópoles do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto alegre, Salvador e Recife.

¹¹ Para Flávio Villaça, o espaço intra-urbano é estruturado pelas condições gerais de deslocamento das pessoas no interior das cidades. Tais condições são determinadas basicamente pela localização urbana

aquele autor entende a segregação como “um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes *regiões gerais* ou *conjunto de bairros* da metrópole” (VILLAÇA, 1998: 142 – grifo no original).

As disputas inter-classes por localizações urbanas é um processo lento em que as elites procuram garantir para si os melhores acessos a empregos, serviços, consumo, cultura e outros atributos urbanos produzidos coletivamente através do trabalho social. As relações de poder e conflitos sociais presentes na segregação são, basicamente, lutas de classes que acontecem na produção e consumo do espaço urbano. São lutas históricas e marcadamente coletivas. Manifestam-se na “segregação involuntária” que, segundo Villaça, “ocorreria quando o ‘indivíduo ou uma família’ se vêem obrigados, pelas mais variadas forças (e poder), a morar num setor, ou deixar de morar num setor ou bairro da cidade” (VILLAÇA, 1998: 147).

A história da estruturação intra-urbana paulistana apresenta-se, segundo essa perspectiva, como um processo de distribuição e interação sócio-territorial condicionada pela correlação de forças políticas e econômicas entre os vários sujeitos sociais. No interior desse jogo social baseado na contraposição de diferentes interesses de grupo, a cidade se transforma lentamente, delineando diferentes formas de produção e consumo social do espaço urbano. Esse processo de segregação entre grandes porções periféricas, relegadas à precariedade e péssimas condições de vida, e uma pequena porção mais central caracterizada por uma série de benefícios urbanos enraíza-se mais fortemente na metropolização da cidade. Trata-se daquilo que Villaça chamou de *macrosegregação*, ou seja, “a segregação por *regiões da cidade* e não por bairros” (VILLAÇA, 1998: 150).

Essa distinção entre os padrões territoriais da segregação por bairros e da *macrosegregação* é importante pois demarca momentos diferentes da estruturação intra-

definida como “aquela na qual as relações não podem existir sem um tipo particular de contato: aquele que envolve deslocamentos dos produtores e dos consumidores entre os locais de moradia e os de produção e consumo” (VILLAÇA, 1998: 23).

Nesse sentido, uma análise sobre as transformações na estrutura intra-urbana deve necessariamente deter-se nas alterações das localizações intra-urbanas compreendida no interior de uma estrutura de correlações sociais. Sendo as localizações intra-urbanas produto do trabalho social, a sua apropriação é objeto de disputa entre os vários grupos. Essa disputa pela “vantagens e desvantagens do espaço construído” faz com que a estruturação do espaço intra-urbano tenha origem na luta de classes que se processa segundo padrões territoriais marcadas pela segregação e exclusão sociais.

urbana da cidade de São Paulo. Correspondem, respectivamente, aos padrões de segregação sócio-espacial por tipo de moradia, verificados na primeira grande expansão urbana ocorrida na virada do século XIX para o XX, e segundo o modelo centro-periferia, consolidado com a metropolização após a metade do século XX, ambos identificados por Caldeira na citação anterior.

A *macrosegregação* tem produzido as exclusões sociais e discrepâncias que existem entre os diferentes setores do espaço intra-urbano paulistano. É responsável pela distinção física e social entre a porção do território que concentra as principais funções centrais da cidade associadas às áreas residenciais das camadas mais ricas e os loteamentos periféricos da metrópole onde mora a população de renda mais baixa. A *macrosegregação* intra-urbana tem produzido territórios bastante díspares do ponto de vista das condições de vida. Tal disparidade tem penalizado mais intensamente os moradores de menor rendimento que vivem nas piores áreas¹² como aquelas onde as COHABs da zona leste foram implantadas.

Esse quadro da segregação urbana paulistana foi extensamente analisado por Raquel Rolnik em diferentes estudos (1997 e 2000) nos quais percebe-se a persistência do chamado “quadrante centro-sudoeste”, localizados entre os rios Tietê a norte, Pinheiros a oeste e Tamanduateí a leste, como o “lócus” das centralidades metropolitanas reunindo os melhores atributos da cidade.

Antes de avançarmos na análise sobre o padrão territorial da *macrosegregação*, surgido com os processos de formação das periferias na cidade de São Paulo, vamos nos deter um pouco mais sobre o conceito de segregação como uma disputa social inter-classes por localizações urbanas, seja entre bairros seja entre regiões de uma mesma metrópole.

Esse conceito aplica-se em um contexto onde a terra e as localizações urbanas possuem o estatuto de mercadoria e entram no sistema de trocas junto com outras mercadorias, inclusive a força de trabalho ofertada pelas classes de rendimentos mais baixos.

¹² Essa discussão sobre a segregação sócio-espacial e os diferenciais de condições de vida será melhor desenvolvida adiante.

Obviamente, esse conceito de segregação não se aplica à análise sócio-territorial dos núcleos coloniais brasileiros, em que a posse da terra era determinada pelas doações ou por simples ocupação de áreas largamente disponíveis. Nesse contexto, as grandes extensões da terra não possuíam valor de troca, já que o acesso à terra não se dava através da lógica do mercado. Dadas as formas de dominação, coerção e disciplinamento, o trabalho escravo cativo dificilmente constituía-se em uma classe social capaz de disputar as poucas localizações urbanas existentes em um território com baixo grau de urbanização e povoamento.

Todavia, isso não significa que a segregação sócio-espacial entre os grupos dominados e dominadores seja inexistente na realidade de um núcleo colonial como o da Vila de São Paulo de Piratininga. Os aldeamentos eram locais onde os índios escravizados eram segregados segundo uma ordem administrativa comandada pela Câmara local e pelos jesuítas. Nesse núcleo colonial paulistano, a segregação seguia padrões diferentes daqueles encontrados na urbanização capitalista dependente. Isso justifica o cuidado de se usar o conceito de segregação levando sempre em conta a situação histórica em que tal processo ocorre. No contexto do Brasil colonial esse conceito não funciona porque:

1 - o baixo grau de urbanização e povoamento do território mantêm as localizações e usos próximos uns dos outros, unificando produção e moradia em uma mesma unidade espacial, normalmente a casa, eliminando as distâncias que segregam e diminuindo a quantidade e o tempo de deslocamento entre as diferentes partes da cidade. Em um núcleo urbano pequeno, a separação física entre as suas partes não se dá pela distância, portanto o tempo de deslocamento entre uma parte e outra possui pouca importância. Pode-se dizer que, nos núcleos coloniais brasileiros, a divisão territorial do trabalho ocorria no interior dos sobrados urbanos, entre a sala de visitas e a cozinha, ou, usando uma expressão consagrada de Gilberto Freyre, entre a *casa-grande* e a *senzala*, entre os *sobrados* e *mucambos*;

2 - com o baixo grau de urbanização e povoamento do território e a compactação dos núcleos existentes, havia uma certa uniformização das vantagens locacionais entre diferentes parte da vila ou entre diferentes vilas, amortecendo as disputas sociais por locais de moradias;

3 - o acesso à terra através de doações ou simples tomada de posse como era corrente no período colonial fazem com que a distribuição social das localizações urbanas existentes não sejam disputadas economicamente, através dos mecanismos mercadológicos da compra e venda. Quando havia conflitos de interesses, tais disputas envolviam lutas, guerras e conquistas.

Nesse sentido, o marco conceitual proposto por Flávio Villaça não se aplica diretamente à análise sobre alguns aspectos sociais da cidade de São Paulo no período entre 1554 e 1850. Todavia, os agenciamentos espaciais desse período não eram isentos de conflitos sociais. Ocorre que tais agenciamentos não se expressavam na estrutura intra-urbana com base nos processos de segregação espacial inter-classes. Os conflitos sociais no período colonial da história paulistana aconteciam entre colonizadores e colonizados, entre senhores e escravos. Os padrões de segregação sócio-espacial encontrados nesse período seguiam as ordens desses conflitos produzidos, em alguns casos, fora dos marcos de mercado.

Com o início da industrialização paulistana¹³, a segregação deu-se a partir da apartação entre bairros exclusivos e populares. Na virada do século XIX para o XX a população paulistana cresceu intensamente registrando, no período entre 1890 e 1900, uma taxa de crescimento anual de 13,96%. A população da cidade cresceu quase 4 vezes em uma década. Essa explosão demográfica foi provocada principalmente pela afluência de imigrantes estrangeiros e de ex-escravos que se dirigiam para a cidade, vindos das fazendas de café no interior da província. No princípio, esse contingente populacional encontra, nos

¹³ Em seu estudo sobre os primórdios da industrialização do Estado de São Paulo, principalmente a partir da década de 1930, Warren Dean (1971) mostra claramente como as elites econômicas do período cafeeiro articularam-se com os grupos endinheirados de comerciantes e industriais, compostos principalmente por imigrantes europeus, na primeira metade do século XX. Dean descreve a articulação da produção cafeeira com o setor comercial de importações e com o sistema produtivo de bens de consumo. Essa acomodação entre diferentes segmentos do capital ocorria através de associações em empreendimentos econômicos e, em alguns casos, por meio de casamentos entre herdeiros das ricas famílias vivendo nas fazendas do interior paulista ou nos bairros exclusivos elitizados mencionados anteriormente.

Entretanto, essa acomodação entre o tradicional e o moderno não ocorreu em completa harmonia. Ao consolidar e demarcar os próprios interesses políticos e econômicos relacionados diretamente com a urbanização da sociedade, o grupo de industriais entram em conflito com os fazendeiros cujos interesses estavam mais voltados para o campo. Nesse momento, os maiores comerciantes e donos de indústrias paulistas reúnem-se em entidades formadas especialmente para garantir os seus interesses de grupo face às transformações governamentais em nível federal advindas com a era Vargas: garantir os interesses da indústria que, de início, teve pouca atenção por parte de um governo mais ligado aos fazendeiros do sul.

cortiços localizados junto às áreas centrais de São Paulo, a alternativa de moradia barata condizente com os seus recursos. A exemplo das moradias populares das cidades industriais européias do século XIX, descritas por Engels no texto sobre a “situação da classe trabalhadora em Manchester” na Inglaterra, esses cortiços eram marcados pela extrema insalubridade cujas epidemias potenciais serviam como justificativas para intervenções maciças e para a proibição por Lei desse tipo de habitação, como mencionado acima. Nesse momento, o espaço intra-urbano começa a estruturar-se entre a cidade do *lado de cá* do vale do Tamanduateí, no chamado vetor centro-sudoeste, e a cidade do *lado de lá* do mesmo rio, na zona leste. Essa estruturação baseada na segregação entre ricos e pobres prolonga-se ao longo de todo o século XX definindo claramente uma pequena porção urbana onde vive a maior parte da população de alta renda. Esse território residencial da elite paulistana é cercada em todas as direções por vastas extensões de bairros populares ocupados pelos trabalhadores de baixa renda os quais, por décadas, só se fizeram expandir.

O primeiro bairro exclusivo da cidade de São Paulo, o Campos Elíseos, surgiu do loteamento da antiga Chácara do Capão Redondo, posteriormente denominada Chácara Mauá, realizado por Glette e Nothman em 1879. (ROLNIK, 1997: 46)

Com o Campos Elíseos, inicia uma fase de estruturação intra-urbana da cidade de São Paulo marcada pelo delineamento dos territórios residenciais da elite econômica paulistana em direção oeste, para além do vale do Anhangabaú. A denominação *Cidade Nova*¹⁴, referida a essa expansão urbana, procura estabelecer uma distinção com relação ao centro tradicional sem, contudo, dissociar-se da principal área comercial de São Paulo. Do ponto de vista dos privilegiados, essa dissociação ideológica era necessária dada a crescente concentração de cortiços ao sul da Sé, na *Cidade Velha*.

¹⁴ Para Flávio Villaça, a utilização dessa expressão para designar as porções da cidade que se expandia delineando os bairros de elite da época é uma operação ideológica na produção do espaço urbano. Para esse autor, “A nascente, progressista, arrojada e moderna burguesia paulistana se empenhou em produzir uma cidade que refletisse esses seus atributos e que claramente se diferenciasse do “velho”, do passado e do colonial. Uma posição colada à “cidade velha”, como a Liberdade, não exibiria os valores de progresso e renovação, de ruptura com um passado considerado atrasado, então acalentados pela agressiva e talvez orgulhosa burguesia paulistana” (VILLAÇA, 1998: 194).

Vale notar que, nesse início de século XX, entende-se, por “cidade velha”, as áreas da Sé e Liberdade onde acumulavam-se as construções encortiçadas.

O segundo bairro exclusivo foi o Higienópolis, aberto em 1890 com as ruas largas e arborizadas que seguiam o modelo higienista do empreendimento anterior caracterizado pelas suas ruas largas e arborizadas. Com o bairro de Higienópolis o território residencial das famílias abastadas sofre uma inflexão para a esquerda, para o sul, iniciando a estruturação do vetor centro sudoeste que se mantém até os dias de hoje¹⁵. Higienópolis logo recebeu os palacetes implantados em grandes lotes ajardinados onde foram morar a população endinheirada da época, os comerciantes, banqueiros e fazendeiros ricos.

O próximo loteamento residencial para a elite foi aberto junto à avenida Paulista, construída por Joaquim Eugênio de Lima e inaugurada no ano de 1891. Localizada no alto do espigão que separa os cursos dos rios Tietê e Pinheiros, a avenida Paulista complementa a estruturação do vetor centro-sudoeste alcançando o ponto topográfico mais alto da cidade.

Porém, contrariando a tendência dos bairros residenciais burgueses ocuparem os terrenos “altos, secos, saudáveis e com belas vistas panorâmicas” (VILLAÇA, 1998: 197), a elite paulistana vai morar também nos “terrenos planos, insípidos, pantanosos e de pouca resistência física da baixada do rio Pinheiros” (ibid.: 197). Na segunda década do século XX foram abertos os loteamentos da *City of São Paulo Improvements & Freehold Land Co., Ltd.* conhecida simplesmente como Companhia City, que formaram o Jardim América que foi seguido por outros empreendimentos similares como o Jardim Europa e City Butantã, todos localizados no já mencionado vetor centro-sudoeste.

Por que a elite paulista da virada do século XIX para o XX foi estruturando os seus locais de moradia a oeste e depois a sudoeste do centro, superando o vale do Anhangabaú, enquanto os bairros populares foram ocupar os terrenos a leste do vale do Tamanduateí?

Esse processo sofreu influência de inúmeros fatores¹⁶. Todavia, um importante condicionante foi a necessidade das elites econômicas estruturarem os seus bairros

¹⁵ Vale lembrar que as elites continuavam a ocupar terrenos na direção oeste. Segundo Flávio Villaça, a rua São João na Santa Cecília e todo o trecho entre a atual Praça Marechal Deodoro e o Parque da Água Branca (hoje Fernando Costa) foi tomado por palacetes no início do século. (VILLAÇA, 1998: 195)

¹⁶ Ver VILLAÇA, 1998.

exclusivamente residenciais alinhavando-os com a expansão comercial e de serviços do centro no mesmo vetor sudoeste. Essa articulação se deu ao longo de décadas através das acessibilidades permitidas pelas vias radiais construídas em momentos diferentes para servirem a esses loteamentos de elite: avenidas Angélica, Nove de Julho/Santo Amaro, Brigadeiro Luiz Antonio e Rua Augusta, dentre outras. Vale reforçar que a conjugação entre os bairros exclusivos da elite e as funções centrais do poder público local se dava fisicamente, com as instituições públicas se alojando junto aos territórios residenciais dos grupos mais abastados.

O vale do Anhangabaú oferecia menos obstáculos à expansão residencial e das funções centrais do que a problemática várzea do Carmo¹⁷, com as suas enchentes e miasmas mórbidos que, segundo acreditava-se na época, causavam as epidemias que assolavam a população paulistana¹⁸. É justamente nos terrenos localizados na direção dessa várzea, então desprezada pela elite, que os empreendimentos imobiliários destinados à população mais pobre encontrou a possibilidade de construir os seus bairros residenciais, principalmente no início do desenvolvimento industrial, junto às primeiras fábricas construídas nos terrenos dessa baixada.

Todavia, como bem apontou Flávio Villaça (1998), os bairros populares vão se estruturando no lado de lá do rio Tamanduateí mas também ocupam áreas no lado mais vantajoso da cidade onde se concentram os bairros de elite. Entretanto, é inegável a contraposição entre os bairros populares vinculados territorialmente à indústria na estruturação da porção leste da cidade de São Paulo e os bairros exclusivos de elite que se associou com a expansão das funções centrais, ligadas ao comércio, serviços e instituições públicas, no vetor centro-sudoeste.

¹⁷ Em 1819, Saint-Hilaire já anota a existência de pontes principais na cidade de São Paulo: duas sobre o Anhangabaú, chamadas Lorena e Marechal, e uma sobre o Tamanduateí, chamada Ferrão. A ponte Lorena ligava a cidade com os caminhos que iam para Jundiaí e Sorocaba, a ponte Marechal ligava a cidade com o bairro de Santa Ifigênia e a ponte Ferrão ligava a cidade com o começo da estrada para o Rio de Janeiro (BRUNO, 1984: 252)

¹⁸ Ernani da Silva Bruno afirma que, "De fato, em 1822 - segundo um Registro Geral da Câmara - a várzea do Carmo, que já fôra tão enxuta a ponto de ter sido um dos passeios favoritos dos moradores da cidade, estava reduzida a um pântano contínuo, devido a ter-se consentido que alguns particulares, atendendo apenas aos seus interesses ou aos seus caprichos, desviassem do seu leito natural as águas do Tamanduateí, arruinando o caminho e tornando 'doentio o clima desta cidade por natureza sadio'" (BRUNO, 1984: 350).

A associação entre os bairros populares e as indústrias pode ser claramente reconhecida nas vilas operárias, construídas junto às primeiras fábricas no final do século XIX e início do século XX¹⁹. Algumas das principais vilas desse período, como a Maria Zélia (Belenzinho), Crespi (Moóca) e Nadir Figueiredo (Penha) localizam-se nos bairros da zona leste. Segundo Carpintéro, “em São Paulo, as vilas operárias, na sua maioria, foram construídas em regiões vizinhas às áreas já ocupadas, e em terrenos alagadiços e pouco valorizados nos bairros em que as fábricas já estavam instaladas ou nas proximidades dos rios e das ferrovias” (CARPINTÉRO, 1997: 68).

Enquanto os bairros exclusivos traduziam os preceitos higienistas que dominavam o pensamento urbanístico da época sob a forma de ruas largas e arborizadas, casas espaçadas umas das outras, rodeadas por jardins e banhadas por ar e luz, as vilas operárias, construídas como uma contraposição à realidade dos cortiços, traduziam esses preceitos em fileiras de casas geminadas alinhadas num ordenamento disciplinador que procurava enquadrar os operários especializados e sua família nas regras sanitárias e trabalhistas impostas pelos industriais. Assim como os escravos africanos, os moradores de cortiços eram vistos pelas autoridades como focos de imoralidades, epidemias e crimes que demandavam controle médico e policial a fim de evitar a desordem social e o alastramento de doenças²⁰. Sob esse argumento, as vilas serviam basicamente como mecanismo de controle das greves e, devido à sua proximidade com a fábrica, colocava os operários

¹⁹ Segundo Eva Alterman Blay (1981), “Várias indústrias, de grande porte, tiveram a mesma atitude: ao erguerem suas fábricas, construíram também vilas para seus empregados. Essa construção podia se dar numa etapa mais tardia, à medida que a empresa ia crescendo. Ocorria também a compra de casas já prontas e que se destinavam sempre aos empregados das fábricas, os quais as obtinham mediante aluguel, podendo também ocorrer a permissão de uso sem ônus, numa forma de comodato. O fundamental era que ter o emprego significava ter a casa assim com perder o emprego significava ter de deixá-la. A casa era propriedade da fábrica” (BLAY, 1999: 145).

²⁰ Esse paralelo entre a população escrava e os trabalhadores da indústria brasileira nos seus primórdios é estabelecido por Eva Blay (1981) ao afirmar que “Assim como o senhor reservava a senzala para que seus escravos dormissem, o industrial também investia parcela de seu capital na construção de dormitórios onde retinha sua força de trabalho. Mas, a fazê-lo, atuava diretamente sobre a camada trabalhadora na qual procurava difundir padrões de comportamentos adequados, na óptica capitalista, ao desempenho do trabalhador livre (...)

O operário em formação, convivendo com o trabalho escravo, numa nação apoiada na produção agrário-exportadora, não encontrara seus parâmetros de comportamento. Ao oferecer quartos para dormir, os empresários ofereciam também modos de viver, regras, atitudes e valores a serem cumpridos. Na elaboração de uma ideologia de valorização do trabalho urbano livre e industrial, o processo de habitar é utilizado pela burguesia como veículo de transmissão dos novos valores” (BLAY, 1981: 148).

especializados, principalmente aqueles que trabalhavam na manutenção das máquinas, 24 horas por dia à disposição do empregador. Dessa forma a provisão de moradias para o operário industrial pelo patrão colocava-se como uma medida voltada para os interesses do capital. A partir daí, é importante notar que o acesso a essa provisão habitacional estava totalmente condicionada ao emprego industrial assalariado. O operário tinha uma parte do seu salário descontado no ato do pagamento correspondente ao aluguel da casa na vila. Depois de décadas, os moradores tem o "privilégio" de comprar as casas dos seus empregadores usando as próprias economias. Esse condicionamento do acesso à moradia popular pelo salário permanecerá nas várias etapas da política habitacional brasileira nos períodos subsequentes.

A metropolização e a expansão periférica eleva a segregação entre bairros exclusivos e populares, coma contraposição entre os vetores centro-leste e centro-sudoeste, à enésima potência. A *macrosegregação* apreendida no modelo centro-periferia torna-se mais evidente com a intensificação da industrialização a partir de meados do século XX²¹. A exemplo do padrão anterior, esse padrão territorial da segregação social baseado na apartação entre grandes regiões da metrópole, e não mais entre casebres e casarões contíguos entre si, continua a ser produto de um processo de intensa disputa entre classes sociais por localizações urbanas. Ocorre que essa disputa não se dá mais no contexto de

²¹ A metropolização paulistana, desde a sua gênese, encontra-se associada à intensificação do processo de industrialização ocorrido principalmente a partir de meados do século XX. Desse período em diante, surgiram grandes áreas industriais localizadas junto à antiga ferrovia Santos-Jundiaí e nas imediações das rodovias de ligações inter-regionais que começaram a ser construídas ligando São Paulo a outras partes do estado e do país. A rodovia Anchieta, construída no ano de 1947, ligando a região sul da cidade de São Paulo à Baixada Santista cortando o município de São Bernardo do Campo que estava se industrializando rapidamente, foi a primeira de uma série. A Rodovia Presidente Dutra, ligando São Paulo ao Rio de Janeiro, passando por Guarulhos e seguindo através do Vale do Paraíba, unificando os dois principais pólos de desenvolvimento nacional, foi construída logo em seguida. Seguiram-se as rodovias Imigrantes, Régis Bittencourt, Raposo Tavares, Presidente Castelo Branco, Anhanguera, Bandeirantes e Fernão Dias.

Esse modelo de desenvolvimento desigual e concentrador de riquezas consolidou-se com a instalação das multinacionais, em sua maior parte norte-americanas, no território brasileiro, notadamente em alguns municípios da metrópole paulistana. A maior parte dessas multinacionais atuavam no setor automobilístico e se instalaram na região do chamado ABC paulista (reunindo os municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul) e em Guarulhos que, nesse momento, já estavam completamente conurbados com a cidade de São Paulo formando uma área urbanizada relativamente contínua. Essa conurbação ocorreu principalmente ao longo das décadas de 1940, 1950 e 1960 quando esses municípios, junto com São Paulo, registraram forte crescimento populacional e territorial. Nesse período, inicia-se irreversivelmente o processo de metropolização que se desenvolve incorporando outros núcleos urbanos localizados nos arredores da cidade de São Paulo como os municípios de Osasco, Taboão da Serra, Ferraz de Vasconcelos, Itaquaquecetuba e Suzano, por exemplo.

uma cidade compacta como era a São Paulo da primeira industrialização. A *macrosegregação* é produto das disputas inter-classes sociais no interior de um processo de estruturação intra-metropolitana no qual se tem a incorporação de vários núcleos vizinhos em uma mesma entidade urbana originando a metrópole dispersa com baixa densidade populacional²².

Extrapolando a dimensão puramente físico-espacial, Meyer define metrópole como “uma forma de organização” (1991: 213). Apoiando-se em Massimo Cacciari²³ essa autora afirma que a metrópole é mais do que uma grande cidade, é “um tipo urbano pluriarticulado, um serviço global e dirigido ao desenvolvimento do grande capital” (MEYER, 1991: 213). Meyer vê na definição de urbano como “redes, fluxos extremamente diferentes (que) superpõem-se e mesclam-se, desde a via pública até o trânsito de informações, desde o mercado até a troca de símbolos”, elaborada por Henri Lefebvre²⁴, os atributos evidentes da metrópole contemporânea. (MEYER, 1991: 212)

Essas definições de metrópole priorizam a perspectiva do capital que, certamente, serve-se das múltiplas redes, fluxos, informações, mercados e trocas de símbolos para reproduzir-se e ampliar os seus domínios. Todavia, nessa mesma metrópole do capital encontram-se os trabalhadores que também impõem a sua realidade, redes e interesses conflitando e muitas vezes confrontando com os interesses do capital em diversas situações²⁵.

²² A densidade populacional em São Paulo no ano de 1914 era de 110 hab/ha. Em 1963 essa densidade caiu para 53 hab/ha. (apud ROLNIK, 1997: 165)

²³ "Dialética de lo Negativo en la Epoca de la Metropole". In De la vanguardia a la metropole. Barcelona: Gustavo Gili, 1972.

²⁴ "La Ville et L'Urbain". In Le Droit à la Ville. Paris: Anthopos, 1972

²⁵ Para se ter uma apreensão bastante viva desse tipo de conflito, vale analisar o livro de Mariana Fix (2001) no qual se observa o processo de remoção de moradores de uma favela implantada ao longo do córrego Águas Espraiadas, em cujas margens se construiu uma avenida com os mesmos nomes, localizado junto a uma área de crescente valorização imobiliária no quadrante centro-sudoeste. Nessa área, desde a década de 1970, vem sendo construídos vários prédios de escritórios onde se instalam algumas das principais sedes de empresas instaladas no país. Na descrição de Mariana Fix percebe-se claramente a atuação do Poder Público, durante o governo de Paulo Maluf na prefeitura de São Paulo (1992-1995), promovendo a remoção através dos seus aparelhos institucionais, força policial, advogados, assistentes sociais, dentre outros. O Poder Público viabiliza a remoção dando dinheiro para que os moradores se mudem para outras partes da cidade ou retornem para as suas cidade de origem, às vezes em outros estados.

A intensificação das disputas sociais intrínsecas a esse padrão disperso de ocupação territorial é responsável pela *macrosegregação* metropolitana produzida pelo desenvolvimento industrial fordista. *Macrosegregação* marcada por profundos desequilíbrios qualitativos, do ponto de vista da oferta de serviços e equipamentos coletivos, entre as diferentes regiões da metrópole.

Tais desequilíbrios foram anotados na década de 1950 pela Sociedade para Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais - SAGMACS que elaborou o estudo sobre a *Estrutura Urbana da Aglomeração Paulista* segundo a coordenação de Louis-Joseph Le Bret. Esse estudo foi contratado por Wladimir de Toledo Piza durante sua rápida passagem pela prefeitura paulistana, entre 1956 e 1957, que já conhecia “com exatidão as dificuldades relativas ao abastecimento de água potável, que não atendia então nem metade da população; da rede coletora de esgotos que alcançava somente 30% da área urbana; da coleta de lixo que restringia-se também aos mesmos 30% da área total” (MEYER, 1991: 128)

A série de *anomalias*²⁶ urbanas diagnosticadas por esse estudo mostra um quadro de questões que continuam a ressoar na cidade São Paulo até os dias de hoje. Apesar da palavra *anomia* remeter à idéia de um processo de deformações naturais, é preciso ressaltar que os desequilíbrios na estruturação do espaço intra-urbano da metrópole paulistana é um processo sócio-político, com profundas implicações territoriais, marcado por conflitos de interesses dos diferentes grupos sociais no qual o Estado participa favorecendo principalmente os interesses das classes dominantes. A naturalização desse processo social sugerida pela palavra *anomia* precisa ser cuidadosamente eliminada para evitar a ocultação dos conflitos existentes.

²⁶ As anomalias diagnosticadas pelo estudo da SAGMACS são:

“anomalias de implantação das edificações;

anomalias do equipamento básico;

anomalias decorrentes do processo anárquico da expansão central e periférica;

anomalias da circulação - estudo sumário e exemplificativo e

anomalias das legislações existentes (destacando a sua crescente inadaptação às novas condições metropolitanas)” (MEYER, 1991: 131).

A *macrosegregação* agudiza a dicotomia entre as áreas de concentração dos melhores atributos urbanísticos da cidade²⁷ e a áreas longínquas da periferia precária ocupada pela população de baixa renda. Para Ermínia Maricato “a distribuição desigual dos equipamentos e serviços urbanos pelo território gera os chamados efeitos de “vizinhança” ou “externalidades”, conferindo renda aos proprietários privados de imóveis beneficiados direta ou indiretamente pelos investimentos. A luta pela disputa dos investimentos em obras ou equipamentos urbanos opõe trabalhadores, que deles necessitam para sobreviver ou para melhorar as condições de vida, e apropriadores da renda da terra urbana. O caráter coletivo do consumo desses equipamentos e serviços conduz a uma luta coletiva” (MARICATO, 1987: 26-27)

Marta Dora Grostein (1987) mostrou como o crescimento urbano dessas áreas periféricas ocorreu principalmente na clandestinidade, desgarrado de qualquer sistema de controle por parte do poder público, à margem de qualquer sistema de regulação urbana e de normas de ocupação do solo. Grostein mostra que a construção dessa “cidade clandestina” não foi fruto de ausência de normas mas, sim, de uma aquiescência e até conivência por parte do poder público quanto às falhas na aplicação dessas normas e posterior fiscalização.

O *padrão periférico de urbanização*, que regeu esse crescimento urbano horizontal durante as décadas da segunda metade do século XX, e continua vigendo em ritmo menos intenso nos dias atuais, apóia-se justamente sobre a abertura em larga escala de loteamentos clandestinos cujos lotes parcelados e comercializados, ilegal e irregularmente, foram ocupados por casas construídas pouco a pouco pelo próprio morador nos seus horários de folga, com a ajuda da família, parentes, amigos ou através de mão-de-obra contratada informalmente²⁸. Tais loteamentos, distantes das áreas de emprego da cidade,

²⁷ Esse vetor constitui um setor da cidade sob controle do capital imobiliário e comercial, que obtém ganhos significativos investindo junto a um mercado consumidor com alto poder aquisitivo, e priorizado pelo poder público na distribuição dos investimentos. Flavio Villaça, discutindo as representações ideológicas da cidade por parte da mídia (notadamente a mídia impressa), chama a atenção para a identificação desse quadrante, que corresponde a uma pequena parcela do território metropolitano, com aquilo que seria a cidade de São Paulo. De fato, trata-se de um operação de uma operação ideológica básica: apresentar a parte como sendo o todo obnubilando as desigualdades e os processos de segregação existentes.

²⁸ Para um maior detalhamento das relações envolvidas na produção de um loteamento clandestino ver, no caso da Grande São Paulo, ROLNIK & BONDUKI (1979) e no caso da Grande Rio de Janeiro ver CHINELLI (1981). No estudo desenvolvido por Rolnik e Bonduki, analisando cinco loteamentos abertos no

dos equipamentos de educação, saúde, cultura, lazer e entregues sem nenhuma infraestrutura de saneamento²⁹, eram posteriormente alcançadas por linhas de ônibus, em geral clandestinas, que levavam os trabalhadores até o centro da cidade trazendo-os para casa no final do dia. Vale lembrar que o ônibus é o meio de transporte coletivo com as melhores condições para se adequar ao *padrão periférico de urbanização* pois exige infraestrutura mais barata e possui maior flexibilidade do que os transportes sobre trilhos como o trem, os bondes e o metrô. Em 1948, um ano depois da criação da Companhia Municipal de Transporte Coletivo - CMTC de São Paulo e início da intensificação da ocupação periférica, o número de viagens feitas com ônibus já correspondia a 43,6% do total. Em 1966, 18 anos depois, esse número passa a ser de 91,2% (apud CALDEIRA, 2000: 219). Esse aumento estrondoso demonstra o domínio do ônibus no sistema de transporte coletivo associado com o crescimento horizontal da cidade que reforça a dicotomia centro-periferia consolidando a macrosegregação característica do processo de metropolização em São Paulo.

município de Osasco entre 1951 e 1970, na porção oeste da Região Metropolitana de São Paulo, chama-se a atenção para a necessidade de desmistificar o mutirão evitando toma-lo como exemplo de solidariedade de classe.

Os autores afirmam que "O mutirão, além de se constituir em expediente que indiretamente contribui para manter baixos salários e estender a jornada de trabalho, caracteriza-se por ser simplesmente uma contraprestação de serviços, onde um morador ajuda o outro na expectativa de ser auxiliado quando necessitar. A cooperação se dá principalmente entre familiares ou conterrâneos, ou entre colegas, quando existe entre eles uma relação de amizade mais forte, não sendo portanto a relação de vizinhança a base de cooperação. De qualquer maneira é certo que essa operação acaba por mobilizar inúmeras pessoas, de tal forma que os trabalhadores ficam durante muitos anos envolvidos num processo social de construção de moradias aos domingos, seja para si ou para seus parentes" (ROLNIK & BONDUKI, 1979: 132).

Diante da ausência de uma política habitacional democrática que responda às demandas das classes populares, Ermínia Maricato aponta a chamada autoconstrução como a alternativa de moradia possível para os trabalhadores. A descrição do processo de produção desse tipo de moradia segue os mesmos termos da citação anterior.

Segundo Maricato, "É principalmente através da autoconstrução que a maioria da população trabalhadora resolve o problema da habitação, trabalhando nos fins de semana, ou nas horas de folga, contando com a ajuda de amigos ou parentes, ou contando apenas com a própria força de trabalho (marido, mulher e filhos).

A construção da casa se estende por muitos anos absorvendo a maior parte das economias conseguidas sempre em prejuízo de outras necessidades, já que o salário é baixo para suprir satisfatoriamente todas as necessidades que tem a classe trabalhadora para se reproduzir, em meio urbano" (MARICATO, 1979: 73).

²⁹ As implicações do padrão periférico de urbanização não afeta somente aqueles que vão morar nos territórios distantes e precários. Como bem lembra Gabriel Bolaffi, uma das principais consequências desse processo de ocupação do território caracterizado pela descontinuidade e baixa densidade é a "elevação dos custos sociais e privados da urbanização e comprometimento irreversível da eficiência da administração pública" (BOLAFFI, 1979: 60)

A associação entre transporte rodoviário, processo de metropolização e urbanização periférica já está presente no Plano de Avenidas de Francisco Prestes Maia elaborado na década de 1930 que projetava uma estrutura viária radioconcêntrica para a metrópole industrial então em fase inicial de formação³⁰. Essa radioconcentricidade parcialmente concretizada no território paulistano reposiciona as áreas centrais da cidade, contornadas pelo "perímetro de irradiação", lançando as bases para a estruturação periférica.

O *padrão periférico de urbanização* é a contraface urbana do modelo de desenvolvimento desigual da industrialização brasileira, baseado na intensa exploração, controle e disciplinamento da força de trabalho, vigente na segunda fase da política de substituição de importações instaurada na década de 1930 e consolidada ao longo das décadas seguintes, culminando com o chamado *milagre brasileiro* do período entre 1968-1973. Esse desenvolvimento concentrou a maior parte dos investimentos na região sudeste, principalmente na metrópole de São Paulo, criando os maiores pólos industriais do país e da América Latina voltados para a produção de bens duráveis como automóveis e eletrodomésticos. Tal concentração aprofundou as desigualdades inter-regionais e, na metrópole paulistana, produziu uma dinâmica econômica baseada na super exploração da mão-de-obra migrante³¹, vinda de outras partes do país, notadamente do interior do próprio

³⁰ Para maiores detalhes, ver

MAIA, Francisco Prestes. Estudo de um plano de avenidas para a Cidade de São Paulo. São Paulo: Melhoramentos, 1930. e

LEME, Maria Christina da Silva. Revisão do Plano de Avenidas. Um estudo sobre planejamento urbano em São Paulo, 1930. São Paulo: FAUUSP, 1990, Tese de doutoramento.

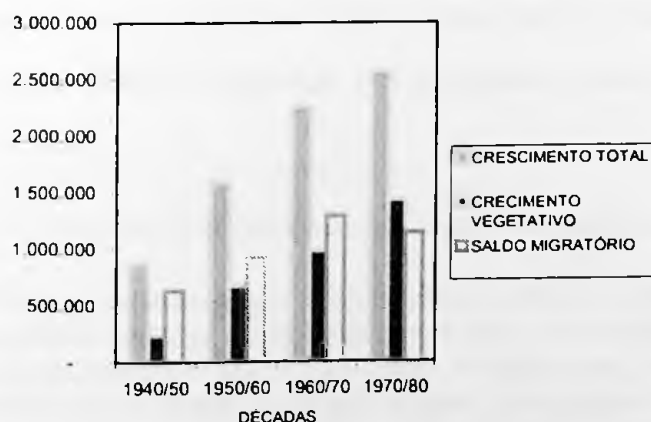
³¹ Este crescimento pode ser verificado no gráfico a seguir que mostra a preponderância do saldo migratório positivo no crescimento populacional do Município de São Paulo, de longe o maior receptor de mão-de-obra migrante da metrópole, ao longo das décadas de 1940, 1950 e 1960. Somente na década de 1970 há uma inversão nesse padrão e o crescimento vegetativo passa a ser o principal fator no aumento populacional paulistano.

estado de São Paulo e de alguns estados como Ceará, Bahia e Minas Gerais, reproduzindo no interior da metrópole paulistana o padrão de desigualdade sócio-econômica e de concentração de renda existente em escala nacional.

A lógica política e econômica da urbanização capitalista que regeu o desenvolvimento econômico de São Paulo, contrapondo pujança industrial, crescimento urbano, acúmulo de pobreza e precariedade nas condições de vida, foi claramente exposta no livro *São Paulo 1975 - Crescimento e Pobreza* (CAMARGO et alli, 1975).

Esse estudo, realizado por uma equipe de pesquisadores para a Pontifícia Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, demonstra que “a pujança econômica de São Paulo em relação a outras áreas do Brasil revela-se tanto na enormidade de sua infraestrutura (edificações, energia elétrica etc.) como em qualquer dos indicadores habitualmente empregados para medir o crescimento econômico (a produção industrial, o sistema financeiro, a renda per capita etc.). No entanto, se examinado o desenvolvimento da cidade do ponto de vista das condições de vida de seus habitantes, verifica-se um elevado e crescente desnível entre a opulência de uns poucos e as dificuldades de muitos. É a distância entre a riqueza, representada nas moradias suntuosas dos “jardins”, e a pobreza dos bairros de trabalhadores, carentes dos serviços urbanos básicos - transporte, água, esgoto, habitação. É o contraste entre o crescimento do consumo de bens de luxo e a diminuição do salário mínimo real” (CAMARGO et alli, 1975: 17)

GRÁFICO 1 - CRESCIMENTO POPULACIONAL MSP -
1940-80



Fontes: Censos Demográficos IBGE 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980. (ROLNIK et alli, 2000)

Esse processo foi tão determinante na construção do território da cidade que consolidou o termo "periferia" como sinônimo de marginalidade, pobreza, precariedade e exclusão social. Discutindo a deterioração física da habitação urbana das classes populares no Brasil no período pós-1964, Gabriel Bolaffi afirma que "em São Paulo a expressão "periferia" acabou por adquirir uma nova semântica, diferente daquela emprestada da geometria. Quando políticos e administradores falam em "periferia", não se referem necessariamente às áreas exteriores mais distantes do centro urbano. Referem-se aos setores da cidade precariamente atendidos por serviços públicos, nos quais os valores imobiliários são suficientemente reduzidos para serem suportados pelas populações de baixa renda" (BOLAFFI, 1979: 57)

A periferia passa a ser identificada como o principal problema urbano na cidade de São Paulo. Na década de 1970, em um contexto no qual apenas 30% dos domicílios da metrópole paulistana são servidos pela rede de esgotos e 53% pela de água, ou ainda 52,4% dos domicílios da capital não podem contar com acesso à rede de água e 41,3% são desprovidos de esgoto, a periferia aparece como o lugar da carência e de péssimas condições de vida.

Entretanto, o que não se pode esquecer é que a periferia é antes de tudo o lugar de moradia da população trabalhadora e, principalmente, do chamado "exército industrial de reserva"³². Nesse período, em que o Município de São Paulo possuía 5 924 615 habitantes, 1,8 milhões deles, correspondendo a 30,4%, viviam na periferia. (CAMARGO et alli., 1975: 37)

Para Ermínia Maricato a periferia urbana da década de 1970 era "o espaço da residência da classe trabalhadora ou das camadas populares, espaço que se estende por vastas áreas ocupadas por pequenas casas em pequenos lotes, longe dos centros de

³² A funcionalidade econômica do exército industrial de reserva foi muito bem descrita nos seguintes termos:

"Para que possam piorar as condições de nutrição e saúde da classe operária sem comprometer a produção, é necessário reduzir as necessidades de força de trabalho das empresas ou diminuir o ciclo de vida produtiva dos trabalhadores individuais. Num e noutro caso, trata-se de selecionar permanentemente os mais aptos, excluindo os demais das oportunidades de emprego e remuneração. Isso só se torna possível na medida em que o número de trabalhadores disponíveis seja superior à necessidades das empresas e enquanto estiver bloqueada a capacidade da classe operária em seu conjunto para reivindicar melhores salários" (CAMARGO et alli, 1975: 78).

comércio ou negócios, sem equipamento ou infra-estrutura urbanos, onde o comércio e os serviços particulares também são insignificantes enquanto forma de uso do solo. Essa ocupação é urbana, mas pode-se dizer também que é desurbanizada à luz de certas formulações técnicas urbanísticas de planejamento ou mesmo à luz de certas formulações antropológicas, ou ainda à luz da história das cidades” (MARICATO, 1979: 82-83).

Analisando a periferia como “expediente de reprodução da força de trabalho”, Raquel Rolnik e Nabil Bonduki preferem “definir periferia como as parcelas do território da cidade que têm baixa renda diferencial, pois, assim, este conceito ganha maior precisão e vincula, concreta e objetivamente, a ocupação do território urbano à estratificação social” (ROLNIK & BONDUKI, 1979: 147)

Essa definição de periferia baseada na “baixa renda diferencial” que a terra recém urbanizada possui, devido ao baixo nível de investimentos em serviços e equipamentos urbanos, condiz perfeitamente com a *macrosegregação* produzida pelo “diferencial na capacidade social de acesso à terra urbana” mantida como uma mercadoria peculiar na urbanização capitalista cujos benefícios são acessados notadamente por aqueles com maior poder aquisitivo. Nesse sentido, pode-se dizer que o conceito de *macrosegregação* é intercambiável com a exclusão social que também opera interdições de acessos aos serviços e benfeitorias urbanas produzidas coletivamente.

Tal diferencial social produzido pelos mecanismos de poder e de disputa que operam a segregação sócio-espacial corresponde ao “contraste entre a sofisticação do consumo de uma minoria e as condições precárias de vida da maioria (...) O modelo de expansão industrial, nos últimos 15 anos, apoiou-se justamente na produção de artigos de consumo durável e de luxo, destinados aos estreitos círculos de renda média e alta. Os estratos inferiores, excluídos desse mercado de consumo, pagaram não obstante alto preço. A deterioração das condições de vida da maioria da população trabalhadora acentuou-se, enquanto a economia do país crescia a uma significativa taxa de 10% ao ano, dando origem ao que, por muitos, foi designado milagre brasileiro. Mas que tipo de milagre é esse, em que o desenvolvimento significa piorar a vida da maioria da população?” (CAMARGO et alli, 1975: 59).

Então, os padrões de segregação sócio-espacial, os processos de metropolização e periferização ocorridos na cidade de São Paulo e em outras cidade brasileiras possuem nexos diretos com o modelo desigual de desenvolvimento econômico e urbano do país. A periferia paulistana é a expressão mais retumbante da desigualdade social produzida por esse modelo de desenvolvimento brasileiro que já foi tão criticado pelo economista Celso Furtado em seus escritos sobre o *mito do desenvolvimento econômico*.

No Brasil e particularmente em São Paulo, discutir a habitação implica colocar em questão todos os dispositivos de produção e distribuição social dos espaços urbanos somados ao conjunto de acessos a condições de vida, econômica, política e cultural propícios para a realização de capacidades para o desenvolvimento humano. Na realidade brasileira, discutir habitação exige questionar a desigualdade social produzida por séculos de formação baseada na espoliação. Discutir a habitação de interesse social produzida pelo poder público, como as COHABs da zona leste, coloca em questão o papel do Estado na produção do urbano socialmente segregado e desigual com periferias tidas como o território da pobreza, da precariedade, da provisoriedade, dos baixos rendimentos fundiário e da não-história mas também o lugar das potencialidades, das transformações e das heterogeneidades. É a meada desse fio que pretendo seguir no próximo capítulo.

CAPÍTULO II - A PRESENÇA DO ESTADO NA URBANIZAÇÃO PERIFÉRICA

Neste capítulo procuro traçar algumas evidências que comprovem a presença do Estado no processo de urbanização da periferia paulistana. Uso como argumento uma pesquisa realizada por Eduardo César Marques e Renata Bichir sistematizando os investimentos em obras e serviços da Secretaria Municipal de Vias Públicas da Prefeitura de São Paulo no período entre 1978 e 1998. Discorro ainda sobre um tipo de presença estatal menos óbvia no espaço urbano, isto é, o Estado como agente produtor de informações sociais. Aproveito para comentar alguns dados das COHABs em comparação com os dados da zona leste e do município de São Paulo como um todo. Finalmente, procuro dar a ver, através de uma série de fotos aéreas correspondentes aos trechos da periferia onde se implantaram as COHABs analisadas, a configuração física de um produto resultante da presença do Estado na implementação da política habitacional pós 1964.

COHABs: ENTRE A CAUSA SOCIALISTA E O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA PERIFÉRICO

Quando, na segunda metade da década de 1970, as primeiras COHABs da zona leste do município de São Paulo – Teotônio Vilela no distrito de Sapopemba e Itaquera no distrito de Itaquera e Artur Alvim - começaram a ser entregues aos moradores que foram sorteados para obter o financiamento da casa própria, criou-se uma situação ambígua. De um lado, essa obra tinha a sua importância por ofertar moradias para a população de baixa renda em escala jamais vista na história da produção estatal de habitação popular no Brasil, apesar de insuficientes frente à demanda existente. Por outro lado, esses conjuntos foram imediatamente avaliados negativamente tanto pelas condições precárias em que foram entregues, sem infra-estrutura de saneamento básico, transporte, pavimentação viária, serviços de saúde e educação, quanto pela localização nos extremos das áreas periféricas, distantes dos locais de trabalho e do comércio.

A exemplo dos conjuntos habitacionais construídos em várias cidades do mundo, essas COHABs foram logo criticadas pelos arquitetos, desqualificadas com argumentos exageradamente desmoralizantes e rebaixadas como um “abastardamento” e uma

“degenerescência” dos princípios da boa arquitetura e do bom urbanismo modernistas exemplificados nas superquadras de Brasília.

A mera desqualificação coloca as COHABs, e todos os conjuntos habitacionais problemáticos construídos nas periferias das cidades brasileiras, como se fossem simples “desvios” na rota teleológica do projeto moderno e com relação aos ideais dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna - CIAM. Esse tipo de argumento, que procura colocar as COHABs como se fossem meros equívocos construtivos, não problematiza a fundo a realização das COHABs. Perde-se de vista as questões políticas e econômicas envolvidas nessa realização.

Para seguir um caminho de análise diferente, devemos sair da discussão inócua sobre a boa e a má forma na arquitetura, sobre a melhor valoração de alguns arquitetos em detrimento de outros. Nesse sentido, consideremos as COHABs como o resultado de uma produção arquitetônica que segue os princípios da arquitetura e do urbanismo modernos. Coloquemos esses conjuntos habitacionais na história da arquitetura moderna brasileira, da habitação popular no Brasil e da “provisão habitacional” paulistana. Uma história que não é feita somente por alguns poucos nomes mas também pela atuação dos arquitetos e engenheiros empregados pela prefeitura e pelas empreiteiras contratadas para a execução dos projetos, devidamente registrados e regulamentados. Uma história da arquitetura feita não somente por alguns nomes de profissionais notáveis, escolhidos como representantes de realizações da boa arquitetura, mas também pelos grupos mais amplos de profissionais os quais, em verdade, são os que constroem grande parte dessa mesma história que ainda está para ser escrita.

Seguindo essa linha de análise, vale tecer algumas considerações sobre a arquitetura e o urbanismo modernos. Não se trata de fazer uma explanação detalhada sobre os seus princípios mas, sim, levantar, de saída, alguns aspectos que importam para o desdobramento da análise.

Em primeiro lugar, consideremos o urbanismo modernista, com seu desenho funcionalista de formas espaciais repetitivas baseados em uma racionalidade técnica condizente com uma noção unidimensional de cidade, como uma proposta alinhada com os princípios fordistas do capitalismo industrial baseados na busca pela expansão da produção

e do consumo geradores de lucros extraídos na exploração da força de trabalho colocada à venda como mais um componente no sistema de mercadorias. Essa busca pela otimização do funcionamento social através das técnicas de planejamento traz embutidos objetivos disciplinadores e vem resumir a vida coletiva à simples lógica do mercado.

Em segundo lugar, anotemos o fato de que em boa parte das proposições urbanísticas modernas na primeira metade do século XX, inclusive no Brasil, os problemas da produção industrial, da moradia para a classe trabalhadora e da circulação de pessoas, mercadorias e matérias-primas na cidade predominavam como problemas centrais do urbano em transformação.

Colocadas essas referências, lancemos vistas sobre o argumento central de Anatole Kopp apresentado em seu livro *Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa*. Nesse argumento, Kopp pouco considera as implicações da arquitetura e do urbanismo modernos no desenvolvimento do sistema capitalista. Para ele, os arquitetos e urbanistas europeus atuantes no período entre-guerras, alinhados com o “projeto da modernidade” de tradição iluminista, pesquisavam e defendiam a produção em massa das “habitações mínimas” e dos “condensadores sociais” – clubes, fábricas, escolas etc. – edificadas com as técnicas e materiais industrializados, nas cidades abertas para o ar, para o verde das vegetações e para a luz do sol, como uma causa comprometida com a construção da emancipação social das classes trabalhadoras condicionadas pelas novas formas de vida nas cidades projetadas segundo os princípios da modernidade. Definitivamente, não se tratava de um estilo mas, efetivamente, de uma causa política.

Para Kopp, a utopia era a busca da transformação social capaz de construir o novo “mundo da vida urbana” baseado na organização socialista, instaurando uma sociedade inaugural produtivista, baseada na cultura do trabalho, organizada coletivamente segundo os princípios de uma ordem racional, planejada, universal e igualitária. Tratava-se de uma causa com compromissos políticos progressistas voltados para a abolição da “exploração do homem pelo homem” e para a emancipação da classe operária reconhecida como o sujeito da transformação social no seio do movimento histórico. Enfim, uma causa em busca do futuro.

Já na introdução do livro é enumerado sinteticamente os termos dessa causa no período heróico da arquitetura e urbanismo da modernidade. Nesses termos destaca-se, “o papel predominante reservado à indústria na produção arquitetônica e artística, em detrimento do artesanato; a pesquisa de soluções de massa para as necessidades de massa; a crença nas virtudes pedagógicas do ambiente construído considerado como um instrumento de transformação social (...) mas sobretudo a fé na iminência das transformações sociais. Esse é um dos pontos essenciais da ideologia ‘progressista’ da década de vinte: o mundo mudará radicalmente, e logo uma sociedade mais justa, mais fraterna, mais igualitária surgirá das ruínas da antiga” (KOPP, 1990: 17-18)

Após um amplo apanhado das manifestações, projetos, manifestos, realizações que traduzem essa causa no exercício profissional de arquitetos e urbanistas em diferentes países europeus, na ex-União Soviética e nos Estados Unidos, Kopp conclui dizendo o seguinte:

“Hoje é de bom-tom considerar que os problemas da urbanização, a monotonia da arquitetura, a desadaptação das residências às necessidades de seus utilizadores, a proliferação de uma rede viária para uso exclusivo do automóvel, o desaparecimento da paisagem natural, etc., enfim, que todos os traços característicos do ambiente cotidiano da segunda metade do século XX são apenas o resultado da colocação em prática das idéias ‘funcionalistas’, de Le Corbusier, de Gropius, de Mies Van der Rohe, de todos aqueles que, entre as duas guerras, reunidos em torno dos CIAM, elaboraram as teses da arquitetura e do urbanismo ‘modernos’ que desembocou na Carta de Atenas, causa de nossas atuais desgraças! Assim, os grandes conjuntos que desfiguram todas as grandes cidades do mundo seriam apenas uma extrapolação da ‘Cidade Radiosa’ de Le Corbusier; a aridez das estradas e dos cruzamentos em diferentes níveis descende em linha direta de sua reflexão sobre a especialização e a hierarquia das vias (os 7 V); quanto ao tempo perdido em transportes, quanto ao exílio nas periferias distantes, quanto à ausência de lugares de encontros, quanto à segregação social e racial, eles terão uma única causa: a aplicação de uma política de ‘zoneamento’ inventada por Le Corbusier e seus acólitos dos anos vinte e trinta.

Pior ainda, essa sabotagem de nosso modo de vida não teria sido um simples erro dos ‘funcionalistas’, e sim uma ação deliberada, uma busca destinada a fornecer aos

especuladores de terras e imóveis um sistema favorável para suas especulações, dando ao poder político os instrumentos arquitetônicos e urbanísticos necessários a uma política repressiva, segregacionista e reacionária. Em resumo, o 'funcionalistas' teriam fornecido a ideologia necessária à perpetuação do poder da classe dominante; suas idéias, aparentemente 'progressistas', seriam apenas uma camuflagem; eles teriam apenas, sob pretexto do urbanismo, fornecido os meios para a opressão do maior número de pessoas." (KOPP, 1990: 249)

Optamos por transcrever esses dois longos e irônicos parágrafos na íntegra porque eles nos trazem importantes elementos para uma discussão mais detida. Esses parágrafos explicitam nitidamente as posições defendidas por Anatole Kopp em favor das premissas heroicas, comprometidas com a construção da justiça social, da arquitetura e urbanismo modernos cujos problemas urbanos enfrentados ainda permanecem em aberto na hora histórica atual. Para Kopp, "hoje ninguém afirma que seria suficiente voltarmos às teses dos 'modernos' dos anos vinte e trinta para resolver os problemas colocados pela nossa época. Ninguém afirma que seria suficiente voltar aos métodos da Bauhaus, aos princípios de Le Corbusier, aos dos construtivistas russos. À pergunta 'a Carta de Atenas ainda é atual?' feita por numerosos artigos e colóquios, a resposta é unânime. Não pode haver um retorno puro e simples a essa carta, que fez correr tanta tinta. Mas poderemos e devemos, então, colocar globalmente na lista dos erros fundamentais o conjunto de pesquisas realizados a partir do momento em que foi rompida a ligação com a continuidade histórica, com uma certa tradição, com as regras de composição do período pré-industrial, com as técnicas manuais herdadas do artesanato? É essa orientação característica do período em que vivemos, fundamentalmente reacionário – social e politicamente – que precisamos denunciar atualmente, não pelo prazer da polêmica nem por uma fidelidade esclerosada aos antigos ideais, mas porque ela é perigosa, estéril e incapaz de enfrentar as necessidades do nosso tempo." (KOPP, 1990: 250)

Diante dos graves problemas urbanos e de moradia que persistem em larga escala no mundo atual, outra voz surge em defesa do "tradição da modernidade" cujo desdobramento no campo da arquitetura e do urbanismo manifestou-se no projeto da causa moderna abordado por Anatole Kopp. Trata-se da proposta apresentada pelo filósofo alemão Jürgen Habermas ao apontar a retomada do "projeto da modernidade" que estaria

em estado inacabado e incompleto. Na visão de Kopp anunciada nas entrelinhas da conclusão do livro citado, essa retomada implicaria em um reposicionamento da causa moderna que, porventura, seria capaz de “enfrentar as necessidades do nosso tempo”. Segundo Habermas, esse projeto, “formulado no século XVIII pelos filósofos do Iluminismo, consiste em desenvolver imperturbavelmente, em suas respectivas especificidades, as ciências objetivantes, os fundamentos universalistas da moral e do direito, e a arte autônoma, mas ao mesmo tempo consiste também em liberar os potenciais cognitivos assim acumulados de suas elevadas formas esotéricas, aproveitando-os para a prática, ou seja, para uma configuração racional das relações de vida.” (HABERMAS, in ARANTES & ARANTES, 1997: 110)

Para o filósofo alemão, esse projeto sofreu com a “sobrecarga de objetivos” indevidamente auto-impostos justamente pelo compromisso com a causa política orientada para a transformação social apregoada por Kopp. Portanto, “deveríamos aprender com os desacertos que acompanharam o projeto da modernidade, com os erros dos ambiciosos programas de superação, ao invés de dar por perdidos a própria modernidade e seu projeto. Mediante o exemplo da recepção artística talvez se possa ao menos *indicar* uma saída para as aporias da modernidade cultural.” (ibid.: 118)

Trata-se de evitar jogar a água do banho junto com a criança. Porém, Habermas tem consciência da oposição enfrentada por essa proposta. Vê tal oposição como um “antimodernismo” manifesto nos “jovens conservadores” que “transferem para o remoto e arcaico as forças espontâneas da imaginação, da experiência de si, da afetividade, opondo maniqueistamente à razão instrumental um princípio ainda apenas acessível à evocação, princípio que pode ser a vontade de potência ou a soberania, o ser ou uma força dionisíaca do poético” (ibid.: 121); nos “antigos conservadores” que “acompanham com desconfiança a degradação da razão substancial, a diferenciação de ciência, moral e arte, a moderna compreensão do mundo e sua racionalidade apenas em procedimento, recomendando uma volta a posições anteriores à modernidade” (ibid. – grifo no original); e nos “neoconservadores” que “recomendam uma política de desativação dos conteúdos explosivos da modernidade cultural” pois “a ciência se tornou sem importância para o mundo da vida (...) a política deve ser oportunamente mantida livre das exigências de justificação prático-moral (...) e uma terceira tese (que) afirma a pura imanência da arte,

contesta-lhe o conteúdo utópico, evocando seu caráter de aparência, para encerrar a experiência estética no âmbito privado”. (ibid.: 122)

Os filósofos Otilia e Paulo Arantes se posicionam em oposição a esse proposta habermasiana, de retomada do projeto incompleto da modernidade, em chave argumentativa de interesse para o trabalho. Ao identificar um “ponto cego” nessa proposta, demonstram que o “projeto modernista” da arquitetura e urbanismo do começo do século XX já se fazia completo desde os seus pressupostos identificados com o desenvolvimento industrial do capitalismo concorrencial. Com esse argumento central, aqueles filósofos nos levam a considerar criticamente o discurso de Anatole Kopp, apesar deste auto não ser mencionado.

Para Otilia e Paulo Arantes “a mesma lógica ‘sistêmica’ de modernização (capitalista) governa o elementarismo programático das formas simples, do produto em série, estandardizado, das fachadas homogêneas, das aberturas padronizadas, dos módulos, da moradia mínima, dos modelos, tipos e invariantes, que se harmonizam (por assim dizer) no novo panorama urbano. Obedecendo aos princípios da linha de montagem, estas células que se ordenam no tecido urbano vão se ajustando segundo leis e ritmos do consumo de massa, na acepção literal e perversa do termo”. (ARANTES & ARANTES, 1997: 70)

No artigo sintético que deu origem às análises mais amplas desenvolvidas no livro citado logo acima, Otilia Arantes pergunta “como depurar o projeto (da modernidade) e sobretudo *mantê-lo*, ignorando seu vínculo de origem, não só uma fatalidade inevitável, mas assumido enquanto tal, como as formas industriais geradas pelo modo de produção capitalista, com as exigências impostas pelos novos materiais, as novas técnicas e os novos desafios funcionais” (ARANTES, 1998: 62 - grifo no original).

Seguindo essa linha argumentativa, a autora questiona a formulação de Habermas que dissocia, na defesa do projeto da modernidade, a funcionalidade arquitetônica e urbanística “do ponto de vista do usuário” e a funcionalidade “do ponto de vista de meios sistêmicos como dinheiro e poder” (ibid.: 63).

Após apontar para essa dupla funcionalidade, Arantes lança claramente a pergunta que irá responder na parte final do artigo: “como separar a primeira funcionalidade da

segunda, tanto do lado da constituição da sociedade capitalista, da universalidade das leis do mercado e da criação das 'necessidades' no interior de uma tal sociedade, quanto do projeto totalizador da Arquitetura Moderna?" (ibid.: 68).

A resposta vem rápida e fulminante: "não é possível dissociar a evolução de conjunto da arte moderna e, em particular e muito menos, da Arquitetura Moderna, de sua forma de inserção no mundo da produção capitalista, diluindo suas aporias na abstração dos 'equivocos categoriais', das 'sobrecargas indevidas', dos 'programas extravagantes' etc. (...) A utopia reformadora na origem da Arquitetura Moderna é inseparável da modernização desencadeada pelo desenvolvimento capitalista das forças produtivas" (ibid.: 71).

Essa identificação entre a arquitetura e urbanismo modernista e o desenvolvimento industrial, pode ser nitidamente percebido no paralelismo existente entre a produção em série da "máquina de morar" de Le Corbusier e a produção automobilística em massa de Henry Ford. A conclusão do "projeto modernista" com o desenvolvimento e a reprodução do capital industrial pode ser notada também na simbiose proposta pelo próprio Le Corbusier entre a moradia e o automóvel inseridos em uma mesma estrutura técnica de produção e num mesmo sistema de comercialização. O projeto habitacional Citroën, não por acaso o nome de uma indústria automobilística francesa, pode ser tomado como um emblema dessa simbiose que procura unificar técnicas de produção industrial de componentes habitacionais e automobilísticos com objetivos massificadores.

Le Corbusier, no livro manifesto que influenciou várias gerações de arquitetos no mundo inteiro, escrito nas primeiras décadas do século XX em defesa por uma nova arquitetura sintonizada com as revoluções no espírito dos tempos modernos repletos de possibilidades construtivas abertas pelas inovações tecnológicas, fecha o último capítulo lançando o seguinte dilema:

"Arquitetura ou Revolução" (LE CORBUSIER, 1989: 205).

O próprio arquiteto anuncia na última linha do livro que "podemos evitar a Revolução" (ibid.)

Como entender o significado da palavra “revolução” nessa afirmação, principalmente depois de uma longa exposição sobre a “revolução” na vida moderna e nas formas e meios de produção industrial colocada como a base para uma nova arquitetura?

Como a arquitetura nascida de uma revolução das técnicas e dos materiais construtivos seria um instrumento anti-revolucionário?

Em primeiro lugar é preciso entender claramente a proposta de Le Corbusier. O arquiteto propõe equacionar o problema da moradia em série para a massa de trabalhadores e solucioná-lo a partir de uma produção arquitetônica que incorpore as técnicas modernas das indústrias em desenvolvimento. Utiliza, como bases argumentativas, a existência dos motores, aviões, transatlânticos, automóveis, organização do trabalho industrial e dos modernos escritórios, silos industriais, fábricas, pontes vencendo grandes vales, estruturas metálicas, para mostrar as evidências do novo emergindo na modernidade do século XX. Defende a necessidade de incorporação dessa novidade nos métodos projetuais de uma nova arquitetura baseada na pureza de volumes, superfícies e plantas e na racionalidade dos “traçados reguladores”. Especialmente, uma arquitetura voltada para um projeto de produção das novas formas de habitar, um projeto das casas em série postas como “máquinas de morar” que transpõem a organização e a ambiência do trabalho nas fábricas e nos escritórios empresariais para os lugares de residência.

Para o arquiteto moderno, esse projeto é de fundamental importância porque “a engrenagem social, profundamente perturbada, oscila entre uma melhoria de importância histórica ou uma catástrofe” (ibid.: 191).

Na visão de Le Corbusier, essa perturbação social contrasta com a ordem e o disciplinamento no trabalho onde “trabalhadores braçais, operários, mestres-de-obras, engenheiros, diretores, administradores, cada um tem seu justo lugar” (ibid.: 193).

Esse contraste entre os territórios da casa, lugar das turbulências sociais que destroem as famílias, e do trabalho, território do controle e do ajustamento social onde cada um tem o seu lugar, coloca, na visão de Le Corbusier, a ameaça de uma revolução que, apesar de não dito, trata-se de um levante social justamente contra as forças

socialmente espoliativas, de dominação e exploração, que viabilizam as bases produtivistas, técnicas e capitalistas da nova arquitetura.

Quando se diz “arquitetura ou revolução” afirma-se um dilema entre uma arquitetura disciplinatória, apaziguadora dos contra-poderes da massa de trabalhadores, projetada e construída segundo os novos paradigmas e referências da produção industrial, que pode ser usada como instrumento de controle e inibição de uma possível revolução social.

Quando se diz “podemos evitar a revolução” afirma-se que já existem os recursos e meios técnicos disponíveis para a concretização dessa arquitetura pois

“A indústria criou seus instrumentos;

A empresa modificou seus hábitos;

A construção encontrou seus meios;

A arquitetura se encontra diante de um código modificado” (ibid.: 201).

Todo o livro de Le Corbusier dirige-se àqueles que vêem a desordem das cidades e da sociedade moderna como uma ameaça das massas de trabalhadores que habitam as casas pré-modernas amontoadas umas sobre as outras, em plena era de revoluções tecnológicas, industriais. Propor a produção de moradias em série para essas massas de baixa e média renda não é somente ofertar “o barato e o bem feito” abrigo. É moralizar e disciplinar os espaços de moradia e o tempo livre dos trabalhadores e, também, “é uma questão de construção que está na chave do equilíbrio (social) rompido hoje: arquitetura ou revolução” (ibid.: 191).

O manifesto por uma nova arquitetura tem o tom de um alerta para aqueles que se preocupam com a oposição dos trabalhadores aos interesses dominantes. Podemos dizer que se trata de um alerta aos industriais, à classe dominante. Um alerta para mudar o “princípio de propriedade” fundiária para “estabelecer um orçamento de construção estável” aumentando a capacidade de oferta de construções. No dizer de Le Corbusier, com isso “estaríamos entusiasmados em construir e evitaríamos a revolução” (ibid.: 201).

Em meio a todo esse jogo argumentativo, a causa política, revolucionária, preconizada por Anatole Kopp como um compromisso dos arquitetos e urbanistas modernistas esvazia-se de significado e mostra-se um tanto ingênua já que, na prática, o que se vê é justamente um movimento para contornar e evitar a revolução social.

Qual a relação entre esse debate teórico e as COHABs da zona leste da cidade de São Paulo?

Contrariando os argumentos desqualificadores e desmoralizantes que denunciam essas COHABs como “desvios” dos ideais dos CIAMs e como “infidelidade” com relação aos princípios formulados pelos mestres da arquitetura e do urbanismo modernos, podemos ver nesses grandes conjuntos habitacionais periféricos a efetivação e um perfeito acabamento do “projeto da modernidade” ao seguir os argumentos e análises desenvolvidos por Otília Arantes. As COHABs, juntamente com todo o processo de urbanização paulistana na segunda metade do século XX, podem ser vistas como “expressão e exigência do modo de vida capitalista” (SILVA E SILVA, 1989: 14).

A urbanização e a produção das COHABs são processos de “luta entre as classes sociais que compõem esse modo de produção que se expressam, historicamente, pelas formações sociais que engendra, isto porque o urbano, ao mesmo tempo em que se constitui espaço de reprodução do capital, é também espaço de reprodução das classes sociais. Nesse sentido, o urbano, enquanto processo que resulta num ambiente construído, é representado por uma infra-estrutura material e física para produção, circulação, troca e consumo e é produto da ação e interação de diversas forças que assumem perspectivas divergentes e antagônicas, isto é, é modelado pela luta de classes, gerando interesses e conflitos nos locais de trabalho, com ampliação para outros setores da convivência social do trabalhador” (como os territórios de moradia) (ibid.).

Sob a luz desses argumentos, podemos concluir que a política habitacional do BNH que produziu as COHABs da zona leste de São Paulo foi um dos motores do desenvolvimento capitalista periférico no Brasil, com todas as suas contradições e idiossincrasias. Assim como a “funcionalidade sistêmica” da arquitetura e do urbanismo modernos desempenharam importante papel no fortalecimento do capital, segundo a proposição de Otília Arantes, o modelo de produção habitacional no Brasil pós-1964 têm

subordinado-se às exigências do desenvolvimentismo nacional concretizando mais um capítulo da expansão capitalista na periferia do sistema.

A política habitacional brasileira desse período, quando se implementou o Sistema Financeiro de Habitação – SFH e se criou o Banco Nacional de Habitação – BNH articulados às Companhias Habitacionais – COHABs em várias cidades que administraram a produção dos conjuntos de moradias similares aos que estamos analisando, não se constituiu em um instrumento de superação do déficit de moradias sociais no país que, na análise crítica de Gabriel Bolaffi, era um “falso problema” do ponto de vista do funcionamento dessa política.

Como essa análise de Bolaffi, outros estudos desenvolvidos por Ermínia Maricato (1984) e a própria Maria Ozanira da Silva e Silva (1999) procuram precisar o real problema na questão habitacional do Brasil no interior da política do SFH e do BNH que veio menos para resolver o déficit de moradias sociais existente no Brasil, o qual persiste até os dias de hoje, e mais para retirar o Brasil da crise econômica de 1963-1964 ampliando as ofertas no mercado imobiliário para a classe média emergente a partir da capitalização do setor da construção civil bem como para operar o controle político e o disciplinamento dos movimentos sociais urbanos em efervescência nas maiores cidades brasileiras.

Segundo Céline Sachs, a repartição dos créditos do SFH no período entre 1964 e 1985, vésperas da extinção do BNH, mostra que somente 13% dos recursos foram empregados para responder a uma pequena parte das necessidades provindas da população de baixa renda. 4/5 desses recursos foram usados para responder às necessidades das classes médias (SACHS, 1999: 135-136).

Baseando-se nesse perfil desigual na distribuição social dos recursos públicos, a autora conclui afirmando que “o dinamismo do SFH testemunhado pelos 4,4 milhões de unidades financiadas em 21 anos, caminhou junto, assim, com uma perversão do objetivo proposto: em vez de financiar essencialmente habitações sociais, uma parte da poupança popular foi desviada em proveito das classes média e alta. A contradição entre o objetivo social e os objetivos econômicos foi decidida na arbitragem a favos desses últimos. O Estado-empresa venceu o Estado protetor” (ibid.: 138).

Maria Ozanira da Silva e Silva nos fornece dados um tanto diferentes demonstrando maior destinação dos recursos do BNH para a "faixa de interesse social", que inclui os recursos para as COHABs, lotes e PROMORAR, a partir do começo da década de 1980, ano em que o BNH dá uma guinada "mais para o social". Segundo Silva, essa faixa tem a seguinte participação:

"de 1964 a 1979 – 16%

1980 – 30%

1981 – 40%

1982 – 38%

1983 – 34% e

1984 – 34%" (SILVA E SILVA, 1989: 105).

Mesmo anotando a diferença entre os dados de Céline Sachs e de Maria Ozanira da Silva e Silva, é inegável o fato de que menos da metade dos recursos foram usados para atender as demandas da população de menores rendimentos em favor dos objetivos econômicos que ganharam predomínio na política habitacional brasileira pós-1964 diante da crise que a economia brasileira estava passando no período. Segundo Sachs "a taxa de crescimento do PIB, que foi de 10,3% em 1961 e de 5,3% em 1962, caiu para 1,5% em 1963 e para 2,4% em 1964. A inflação ultrapassava o ritmo anual de 100% em meados de 1964. (...) Acionando a indústria da construção civil por um programa da habitação, poder-se-ia esperar estimular a conjuntura. Com efeito, a indústria da construção é fortemente criadora de empregos, em grande parte não-qualificados, absorvendo assim os numerosos migrantes rurais vindos para as cidades, com importantes efeitos de contaminação para cima (a indústria de materiais de construção) e para baixo (consumo induzido pelo efeito multiplicador do emprego)" (ibid.: 122-123).

A evolução dos números dá uma idéia clara sobre o total de empregos criados a partir dessa política habitacional. "Em 1960 a indústria da construção empregava 781 mil trabalhadores, ou seja, 3,4% da população ativa. Seu número passou para 1,72 milhão em 1970 e para 3,151 milhões em 1980, ou seja, 7,2% da população ativa, o que representa,

entre 1960 e 1970, 13,8% de todos os novos empregos e 10,1% entre 1970 e 1980. (...) Segundo o BNH, entre 1964 e junho de 1985 seus investimentos no setor da habitação criaram 2,08 milhões de empregos diretos (calculados em homens por ano) e 1,335 milhão de empregos indiretos. O mesmo cálculo dá, para as obras de saneamento e de desenvolvimento urbano, financiadas pelo BNH, 978 mil empregos diretos e 724 mil empregos indiretos” (ibid.: 123).

Desde as contribuições de Manuel Castells no livro *A questão urbana*, onde o processo de estruturação do espaço urbano construído é analisado como a reprodução da força de trabalho, o Estado aparece como agente provedor de equipamentos e serviços urbanos de consumo coletivo, em interações com a sociedade, na criação de condições materiais para a ampliação dessa reprodução da força de trabalho no meio urbano.

Jean Lojkin desenvolve uma crítica a essa formulação de Castells partindo de uma compreensão do urbano como um processo conflituoso de divisão social e territorial entre o capital e o trabalho. Para Lojkin, a garantia e a ampliação da reprodução da força de trabalho no processo de produção e estruturação do consumo coletivo no espaço urbano serve, basicamente, aos interesses do capital que tem, com isso, a possibilidade de aumento da produtividade, maiores ganhos, ocasionando a própria reprodução. O Estado participa desse processo como agente do desenvolvimento capitalista e como instrumento para garantir a preponderância dos interesses dominantes. A esse agente Lojkin denominou o “Estado capitalista”.

AS COHABs COMO A PRESENÇA DO ESTADO NA PERIFERIA DE SÃO PAULO

Como visto na seção anterior, a presença do Estado no urbano é um problema que tem muito a dizer sobre o desenvolvimento do sistema capitalista e suas forças produtivas. O Estado é um agente direto que participa na produção e estruturação do espaço urbano e exerce também a regulação das formas de uso e ocupação do solo.

Desde a sua constituição, o Estado é um poder que produz territórios a partir do exercício da soberania sobre um espaço delimitado. Na história, esse poder soberano sempre sofreu oposições de contra-poderes que se manifestaram a partir de táticas territoriais. Assim foram com os territórios dos quilombos constituídos pelos escravos

africanos em revolta. Assim foi com o território de Canudos no interior do sertão nordestino. Assim é com os territórios urbanos atuais engendrados pelos movimentos sociais nas cidades contemporâneas.

No urbano, os territórios de moradias têm sido um dos campos de maior conflito entre o poder do Estado e os contra-poderes sociais. Na cidade de São Paulo, as imensas periferias são constituídas pela maior parte desses territórios.

Dado o estado de abandono em que se pode encontrar as grandes porções periféricas da cidade paulistana, notadamente do ponto de vista da não democratização de serviços públicos básicos e de padrões mínimos de urbanidade e condições de vida, é fácil concluir pela ausência do Estado nessas áreas.

Quando se considera o processo em que essas periferias foram construídas, à margem de qualquer sistema público de regulação urbanística, fora das regras básicas dos procedimentos de aprovação, registro, parcelamento do solo e de construção definidas pelas leis que regem essas matérias, quando se analisa a violência urbana que está disseminada por toda a cidade, mas concentrando-se em algumas áreas periféricas onde se registram as maiores taxas de homicídios juvenis, como o tão noticiado Jardim Ângela e Capão Redondo na zona sul, Sapopemba e São Mateus na zona leste, Brasilândia e Vila Nova Cachoeirinha na zona norte, é comum reforçar aquela conclusão chamando a atenção para a falta do Poder Público ser, nessas áreas, incapaz de controlar a produção da cidade ilegal, a criminalidade e de mediar os graves conflitos entre os moradores dessas áreas periféricas.

Entretanto, devemos entender a omissão como uma presença que, deliberadamente ou convenientemente, se faz ausente. Aquele que se omite, por exemplo em um debate, pode fazê-lo estando presente na discussão. Pode estar se omitindo para simplesmente observar ou para agir em outra direção, em outra ordem, sobre outra situação, ou pode estar omitindo-se para desresponsabilizar-se de assumir uma posição face aos argumentos expostos e aos acontecimentos em curso.

Na periferia de São Paulo, é preciso considerar essa presença omissa do Estado municipal. De um lado, esse Estado marca sua presença na periferia em obras e serviços de

vias públicas. De outro lado esse mesmo Estado omite-se na democratização de direitos sociais básicos que fundamentam o direito à cidade.

Ao realizar um amplo levantamento dos investimentos “em obras e serviços totalmente livres de gastos com custeio”³³ realizados pela Secretaria Municipal de Vias Públicas de São Paulo no período entre 1978 e 1998, Eduardo César Marques e Renata Mirandola Bichir (2002) chegam a conclusões que apontam nitidamente para essa lógica das ações públicas. Esses pesquisadores constatam, nesse estudo, que “há uma sólida tendência dos governantes de esquerda a investir mais, proporcionalmente, em espaços habitados por grupos sociais em piores condições sociais do que os governantes de direita. Embora este padrão seja muito sólido estatisticamente, em alguns momentos governos de direita investem mais intensamente em periferias. Confirmando o padrão em um outro patamar, entretanto, quando o fazem, administrações de direita investem mais fortemente nas áreas periféricas menos homogêneas, onde podemos encontrar proporções significativas de construções de alto padrão” (MARQUES & BICHIR, 2002: 26).

Nos governos de Olavo Setúbal, Reynaldo de Barros, Curiati, Mario Covas, Jânio Quadros, Luiza Erundina, Paulo Maluf e Celso Pitta, à frente da prefeitura do município de São Paulo, o padrão de distribuição dos investimentos da SVP na cidade mostra “grandes variações nos gastos em cada tipo de espaço, mas o maior volume geral de investimentos foi dado aos espaços de pobres em bairros consolidados (131 mil R\$/há, cerca de 24,7% do total), seguidos pelas áreas de classe média (113 mil R\$/há, 21,1%) classe média-baixa (93 R\$/há, 17,3% dos investimentos), e classes altas (76 mil R\$/há, 14,4%). Por último, e com investimentos similares em termos proporcionais vêm o centro e as áreas de população pobre em bairros recentes (aproximadamente 60 mil R\$/há, 11%)” (ibid.: 18).

Historicamente, desde a sua constituição, o Estado municipal de São Paulo se desresponsabiliza com relação às necessidades básicas da maior parte dos grupos menos empoderados, de menor renda e com menos poder político. A presença dos investimentos públicos em obras, descritos acima, não representam maior e melhor oferta de moradia

³³ “No geral, as obras de pavimentação foram as mais privilegiadas, representando 45% do total investido na periferia em todas as administrações (entre 1978 e 1998). Em seguida, surgem as obras de canalização (que incluem drenagens e construção de galerias de águas pluviais), com 25,7% dos investimentos, e a abertura de viário novo, com 22,8%. Obras de contenção, construção de pontes e viadutos e projetos receberam, relativamente, menores investimentos” (MARQUES & BICHIR, 2002: 25)

social, melhorias na rede coletora de esgoto, na rede de distribuição de energia elétrica e da iluminação pública, na rede pública de ensino, nos equipamentos públicos de saúde, dentre outros serviços urbanos básicos.

No Brasil e na cidade de São Paulo, os “donos do poder” sempre usaram o aparelho de Estado como instrumento para garantir e manter os próprios privilégios. A presença estatal na periferia urbana através da execução de obras em larga escala, se faz no sentido de produzir quase-espços urbanos assegurando lucros aos poderosos do setor da construção civil. Segundo Marques e Bichir, “a decisão de investir mais em SVP proporcionalmente ocorre sistematicamente associada a uma maior presença do ‘mundo das empreiteiras’ junto ao núcleo decisório do poder municipal. Há evidências, portanto, que uma parte significativa da política é incentivada a partir de fora, pelas empresas contratistas, que se constituem em um dos principais ‘clientes’ da política” (ibid.: 15).

Além dessa presença omissa como agente produtor da urbanização periférica, o Estado se coloca nos bairros distantes em relação às áreas centrais de outro modo. Caminhando pelas ruas e pelas avenidas principais desses bairros, pode-se notar diversas inscrições nos muros com nomes de candidatos a vereadores, deputados estaduais e federais, prefeitos, governadores e presidentes de eleições recentes e remotas. Em anos eleitorais as campanhas ganham as áreas da periferia proliferando nomes de homens e mulheres, cada qual com seu respectivo número e partido político, que se propõem a serem representantes da sociedade nos poderes públicos executivos e legislativos. Em boa parte, essas pessoas em campanha eleitoral já ocupam ou ocuparam alguns daqueles cargos públicos. Portanto, nessas ocasiões, o Estado também se faz presente nas periferias através dos mecanismos da democracia representativa operados por uma multidão de pessoas, funcionários públicos, militantes, cabos eleitorais, funcionários de partidos políticos, dentre outros, envolvidos no amplo sistema eleitoral de disputa por votos. A presença do Estado nas periferias urbanas em geral, e na paulistana em particular, durante esse processo eleitoral, não escapa da tradição clientelista que marca a cultura política brasileira.

É bastante comum o morador da periferia dizer que os políticos sempre visitam os bairros durante os períodos eleitorais para “fazer campanha” e pedir votos em troca de promessas muitas vezes vazias. Prometem a regularização dos imóveis, a implantação de serviços urbanos, a criação de novas linhas de ônibus, abertura de novas vias, a

pavimentação de vias existentes, a construção de creches e escolas etc. etc. etc. sem nenhuma garantia de que essas promessas serão cumpridas no futuro pois, como alertam Marques e Bichir no estudo citado, “mesmo em nível teórico, a existência de vínculos mecânicos entre eleições e investimentos deve ser afastada” (ibid.: 13).

Muitos desses candidatos, sejam veteranos ou novatos na vida política da cidade, de partidos progressistas ou conservadores, pleiteiam para si o posto de representantes públicos buscando angariar o maior número de votos possível através de favorecimentos personalizados, demagogia e falsos discursos.

Nesse sentido, pode-se reforçar o que se colocou no início: o Estado está presente nas periferias paulistanas mas, essa presença é complexa e ambígua, muitas vezes omissa, pois introduz nesses espaços urbanos benefícios e malefícios ao mesmo tempo. Discutir a relação entre a periferia urbana e o Estado não permite simplificações. A periferia é produto de um processo político da vida social em jogo com o governo. Portanto, é produto das relações de poder. É um jogo de mil faces e significados que não se restringe a uma única valoração.

Nas duas últimas décadas, houve grande expansão da rede de distribuição de água, da coleta de lixo e da rede de distribuição de energia na cidade de São Paulo. Praticamente 100% dos domicílios contam com esses serviços. A rede coletora de esgoto, apesar de ainda ser insuficiente principalmente no que diz respeito ao tratamento dos efluentes, também expandiu-se.

A pavimentação das ruas principais dos bairros, mesmo os mais periféricos, é um fato que tem melhorado as condições de deslocamento. A rede de escolas municipais, estaduais e particulares, bem como alguns equipamentos básicos de saúde, disseminaram-se pela cidade ainda que em número insuficiente, a exemplo da rede coletora de esgoto. A rede de transportes coletivos, especialmente as linhas de ônibus e as lotações, alcançam locais longínquos da periferia. Investimentos estão sendo feitos na melhoria das linhas de trens e na expansão das linhas de metrô.

Entretanto, mesmo com todos esses investimentos e a consolidação urbana em alguns trechos periféricos da cidade, é comum ouvir que as periferias continuam a acumular um déficit de urbanização.

Será correto afirmar que boa parte desses territórios apresenta significativos déficits de urbanização porque não possuem um conjunto de elementos capazes de construir patamares mínimos de vida urbana apesar dos seus habitantes contarem com um teto, água encanada, energia elétrica, galerias coletoras de esgoto, pavimentação viária e transporte coletivo?

Tendo em vista que o processo de urbanização é fundamentalmente aberto, mutável e auto-transformador, será possível considerar a realidade de uma urbanização completa de uma cidade, inclusive nos seus pedaços mais beneficiados, definindo requisitos mínimos estáveis que necessitam estar presentes para que possamos chamar determinadas áreas urbanas de “cidade”?

A busca pela urbanização completa não seria a busca por um modelo ideal de cidade acabada que não existe em lugar algum?

Tendo essas indagações em mente, atentemos para uma forma particular do Poder Público se fazer presente na periferia paulistana: os grandes conjuntos habitacionais produzidos pela COHAB/SP³⁴ entre as décadas de 1970 e 1990. As COHABs, produtos da maior política habitacional implementada pelo governo federal, centralizada no BNH, colocada em prática entre as décadas de 1964 e 1986, marca um tipo de presença pública nos espaços periféricos encontrada em muitas outras cidades brasileiras. Mesmo com o estado precário em que se encontra a maior parte desses conjuntos, percebe-se a marca do

³⁴ “A Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo é um dos principais instrumentos de execução da política de habitação da cidade de São Paulo. Exerce o papel de agente do Sistema Financeiro de Habitação e sua abrangência é a Região Metropolitana. Foi criada pela lei n.º 6.738, de 16 de novembro de 1965, como uma sociedade anônima de economia mista, cuja principal acionária é a Prefeitura do Município de São Paulo, que detém 99% das ações preferenciais. Seus órgãos de deliberação máxima são a Assembléia Geral, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, o Conselho Técnico e sua Diretoria. A missão da Cohab é garantir acesso à moradia para a população de menor renda, desenvolvendo programas habitacionais e promovendo a construção de novas unidades com recursos provenientes do Fundo Municipal de Habitação e de convênios com agentes financeiros, como a Caixa Econômica Federal, outras entidades governamentais e iniciativa privada. Tem também como uma de suas atribuições a aquisição e comercialização de terrenos e glebas com a finalidade de provisão habitacional” (SITE DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – www.prefeitura.sp.gov.br).

Poder Público na configuração peculiar de cada um dos seus edifícios, casas e apartamentos, em cada m² de asfalto, em cada centímetro de guias e sarjetas, em cada poste, em cada metro de fio da rede que conduz a energia elétrica que abastece as moradias e os comércios, em cada lâmpada do sistema de iluminação pública, em cada metro de cano da rede de distribuição de água e de coleta de esgoto, em cada linha de ônibus, trem e metrô que leva ao conjunto habitacional, em cada caminhão que passa recolhendo os sacos de lixos deixados junto às entradas das habitações, em cada funcionário da prefeitura encarregado da limpeza pública que passa uniformizado varrendo o meio-fio. A presença da polícia militar, cujas viaturas percorrem as ruas das COHABs, mesmo despreparada e às vezes corrupta, também afirma a presença da autoridade pública do Estado.

As COHABs da zona leste coloca-se como um grande empreendimento do Estado na periferia da maior cidade brasileira nessa virada de milênio. A sua presença marcante destacando-se da paisagem urbana do entorno, atesta tal especificidade, principalmente nas áreas dos prédios de apartamentos com 5 pavimentos e morfologia repetitiva com planta baixa em "H" que conformam uma paisagem monótona de blocos regularmente enfileirados implantados sobre grandes platôs criados através de violentos cortes e aterros nos terrenos. Tão forte é essa marca do Estado nesse contexto periférico que a população usa a sigla da Companhia municipal (COHAB) para referir-se àqueles grandes conjuntos cantada nas letras de rap e nos pagodes. As conhecidas COHABs são um dos milhares de produtos de uma política habitacional brasileira implementada sem política urbana. Essa dissociação, como se verá a seguir, não é casual mas, sim, repleta de significados políticos.

A tabela a seguir mostra os dados referentes à produção da COHAB/SP na zona leste do município desde a sua criação até o ano de 2002. Essa Companhia foi responsável pela urbanização de 15.046.173,55 m², correspondentes a 4,70% do território da zona leste composto por 31 distritos³⁵. Nessa área foram criadas 116 411 unidades habitacionais

³⁵ A zona leste é tida como toda a porção do município de São Paulo que está localizado no lado de lá do rio Tamanduateí, começando na sua margem direita. Segundo esse critério, pode-se dizer que a zona leste compreende um conjunto dos atuais distritos administrativos do município composto por: Mooca, Vila Prudente, Belém, Água Rasa, São Lucas, Tatuapé, Vila Prudente, Penha, Carrão, Aricanduva, Sapopemba, Cangaíba, Vila Matilde, Cidade Líder, São Mateus, São Rafael, Ermelino Matarazzo, Ponte rasa, Artur Alvim, Vila Jacuí, Itaquera, Parque do Carmo, São Miguel Paulista, José Bonifácio, Iguatemi, Jardim Helena, Vila Curuça, Lajeado, Guaianases, Cidade Tiradentes e Itaim Paulista.

incluindo casas, apartamentos, embriões e lotes urbanizados. Nessas unidades, estima-se, vivem 454 340 pessoas correspondentes a 4,37% da população total do município de São Paulo e a 12,00% da população da zona leste. Segundo os dados preliminares do Censo Demográfico 2000 do IBGE a população total do município de São Paulo é de 10 405 868 habitantes dos quais 3 785 127, correspondente a 36,37%, encontram-se residindo nos distritos da zona leste.

Tabela 02 - Conjuntos habitacionais produzidos pela COHAB-SP na zona leste do município de São Paulo - 2002

	Área em m ²	População estimada	Número de unidades - casas, apartamentos, embriões e lotes urbanizados
Conjunto Habitacional Barro Branco II	780074,00	14245	2849
Conjunto Habitacional Bresser I	7332,50	1080	216
Conjunto Habitacional Bresser II	7293,40	1080	216
Conjunto Habitacional Bresser III	4679,50	720	144
Conjunto Habitacional Bresser IV	7359,66	1040	208
Conjunto Habitacional Bresser V	6395,00	1300	260
Conjunto Habitacional Capitão PM Alberto Mendes/ São Miguel Paulista	52348,49	1745	349
Conjunto Habitacional Castro Alves/Barro Branco I	467584,51	10920	2184
Conjunto Habitacional Cintra Gordinho	65164,89	4300	860
Conjunto Habitacional Inácio Monteiro	553517,14	11665	2072
Conjunto Habitacional Itaim Paulista	20646,90	535	107
Conjunto Habitacional Itaquera IV	215036,22	2895	579
Conjunto Habitacional Jardim das Acácias/Lajeado	32814,50	3000	600
Conjunto Habitacional Jardim dos Ipês	33760,88	3000	600

Haroldo Torres, em sua tese de doutorado, delimita a zona leste da mesma maneira baseando-se na bacia hidrográfica principal da região formada a norte pelo vale do rio Tietê (que coincide com a divisa entre o município de São Paulo e Guarulhos), a oeste pelo vale do rio Tamanduateí (parcialmente canalizado sobre o qual passa a avenida do Estado, importante ligação entre as áreas centrais de São Paulo e a região do ABCD), a sul pelo vale do rio Oratório (que coincide com a divisa entre a município de São Paulo e os municípios de São Caetano, Santo André e Mauá) e a leste pela divisa entre o município de São Paulo e os municípios de Itaquaquecetuba e Ferraz de Vasconcelos, atravessados pelo rio Guaió.

O Sumário de Dados da Grande São Paulo de 1994 organizado pela EEMPLASA - Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S A - mostra essa área da zona leste, com 17,2 % da área do município de São Paulo, dividida em 2 setores. O Leste 1, com 6,7 % da área total do município, define-se pelo distritos de Tatuapé, Ermelino Matarazzo, Vila Matilde, Penha de França, Vila Formosa e Cangaíba. O Leste 2, com 10,5 % da área total do município, que se define pelos distritos de São Miguel Paulista, Itaim Paulista, Itaquera, Guaianases e São Mateus localizados mais distantes das áreas centrais. Para a EEMPLASA, a zona leste faz parte da região leste da Metrópole paulistana que engloba também os municípios de Mogi das Cruzes, Suzano, Poá, Itaquaquecetuba, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Salesópolis e Biritiba Mirim.

Conjunto Habitacional Jardim Nazaré Paulista I/II	152228,05	3000	60
Conjunto Habitacional José Bonifácio/Itaquera II/III	2813302,40	102300	2161
Conjunto Habitacional Mascarenhas de Moraes/ Sapopemba	300000,00	6465	129
Conjunto Habitacional Padre José de Anchieta/Itaquera IA	394513,00	12020	240
Conjunto Habitacional Padre Manoel da Nóbrega/Itaquera IB	375419,19	35950	7.190
Conjunto Habitacional Padre Manoel de Paiva/Itaquera IC	354970,00	14560	2912
Conjunto Habitacional Parque Carrão	10222,77	1600	320
Conjunto Habitacional Pêssego/Carmo	196569,00	5745	1.149
Conjunto Habitacional Prefeito Prestes Maia/Guaianazes	208967,80	6300	1260
Conjunto Habitacional Presidente Juscelino Kubitscheck/Jardim São Paulo IA/IIA/IIB	795600,00	22470	4494
Conjunto Habitacional Rio Claro	263061,06	5035	5.035
Conjunto Habitacional Santa Etelvina I/VI-A	1241558,44	25775	25.775
Conjunto Habitacional Santa Etelvina IIA	842848,00	37205	7441
Conjunto Habitacional Santa Etelvina II-B1	31001,00	1120	224
Conjunto Habitacional Santa Etelvina II-B2	74664,00	3840	768
Conjunto Habitacional Santa Etelvina II-B3	49388,00	2240	448
Conjunto Habitacional Santa Etelvina II-B6	74670,00	5200	1.040
Conjunto Habitacional Santa Etelvina III-A	323538,11	10400	2.080
Conjunto Habitacional Santa Etelvina IV-A	1002508,00	13515	2703
Conjunto Habitacional Santa Etelvina V-A	1142032,00	8120	1624
Conjunto Habitacional Santa Etelvina VII	741580,00	30490	6098
Conjunto Habitacional São Nicolau	122288,40	2055	411
Conjunto Habitacional Sítio Conceição	259000,00	5390	1078
Conjunto Habitacional Sítio dos Françaes	43763,74	1080	216
Conjunto Habitacional Teotônio Vilela/Sapopemba	978473,00	34940	6988
TOTAL	15.046.173,55	454340	116411,00

Fonte: site da Prefeitura Municipal de São Paulo - www.prefeitura.sp.gov.br - julho de 2002.

Esses grandes conjuntos habitacionais são produtos de uma política federal ampla instituída a partir de 1964 que se estruturou em torno de três grandes planos: o Plano Nacional de Habitação Popular- PLANHAP, o Plano Nacional de Saneamento - PLANASA e a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - PNDU. Nessa estrutura nota-se claramente a separação entre o corpo de órgãos voltados para o PLANHAP, que se fragmenta em vários programas, cada qual com suas respectivas carteiras de financiamento³⁶, e o PLANASA. Ao lado dessa fragmentação nota-se flagrante indefinição

³⁶ As carteiras subordinadas ao Plano Nacional de Habitação Popular são: Carteira de Erradicação da Sub-Habitação - CESH, Carteira de Operação de Natureza Social - CONS, Carteira de Programas Cooperativos -

de objetivos do Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - PNDU demonstrando que a disjunção entre habitação e cidade ocorria já na concepção básica da política.

As COHABs da zona leste, assim como os grandes conjuntos habitacionais construídos nas grandes e médias cidades brasileiras, invariavelmente nas suas periferias, foram executados com recursos³⁷ captados pelo Sistema Financeiro da Habitação - SFH e administrados pelo Banco Nacional da Habitação - BNH³⁸. Já foi demonstrado no primeiro capítulo que os recursos utilizados por essa política habitacional, oriundos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS³⁹ e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos - SBPE, serviu mais para financiar a comercialização de casas e apartamentos para a classe de renda alta e média do que para promover a habitação para os trabalhadores de renda mais baixa.

CPC, Carteira de Programas Habitacionais Diversos - CHD, Carteira de Operações Especiais - COE, Carteira de Operações e Supervisão dos Agentes Financeiros de Poupança e empréstimo - SAFPE. Os principais programas de habitação compreendidos por esse plano são: Programa das Companhias de Habitação - COHABs, Programa das Cooperativas Habitacionais, Programa Nacional de Habitação para o Trabalhador sindicalizado de Baixa Renda - PROSINDI, Programa Habitacional para os Servidores Públicos - PROHASP, Programa de Institutos de Previdência Social, Hipotecas, Empresas e os programas financiados com recursos do SBPE.

³⁷ O governo federal instituiu outros dois mecanismos financeiros de grande importância na captação de recursos para o financiamento da política habitacional e de desenvolvimento urbano do governo federal: o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e a montagem do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos - SBPE. O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço foi criado através do Decreto Federal nº 5 107 de 13 de setembro de 1966. Trata-se de um fundo cujos recursos originam-se do desconto de 8% dos salários dos trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT depositados mensalmente pelos empregadores em nome dos empregados. Em casos de demissão, o empregado recebe o montante que foi depositado durante o tempo de trabalho. O Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos foi implantado através do RC nº 61 de 27 de novembro de 1967 do BNH reunindo as cadernetas de poupança do país.

³⁸ O Sistema Financeiro Habitacional - SFH e o Banco Nacional da Habitação - BNH foram instituídos através da Lei 4 380 de 21 de agosto de 1964 que cria também as Sociedade de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo - SERFHAU, e institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social. (GAP/FINEP, 1985: 98)

No artigo 2º da referida Lei afirma-se que:

“O Governo Federal intervirá no setor habitacional por intermédio:

I - do Banco Nacional da Habitação;

II - do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU);

III - das Caixas Econômicas Federais, IPASE, das Caixas Militares, dos órgãos federais de desenvolvimento regional e das sociedades de economia mista” (FINEP/Grupo de Arquitetura e Planejamento - GAP, 1985:88)

Segundo Ermínia Maricato, a atuação da COHAB/SP pode ser dividida em duas fases. A primeira de 1965 até 1976, período em que “parte dos empreendimentos voltados à população de baixa renda se constituiu em estrondosos fracassos, cujas dimensões não foram nem são muito conhecidas devido à atuação da censura política e ideológica que marcou o período que vai de 1969 a 1975, no país” (MARICATO, 1987: 42-43).

E a partir de 1976 quando “começam a surgir resultados palpáveis com o revigoramento das COHABs (como é denominado pelo BNH) (ibid.).

Segundo essa autora “A COHAB-SP, por exemplo, havia construído 9 000 unidades habitacionais até 1974 e entregado 3 459” (ibid.).

Todavia até 1983 esse total era “de 94 425 unidades, das quais 84 000 tiveram financiamento entre 1975 e 1978” (ibid.: 50).

Para Maricato, esse aumento na produção de unidades habitacionais pela COHAB/SP se deve a alguns fatores que influenciaram no “barateamento” das unidades residenciais. Tais fatores foram:

a) “diminuição do peso da terra na estrutura de custos das habitações construídas (estoque de terras feito pelas COHABs);

b) aumento da produtividade na construção através da incorporação de novas técnicas (novos materiais como painéis de gesso ou ferro cimento etc., e novos equipamentos como formas metálicas, guindastes e gruas), em grande parte importadas, em menor parte apenas copiadas;

c) entrosamento entre os diversos órgãos públicos municipais e estaduais para garantir a urbanização das terras estocadas desprovidas da infra-estrutura necessária” (ibid.: 54).

Dois desses fatores incidem diretamente na disjunção entre habitação e cidade que marca não só as COHABs mas toda a periferia. A “diminuição do peso da terra na

³⁹ Instituído em 1966 pela Lei nº 5107 em substituição à cláusula de estabilidades do tempo de serviço da Consolidação das Leis de Trabalho - CLT.

estrutura de custos das habitações” foi viabilizada pela compra de terras a preço baixo em locais segregados da cidade, geralmente em áreas rurais localizadas nos seus arredores. A urbanização inicial dessas terras sem a implantação de infra-estrutura necessária agravou ainda mais a segregação sócio-espacial periférica.

A tabela seguinte mostra a baixa participação do preço do terreno e da implantação de infra-estrutura, correspondendo a 5,0% e 1,0%, na estrutura de custos de apartamentos da COHAB-SP em 1983.

Tabela 03 - Estrutura de custos de apartamentos da COHAB-SP - 1983 - %

Descrição dos custos	Participação no custo
Terreno	5.0
Terraplenagem	7.0
Construção edifício	73.0
Infra-estrutura	1.0
Urbanização	2.5
Planejamento, administração e fiscalização de	4.0
Taxa de administração BNH	2.0
FCVS	0.3
Juros na carência	5.1
TOTAL	99.9

Fonte: COHAB-SP, 1983. In MARICATO, 1987: 53

Observação:

1. "O item "urbanização" se refere a caminhos de pedestres, escadarias, paisagismo, complementações etc.
2. O item infra-estrutura raramente inclui água e esgotos (dependendo do conjunto), pois se atribui essa responsabilidade à empresa estadual de saneamento, que cobra, na taxa regular de serviço, seus investimentos iniciais” (MARICATO, 1987:53).

Se de um lado a dimensão urbana era desconsiderada no projetos das COHABs, em favor de uma urbanização incompleta das moradias executadas, de outro lado a unidade habitacional e os espaços internos dos conjuntos também não eram objeto de maior elaboração arquitetônica. Aliás, como bem coloca o inventário da ação governamental na habitação popular (FINEP/GAP, 1985) referindo-se à política habitacional do BNH, não se tratava de “construir moradias para assegurar condições mínimas de vida ao operariado mas, sim, de prover empregos para uma considerável parcela da população, sem alternativas de obter trabalho. A produção de habitações passava a ser subproduto da nova

diretriz governamental: desejável de seu ponto de vista político, mas não necessariamente do econômico" (FINEP/GAP, 1985: 88).

Estudos pioneiros mostraram as evidências dessa utilização da oferta de habitação popular como instrumento político. Bolaffi (1982) mostra que o principal propósito dessa política habitacional era criar uma aparente compensação pelo arrocho salarial, que financiava o modelo desigual do desenvolvimento brasileiro então em curso, fortalecendo mecanismos de controle social necessários em um contexto de repressão política. Para um governo autoritário, tal propósito era mais importante do que canalizar recursos para a construção civil, fortalecendo os empresários do setor.

Em estudo anterior Gabriel Bolaffi (1977) já havia demonstrado que mesmo o acesso à casa própria era inviabilizado pelos fatores monetários que levaram um grupo de mutuários à inadimplência, impossibilitando a regularização do título de propriedade do imóvel recém adquirido. Com esses entraves econômicos, apesar de terem sido construídos em diversas cidades, a produção desse tipo de conjunto habitacional periférico para a população de baixa renda não solucionou a "questão habitacional" brasileira.

Todavia, a utilização dessa política habitacional como meio para injetar capital em um mercado em crise não pode ser desconsiderada. Ermínia Maricato (1984) demonstrou como a política do BNH serviu para capitalizar as empreiteiras, incorporadores e proprietários de terras urbanas, desenvolvendo a indústria da construção civil e favorecendo a estruturação de um mercado imobiliário formal, então em crise, através de créditos para a produção de imóveis residenciais e de linhas de financiamento acessadas pela população de renda mais alta para a compra da casa própria.

Logo que os conjuntos habitacionais foram sendo entregues para as famílias de baixa renda na década de 1970 e 1980, ficou evidente que se tratava de uma continuidade da segregação sócio-espacial que construiu os processos de apartação territorial entre ricos e pobres que estruturou, desde sempre, o crescimento da cidade de São Paulo em seus períodos de grande expansão ao longo de século XX, notadamente nas décadas de 1950 e 1960.

As COHABs foram construídas em meio aos loteamentos periféricos precários clandestinos e, no caso da COHAB Cidade Tiradentes, fora dos territórios urbanizados, em áreas rurais distantes dos empregos, escolas, hospitais, pólos comerciais, espaços públicos, equipamentos culturais, lugares para o encontro, o convívio, as trocas sociais, enfim, de todos os atributos que efetivam uma área urbanizada como cidade.

A opção pela implantação periférica baseou-se nos preços mais baixos da terra encontrados nessas localidades. Para Silva (1997) essa opção foi determinada pela inexistência de mecanismos para obtenção de terrenos mais integrados à cidade a preços viáveis constituindo uma estratégia para a redução dos preços fundiários. Segundo o inventário da ação governamental na área da habitação popular (1985), "A busca de terrenos baratos para fazer baixar os custos finais da moradia acabou por deslocar os projetos habitacionais para áreas onde não existia qualquer infra-estrutura urbana, criando, assim, sérios problemas para os seus moradores, para o Sistema como um todo e para as municipalidades, que se viam, a partir daí, obrigadas a atender a carência por serviços básicos, como água potável, esgoto, transporte, escola, posto de saúde, abastecimento etc. Com o passar do tempo, os conjuntos, de dimensões cada vez maiores, passaram a influir na própria direção do desenvolvimento da área urbana, intervindo diretamente em toda a programação municipal" (FINEP/GAP, 1985: 90-91).

O padrão precário de urbanização da periferia estruturou o crescimento da Zona Leste do Município de São Paulo. As COHABs foi um componente particular desse padrão que confirma a tese de que a expansão do capitalismo e de uma economia de mercado no setor da construção civil, como qualquer expansão capitalista em qualquer lugar do planeta, conta com a participação e viabilização direta do Estado em restrita ligação com o capital.

A grande expansão periférica da porção leste da cidade de São Paulo associou essa urbanização estatal à construção da "cidade clandestina", elemento estrutural na formação do território da cidade de São Paulo estudado por Grostein (1989), que gerou territórios com péssimas condições de vida.

Vale lembrar que, quando as famílias de baixa renda foram morar nos conjuntos recém construídos, as casas geminadas e os prédios de apartamentos não estavam

conectados à rede geral de água e esgotos, a iluminação pública e o transporte coletivo eram precários e os títulos de propriedade dos imóveis não estavam regularizados, tampouco as vias eram oficiais. Essa situação irregular persiste até os dias de hoje. As ruas produzidas pelo próprio poder público não constam, em muitos casos, nos cadastros municipais. No início essa irregularidade viária dificultou a execução da pavimentação, da manutenção e a implantação das redes de infra-estrutura de saneamento básico. Nesse sentido, as moradias produzidas pelo poder público para famílias de baixa renda eram entregues com a mesma precariedade encontrada nos loteamentos ilegais e irregulares produzidos em larga escala.

Estudos sobre a periferia da cidade de São Paulo demonstraram que a urbanização extensiva gerada por esse tipo de produção do território favoreceu os ganhos de especuladores e loteadores clandestinos que comercializaram os seus terrenos se apropriando da valorização produzida pela acessibilidade e infra-estruturas de água, luz e esgoto proporcionadas, num segundo momento, depois de várias reivindicações por parte dos moradores, pelo poder público (COSTA, 1984).

A construção de conjuntos habitacionais em locais periféricos inaugura um círculo vicioso pois cria acessibilidades físicas e expande as redes de serviços coletivos abrindo frentes de especulação viabilizando a urbanização clandestina dada a ausência de fiscalização que controlaria a atuação dos agentes que produzem esse tipo de espaço urbano ilegal e irregular. Vale ressaltar que essa ausência de fiscalização por parte do poder público não deve em momento algum ser confundida com ausência do poder público nesse processo de produção dos territórios da periferia paulistana.

Nesse processo, fica evidente a desconexão entre a política habitacional e a política urbana do BNH segmentadas em planos e programas que não dialogam entre si. A questão fundiária seria a primeira a sentir caso tivesse acontecido uma articulação maior entre a produção habitacional, urbanismo e o planejamento urbano. Como bem coloca Silva “os custos de terrenos teriam sido problema se houvesse a preocupação com a localização adequada face à cidade existente ou com a economia global dos empreendimentos” (SILVA, 1997: 67).

Não foi o caso das COHABs de São Paulo e de nenhum outro produto habitacional popular realizado pela política do BNH em qualquer cidade brasileira.

O ESTADO DAS ESTATÍSTICAS

As estatísticas são formas não muito óbvias da presença estatal nos territórios de um país e de uma cidade.

Alain Desrosières, analisando o processo de organização inicial das atividades estatísticas na Inglaterra, França e Alemanha durante o século XVIII, começa chamando a atenção para a ligação estreita entre a produção estatística e a organização do Estado. Na verdade, poderíamos dizer que as origens das estatísticas estão associadas à organização do poder do Estado.

Devemos lembrar a elaboração argumentativa desenvolvida por Michel Foucault sobre a mudança epistemológica ocorrida nesse mesmo período oitocentista em que se verifica a constituição do sujeito que, necessariamente, pressupõe um objeto. Foucault chamou atenção, em diversas ocasiões, para as relações de poder envolvidas nesse processo de distinção entre sujeito conhecedor e objeto a ser conhecido. É clássica a sua formulação de que o saber engendra poder e o poder engendra saber.

É importante afirmar que, para Foucault, as relações do poder não se valem somente dos dispositivos e ações repressivos. A coerção presente nessas relações utiliza também outros elementos, a exemplo da própria construção de conhecimentos, discursos e enunciados, para legitimarem-se nos processos de produção de realidades constituídas nas redes de relações do poder.

A constituição conjunta do Estado nacional e das estatísticas pode ser vista como um exemplo nítido de formação do poder estatal valendo-se da geração de uma gama de conhecimentos sobre a realidade que contribuem para a organização interna desse mesmo poder. Os sistemas estatísticos se colocam no interior da organização estatal indicando as linhas de ação e controle e definindo arranjos institucionais articulados em redes que formulam e operam tais ações entrelaçando-se com as redes de relações sociais nos territórios da nação.

Desde a sua origem, as estatísticas tiveram como função primordial produzir informações sobre a realidade nacional. Segundo Desrosières, “a idéia de cobrir a terra inteira com uma rede de observações estandardizadas, referindo-se à população e ao comércio, como se começava a fazer para o clima e para as tempestades, emanava de cientistas impregnados da idéia de que uma informação objetiva sobre as nações contribuiria para apaziguar as tensões entre elas. Mas para isso, os Estados deveriam desempenhar um papel, não somente pelos meios consideráveis que, como para a meteorologia, estas estatísticas implicavam, mas também porque estas informações eram de primeira importância para eles, por exemplo, para estabelecerem os impostos, recrutarem os contingentes para o exército, fixarem políticas alfandegárias ou combaterem as epidemias. Assim, a estatística aparecia como negócio tanto de cientistas como de Estado” (DESROSIÈRES, 1995: 171).

Ao comentar as preocupações jurídicas na tradição estatística alemã, em que o sistema estatístico é fortemente enquadrado pela lei dada a preocupação com a produção e principalmente o mau uso de informações sociais contra as pessoas, aquele autor afirma que “a própria palavra estatística é de origem alemã, e designava, no século XVIII, um marco formal de *descrição dos Estados*. Sob todos os seus aspectos (direito, instituições, costumes, geografia, clima, população, economia etc.), não implicando necessariamente uma análise quantitativa. Ancestral das ciências políticas e da geografia, esta disciplina universitária visava a ajudar os príncipes dos inúmeros Estados componentes do Santo Império a conhecerem e administrarem seu território e a resolverem os conflitos com seus vizinhos” (ibid.: 176 - grifo no original).

Nessa história associando os campos da construção do Estado e da organização do sistema estatístico, tem-se um capítulo que muito pode informar os estudos sobre o planejamento urbano e sobre as origens das políticas sociais modernas. Trata-se da reação do Estado inglês, no século XIX, frente à industrialização e a urbanização extremamente injustas e precárias do ponto de vista social e das condições de vida, respectivamente. Foram processos responsáveis pelo aumento da miséria e pelo alastramento de epidemias que vitimaram, principalmente, as classes trabalhadoras suscitando iniciativas filantrópicas e reformadoras, muitas vezes de caráter moralizante e higienistas.

Como visto no primeiro capítulo, esse tipo de iniciativa também teve lugar no Brasil no início do século XX. Na Inglaterra novecentista, o Estado lançou mão das técnicas estatísticas para construir descrições sociais visando mostrar as causas dos problemas urbanos e dos graves conflitos sociais em curso na época discutindo medidas para remedia-los e controlá-los. As comissões de investigações parlamentares protagonizaram esses processos que referenciaram a confecção, por exemplo, da “Lei dos Pobres”. Segundo Desrosières, “duas formas de descrição social se desenvolveram então. Por um lado, o *General Register Office* (GRO), escritório de registro civil não religioso, criado em 1837, que se transforma em agência de estatística, porque as explorações locais dos boletins de morte *segundo suas causas* trazem uma informação preciosa às municipalidades que lutam contra as epidemias e a miséria. Assim, a legitimidade do GRO se constrói por baixo, com base nas estatísticas sanitárias e sociais locais. Por outro lado, por volta do final do século (XIX), ricos burgueses, como Booth e Rowntree (industriais do chocolate), também economistas estatísticos, como Bowley, lançam pesquisas sociais sobre a pobreza e as condições de vida que permitem medir a miséria nas grandes cidades. Destas pesquisas, resulta principalmente a idéia de que estes problemas não são puramente locais e que implicam soluções nacionais que não se baseiam somente na caridade de burgueses filantropos, mas numa solidariedade coletiva de caráter nacional” (ibid.: 174-175).

A introdução do princípio ordenador estatístico no campo social, visando o ordenamento e controle das turbulências coletivas, pode ser tomada como a capilarização das relações de poder que Michel Foucault estudou nos presídios, hospitais, manicômios, escolas os quais, nesse mesmo século XIX europeu. Assim como os sistemas estatísticos, essas instituições também estavam se organizando nas formas que conhecemos hoje em dia, constituindo territórios, engendrando saberes e exercendo poderes.

A utilização das técnicas estatísticas como subsídios para a reforma urbana e social na Inglaterra do século XIX tem correspondência direta com o uso dessas técnicas nos âmbitos da produção industrial. Jean-Louis Besson nos alerta: “não esqueçamos que as principais técnicas da estatística foram desenvolvidas no quadro da produção industrial de massa, de onde ganharam em seguida a esfera econômica e social ...” (BESSON, 1995: 45).

Trata-se, mais do que uma mera quantificação e caracterização dos grupos sociais e dos componentes envolvidos na produção industrial, de um enquadramento ordenador e hierarquizador em uma estrutura geral. Melhor seria dizer que trata-se de uma simulação de uma ordem e de uma hierarquia social e produtiva que garante distribuições assimétricas de poder.

Aqui cabe outro alerta de Jean-Louis Besson: “não esqueçamos que o conhecimento estatístico tem suas raízes no racionalismo do século XIX, do qual ele compartilha as características: exterioridade do sujeito em relação ao objeto; independência recíproca; possibilidade de conhecimento do objeto” (ibid.: 64).

Toda essa discussão tem como objetivo deixar evidente, ao menos em um grau bastante preliminar, que o sistema de produção de dados estatísticos constitui-se em uma ação do Estado, apesar de ser desenvolvida também por outros agentes não-estatais, notadamente as empresas, com o objetivo de construir representação e modelos da realidade que servem para orientar a adoção de medidas públicas, inclusive aquelas mais coercitivas como, por exemplo, de combate à violência urbana e à criminalidade.

A produção de dados estatísticos pode ser vista como uma em ação pública que revela uma das formas mais interessantes da presença do Estado no espaço urbano, particularmente nas periferias das grandes cidade: o Estado produtor de informações sociais. Como vimos anteriormente, essa forma de presença estatal não é nem um pouco vazia de significados políticos. Muito pelo contrário. O Estado produtor de informações sociais nos vários territórios do país exercita a sua soberania, demarca-se como um espaço de poder e exerce o seu poder sobre o espaço no processo de coleta de dados e aplicação de questionários entrelaçando-se com os vários outros poderes não-estatais de âmbito local. No Brasil, a produção de informações sociais por parte de alguns órgãos estatais está se desenvolvendo rapidamente, articulando-se com a formulação de políticas públicas e de ações planejadoras. Faz-se cada vez mais necessário desenvolver essa discussão sobre a presença estatística do Estado nos espaços urbanos pois a disponibilização desse tipo de informações está cada vez mais facilitada e temos que discutir a sua incidência sobre as realidades.

Com isso queremos introduzir algumas estatísticas sobre o município de São Paulo, a zona leste e as COHABs, produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, responsável pela produção de diversas pesquisas quantitativas de âmbito nacional ou regional. Uma das principais pesquisas realizadas por esse Instituto é o Censo Demográfico realizado a cada 10 anos.

Não cabe nos limites deste trabalho comentar a atuação histórica do IBGE e a metodologia usada na produção dos Censos nacionais. O nosso propósito é utilizar alguns dados do penúltimo Censo produzido no ano de 1991 para mostrar algumas características dos moradores das COHABs Sapopemba⁴⁰, Itaquera⁴¹, José Bonifácio⁴² e Cidade Tiradentes⁴³, comparado com os dados da população da zona leste, onde essas COHABs se inserem, e de todo o município de São Paulo⁴⁴. As variáveis censitárias escolhidas para fazer essa análise são:

⁴⁰ A COHAB Sapopemba, localizada inteiramente no distrito com o mesmo nome, foi sendo comercializada e ocupada no período entre 1982 e 1983. Segundo o censo demográfico de 1991 a área dessa COHAB era subdividida em 20 setores censitários com 5 744 domicílios, com 24 129 habitantes, sendo que 93,94% foram identificados como casas e apartamentos em conjunto residencial popular. Do total de domicílios, 27,94% são casas e 71,99% são apartamentos.

⁴¹ A COHAB Itaquera, composta por áreas denominadas Padre José Anchieta, Padre Manoel da Nóbrega e Padre Manoel de Paiva, foi sendo comercializada e ocupada no período entre 1978 e 1982. Nessa COHAB localizada no distrito de Artur Alvim vivia, em 1991, 47 431 habitantes.

Segundo o censo demográfico de 1991 a área da COHAB Itaquera é subdividida em 43 setores censitários com 12075 domicílios sendo que 95% foram identificados como casas e apartamentos em conjunto residencial popular. Do total de domicílios, 10,70% são casas e 89,26% são apartamentos.

⁴² A COHAB José Bonifácio, localizada parte no distrito de Itaquera e parte no de José Bonifácio, foi sendo comercializada e ocupada no período entre 1980 e 1983. Segundo o censo demográfico de 1991 a área dessa COHAB era subdividida em 78 setores censitários com 20 562 domicílios, com 86247 habitantes, sendo que 78,32% foram identificados como casas e apartamentos em conjunto residencial popular. Do total de domicílios, 19,79% são casas e 79,27% são apartamentos.

⁴³ A COHAB Cidade Tiradentes, composta por diversas partes fisicamente separadas entre si, foi sendo comercializada e ocupada no período entre 1975 e 1992. Reúne os conjuntos habitacionais contíguos, onde viviam 98517 habitantes (1991), que estão localizados nos distritos de Guaianases e Cidade Tiradentes. Incorpora o Presidente Juscelino, entregue em 1975 sendo a primeira COHAB da zona leste, as várias fases do conjunto Santa Etelvina e os conjuntos conhecidos como Jardim Inácio Monteiro, Barro Branco e Sítio Conceição, todos produzidos pela COHAB-SP.

Segundo o censo demográfico de 1991 possui 96 setores censitários e 22 913 domicílios sendo que 94,12% foram identificados como casas e apartamentos em conjunto residencial popular. Do total de domicílios, 47,45% são casas e 51,91% são apartamentos.

⁴⁴ Devo à professora Suzana Pasternak, a quem agradeço, a sugestão de agregação dos dados segundo essas unidades territoriais. Essa sugestão foi enunciada por ocasião da banca de qualificação no ano de 2001.

- Chefes de família sem rendimentos;
- Chefes de família com 3 a 5 salários mínimos⁴⁵;
- Chefes de família com mais de 20 salários mínimos;
- Mulheres chefes de família;
- Mulheres chefes de família não alfabetizadas;
- Chefes de família sem instrução e com menos de 1 ano de estudos;
- Chefes de família com mais de 15 anos de estudos⁴⁶;
- Domicílios com acesso precário à água⁴⁷;
- Domicílios com acesso precário à coleta de esgoto⁴⁸;
- Domicílios com coleta de lixo precária⁴⁹;
- População com mais de 65 anos;

⁴⁵ Esse nível de rendimento era o teto exigido para inscrição no SFH que financiava imóveis populares para famílias com renda entre 3 e 5 salários mínimos. Além disso, foi adotado, no "Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo", como um dos "Padrões Básicos de Inclusão Social" definidos coletivamente em discussões entre a equipe técnica e representantes de grupos da sociedade civil.

⁴⁶ De uma maneira geral, pressupõe-se que os chefes de família com mais de 15 anos de estudos tenham frequentado curso superior.

⁴⁷ Foram considerados "domicílios com acesso precário à água" todos aqueles que não possuem canalização interna, inclusive os que estão ligados à rede geral, e aqueles que obtêm água em poços e nascentes e em outras fontes.

⁴⁸ Foram considerados "domicílios com acesso precário à coleta de esgoto" todos aqueles que utilizam, isolada ou compartilhadamente, fossas sépticas, fossas rudimentares, valas e outras formas de esgotamento. Inclui-se também os domicílios que não sabe e não tem sistema de esgoto.

Os domicílios com fossas sépticas foram incluídos dentre aqueles com coleta de esgoto precária por considerarmos que essas fossas necessitam limpeza semestral e precisam estar cuidadosamente implantadas para evitar a contaminação das águas subterrâneas. Em São Paulo não há nenhum indício de que essa rotina esteja sendo cumprida.

⁴⁹ Foram considerados "domicílios com coleta de lixo precária" aqueles cujos moradores queimam, enterram, jogam (em rios ou terrenos baldios) ou dão outra destinação ao lixo.

- População com mais de 5 anos não alfabetizadas.

Infelizmente, até o momento de fechamento dessa dissertação, não se encontravam disponíveis os dados do Censo Demográfico do ano 2000. Portanto, a análise sobre a dinâmica social da década de 1990 da população moradora das COHABs em estudo, comparada com a dinâmica da população da zona leste e do município como um todo, deverá ficar para outra oportunidade.

Essa análise será de grande interesse para verificarmos as mudanças nas condições de vida desses grupos, se houve um aprofundamento da segregação sócio-espacial ou não. Tal verificação permitirá analisar com maior profundidade o desempenho de alguns dos principais produtos da política habitacional do BNH: os grandes conjuntos habitacionais. Entretanto, com os dados censitários de 1991, essa análise já pode ser iniciada.

Antes de começarmos com a leitura dos dados, cabe uma observação geral sobre a forma de agregação dos dados. Trata-se de um problema enfrentado pelos geostatísticos e que se denomina "falácia ecológica"⁵⁰. Isto é, as distorções que podem ocorrer comparando as porcentagens correspondentes a universos de tamanhos diferentes. Por exemplo, neste trabalho escolhemos agregar os dados para a totalidade do município de São Paulo, agrupando os distritos da zona leste e agrupando os setores censitários definidos pelo IBGE para o Censo Demográfico de 1991 correspondentes às áreas das COHABs Sapopemba, Itaquera, José Bonifácio e Cidade Tiradentes. A população total correspondente a essas diferentes unidades de agregação de dados são de tamanhos diferentes. Os percentuais relativos aos universos definidos nessas unidades traduzem números absolutos que variam enormemente. De um modo geral, quando falamos em percentuais relativos ao município de São Paulo estamos tratando de muitos milhões, quando falamos em percentuais relativos à zona leste estamos tratando de poucos milhões ou de centenas de milhares e quando falamos de percentuais relativos às COHABs estamos

⁵⁰ Devo às discussões e reuniões de trabalho com a equipe do Mapa da Exclusão/Inclusão Social o conhecimento desse problema. Mesmo sem estar munido dos instrumentos para tratar em profundidade dessa questão, as poucas idéias que apresento foram suscitadas ouvindo o grupo do Departamento de Processamento de Imagens do INPE, particularmente Prof. Dr. Gilberto Câmara, Prof. Dr. Antonio Miguel Vieira e o mestrando do departamento Frederico Roman. Os eventuais equívocos cometidos são de minha total responsabilidade.

tratando de poucos milhares ou de centenas. Os cálculos percentuais ocultam esse escalonamento nos números absolutos.

Mesmo com esse problema relativo à “falácia ecológica”, resolvemos manter essa forma de agrupamento porque o objetivo dessa análise de alguns dados estatísticos é verificar se há concentrações de algumas características sociais nas COHABs em relação à zona leste e ao município como um todo. Para esse objetivo, o cálculo dos percentuais relativos a cada nível de agregação dos dados, definidos em diferentes escalas, é um dos recursos mais simples e objetivos.

Isto posto, voltemos nossa atenção para as tabelas a seguir. Antes uma visão geral desse universo populacional e domiciliar das COHABs analisadas construída a partir dos dados censitários de 1991.

Tabela 04 - COHABs da zona leste - População e domicílios totais e número de pessoas por domicílio - 1991

COHABs	População total 1991	Número total de domicílios	Número de pessoas por domicílio
Itaquera	47 431	12 075	3,9
José Bonifácio	86 247	20 562	4,2
Sapopemba	24 129	5 744	4,2
Cidade Tiradentes	98 517	22 913	4,3
Total	256 324	61 294	4,2

Fonte: Censo Demográfico IBGE, 1991.

Vale lembrar que logo após a realização do censo demográfico, ao final do governo de Luíza Erundina na prefeitura de São Paulo (1989-1992), várias unidades foram entregues na COHAB Cidade Tiradentes aumentando o seu porte que é o maior dentre todas as COHABs analisadas.

Na tabela 04, é importante chamar a atenção para o número de pessoas por domicílio nas COHABs, em torno de 4 pessoas, estando a COHAB Itaquera um pouco abaixo das demais. Por esses valores pode-se deduzir que há baixa ocorrência de coabitação de famílias por domicílio. Com isso, é improvável o encortiçamento prédios e das unidades habitacionais desses conjuntos.

Na tabela 05 mostrando os dados dos chefes de família sem rendimentos chama a atenção o alto percentual corresponde à COHAB Sapopemba onde 10,73% do total dos chefes de família encontravam-se, em 1991, sem renda. Esse percentual é pouco mais do que o dobro do município, 4,91%, e exatamente o dobro do percentual encontrado na zona leste, 5,29%.

Dentre as outras três COHABs, Cidade Tiradentes registra o segundo percentual mais alto com 5,86% dos chefes de família sem rendimentos. A COHAB José Bonifácio registra o percentual mais baixo 1,54%. Interessante notar que os percentuais dessa última COHAB e da COHAB Itaquera estão um pouco abaixo daqueles correspondentes ao município e à zona leste que registraram 4,91% e 5,29%, respectivamente.

Tabela 05 – MSP, ZL, COHABs – Chefes de família sem rendimentos - 1991

	Total de chefes de família	Chefes de família sem rendimentos	% sobre o total de cada área
Município de São Paulo	2408943	118286	4,91
Zona Leste do Município de São Paulo	799396	42309	5,29
COHAB Sapopemba	5742	616	10,73
COHAB Itaquera	12071	249	2,06
COHAB José Bonifácio	20371	314	1,54
COHAB Cidade Tiradentes	22770	1335	5,86

Fonte: Censo Demográfico IBGE, 1991.

A tabela 06, com a quantidade de chefes de família cuja renda estava, em 1991, entre 3 e 5 salários mínimos, foi construída para verificar se há o predomínio de chefes com esse nível de renda que foi o estabelecido como critério de acesso à casa própria através de programa da COHAB/SP. Em muitos casos a renda do chefe não corresponde a totalidade da renda familiar pois o cônjuge e os filhos ajudam no orçamento da casa. Portanto os dados da tabela abaixo devem ser considerados como uma aproximação. Mesmo assim, podemos tirar algumas conclusões considerando que, em São Paulo, a renda do chefe corresponde à maior parte da renda familiar.

Os baixos percentuais de chefes de família com renda entre 3 e 5 salários mínimos residentes nas unidades habitacionais das COHABs estudadas, sempre abaixo de 30%, podem estar indicando que essas unidades estejam sendo ocupadas por famílias cuja renda esteja acima dos 5 salários mínimos. Mesmo assim, a porcentagem de chefes de família

com renda entre 3 e 5 salários mínimos nas COHABs analisadas ficaram acima daquelas encontradas na zona leste e no município que registravam, em 1991, 19,67% e 17,74% respectivamente. Podemos dizer que a adoção dos níveis salariais como critério de acesso aos programas habitacionais implementados pelo poder público compartimentaliza certos grupos sociais nos territórios de moradias produzidos por tais programas. De certo modo, o Estado opera na distribuição territorial da população segmentando o espaço urbano ou segregando grupos sociais.

Tabela 06 – MSP, ZL, COHABs – Chefes de família com 3 a 5 salários mínimos - 1991

	Total de chefes de família	Chefes de família com 3 a 5 salários mínimos	% sobre o total de cada área
Município de São Paulo	2408943	427431	17,74
Zona Leste do Município de São Paulo	799396	157241	19,67
COHAB Sapopemba	5742	1454	25,32
COHAB Itaquera	12071	3388	28,07
COHAB José Bonifácio	20371	5858	28,76
COHAB Cidade Tiradentes	22770	6097	26,78

Fonte: Censo Demográfico IBGE, 1991.

Partindo para o extremo oposto em termos de rendimentos dos chefes de família, observando os dados da tabela 07 que traz os percentuais de chefes de família que recebiam, em 1991, mais de 20 salários mínimos, nota-se a baixa presença desse grupo no município como um todo, 7,09%, a baixíssima presença na zona leste, com 2,34% dos chefes aferindo rendimentos nesse nível. Nas COHABs a presença de chefes de família com 20 ou mais salários mínimos é uma raridade. A porcentagem mais alta foi registrada na COHAB Itaquera onde somente 0,51% dos chefes de família tem esse rendimento.

Tabela 07 – MSP, ZL, COHABs – Chefes de família com mais de 20 salários mínimos - 1991

	Total de chefes de família	Chefes de família com mais de 20 salários mínimos	% sobre o total de cada área
Município de São Paulo	2408943	170785	7,09
Zona Leste do Município de São Paulo	799396	18713	2,34
COHAB Sapopemba	5742	9	0,16
COHAB Itaquera	12071	61	0,51
COHAB José Bonifácio	20371	70	0,34
COHAB Cidade Tiradentes	22770	37	0,16

Fonte: Censo Demográfico IBGE, 1991.

Ainda analisando esse grupo dos chefes de família, lancemos um olhar sobre a questão de gênero. A tabela 08 traz a quantidade de mulheres chefes de família. Nota-se que, no município como um todo, na zona leste e nas COHABs, apesar dos pequenos altos e baixos, cerca de 20% dos domicílios estão sob responsabilidade de mulheres.

Não é um dado desconsiderável quando se leva em conta, de uma maneira geral, a vulnerabilidade social e a iniquidade que desfavorecem as mulheres na vida urbana, em especial no mercado de trabalho.

Observando os dados da tabela 09, com o número de mulheres chefes de família não alfabetizadas, junto com os dados da tabela 05, notamos nitidamente o alto grau dessa iniquidade de gênero. Segundo a tabela 09, na COHAB Sapopemba 14,764% das mulheres chefes de família não estavam alfabetizadas em 1991. Foi o percentual mais alto encontrado dentre as COHABs. Nessa mesma COHAB, 10,73% do total de chefes de família não tinham nenhum rendimento em 1991. Também foi o percentual mais alto encontrado. Possivelmente, o alto percentual de mulheres chefes de família não alfabetizadas esteja contribuindo para o alto percentual de chefes de família sem rendimentos na COHAB Sapopemba. A mesma comparação vale para a COHAB Cidade Tiradentes.

Que há uma forte correlação entre baixa escolaridade e baixos rendimentos é fato notório. A iniquidade de gênero soma-se a esse acúmulo de desigualdades reforçando ainda mais a exclusão social de certos grupos no limite da vulnerabilidade social. Isso fica nítido quando comparamos os dados da tabela 09 com os dados da tabela 10 que nos

fornece o número de chefes de família sem instrução e com menos de 1 ano de estudos. Nesse grupo em condições de alto grau de exclusão social, os percentuais de mulheres chefes de famílias não alfabetizadas sobre o total de chefes de família sem instrução e com menos de 1 ano de estudos correspondiam, em 1991 no município de São Paulo a 50%, na zona leste a 30,27%, na COHAB Sapopemba a 28,87%, na COHAB Itaquera a 26,63%, na COHAB José Bonifácio a 31,20% e na COHAB Cidade Tiradentes a 31,96%. Sempre uma parcela correspondente a mais de ¼. Trata-se da exclusão dentro da exclusão. No grupo dos chefes de família sem instrução e com menos de 1 ano de estudos, que inegavelmente sofrem, junto com suas famílias, altos graus de destituição em diversos campos sociais, há o sub-grupo das mulheres chefes de família não alfabetizadas que devem sofrer tais destituições em graus mais altos aprofundando os processos de exclusão social.

Tabela 08 – MSP, ZL, COHABs – Mulheres chefes de família - 1991

	Total de chefes de família	Mulheres chefes de família	% sobre o total de cada área
Município de São Paulo	2408943	499985	20,76
Zona Leste do Município de São Paulo	799396	143756	17,98
COHAB Sapopemba	5742	1138	19,82
COHAB Itaquera	12071	2515	20,84
COHAB José Bonifácio	20371	3957	19,42
COHAB Cidade Tiradentes	22770	4969	21,75

Fonte: Censo Demográfico IBGE, 1991.

Tabela 09 – MSP, ZL, COHABs – Mulheres chefes de família não alfabetizadas - 1991

	Total de mulheres chefes de família	Mulheres chefes de família não alfabetizadas	% sobre o total de cada área
Município de São Paulo	499985	70655	14,13
Zona Leste do Município de São Paulo	143756	27834	19,36
COHAB Sapopemba	1138	168	14,76
COHAB Itaquera	2515	139	5,53
COHAB José Bonifácio	3957	313	7,91
COHAB Cidade Tiradentes	4969	615	12,38

Fonte: Censo Demográfico IBGE, 1991.

Tabela 10 – MSP, ZL, COHABs – Chefes de família sem instrução e com menos de 1 ano de estudos – 1991.

	Total de chefes de família	Chefes de família sem instrução e com menos de 1 ano de estudos	% sobre o total de cada área
Município de São Paulo	2408943	231675	9,62
Zona Leste do Município de São Paulo	799396	91965	11,50
COHAB Sapopemba	5742	582	10,14
COHAB Itaquera	12071	522	4,32
COHAB José Bonifácio	20371	1003	4,92
COHAB Cidade Tiradentes	22770	1924	8,45

Fonte: Censo Demográfico IBGE, 1991.

Nos dados da tabela 07, com o número de chefes de família com renda maior do que 20 salários mínimos, nota-se um forte escalonamento, em ordem decrescente, entre os percentuais do município, da zona leste e das COHABs. Nos dados da tabela 11 que traz o número de chefes de família com mais de 15 anos de estudos, portanto supostamente com nível superior, percebe-se o mesmo escalonamento decrescente. A porcentagem da zona leste aparecendo muito abaixo do município indicando a maior presença de chefes com alta escolaridade em outras partes da cidade, certamente no quadrante centro-sudoeste onde se concentram os territórios de moradias dos grupos mais privilegiados, com maior renda e maior acesso às oportunidades que a cidade oferece. E as porcentagens das COHABs muito abaixo da zona leste indicando a rarefação de chefes de família em tais condições nesses territórios.

Tabela 11 – MSP, ZL, COHABs – Chefes de família com mais de 15 anos de estudos - 1991

	Total de chefes de família	Chefes de família com mais de 15 anos de estudos	% sobre o total de cada área
Município de São Paulo	2408943	313574	13,02
Zona Leste do Município de São Paulo	799396	42219	5,28
COHAB Sapopemba	5742	61	1,06
COHAB Itaquera	12071	417	3,45
COHAB José Bonifácio	20371	477	2,34
COHAB Cidade Tiradentes	22770	210	0,92

Fonte: Censo Demográfico IBGE, 1991.

Passando para a leitura de alguns dados que definem as condições básicas de habitabilidade podemos ver, nas tabelas 12, 13 e 14, mostrando os percentuais dos domicílios com acessos precários à água, coleta de esgoto e coleta de lixo, respectivamente, que a oferta desses serviços estão largamente distribuídos no município de São Paulo, com uma ressalva para a rede coletora de esgotos que cobria, em 1991, 86,82% dos domicílios da cidade as deixava muito a desejar quanto ao tratamento dos efluentes coletados cuja maior parte são lançados *in natura* no meio ambiente.

Nessas tabelas podemos ver que, tanto na zona leste quanto nas COHABs analisadas, praticamente 100% dos domicílios contam com esses serviços. Merece atenção a COHAB Cidade Tiradentes onde os percentuais de domicílios precários, apesar de baixos, é maior comparativamente às outras COHABs, à zona leste e ao município como um todo. Naquela COHAB, 3,74% dos domicílios tinham acesso precário à rede de abastecimento de água, 5,34% tinham coleta de esgoto precária e 2,40% tinham coleta de lixo precária.

É muito importante ressaltar que a oferta de infra-estrutura de saneamento básico, apesar de extremamente importante na determinação de melhorias nas condições de vida da população, não é suficiente pois, no caso das COHABs em estudo e na periferia em geral, persistem os graves problemas advindos com a desintegração urbana produzida pelos processos de segregação e exclusão sócio-espacial. Em São Paulo, esses processos concentram qualidades urbanas, oportunidades de trabalho e acessos às outras dimensões da vida urbana que vão além dos limites da unidade habitacional nas porções centrais causando congestionamentos na mobilidade urbana e altas tensões sociais. Hoje podemos pautar como prioridade para as COHABs a construção de "substâncias urbanas" baseadas na formação de territórios coletivos capazes de consubstanciar manifestações das esferas públicas.

Tabela 12 – MSP, ZL, COHABs – Domicílios com acesso precário à água - 1991

	Total de domicílios	Domicílios com acesso precário à água	% sobre o total de cada área
Município de São Paulo	2496072	66347	2,66
Zona Leste do Município de São Paulo	812349	18645	2,30
COHAB Sapopemba	5744	74	1,29

COHAB Itaquera	12075	98	0,81
COHAB José Bonifácio	20562	43	0,21
COHAB Cidade Tiradentes	22913	856	3,74

Fonte: Censo Demográfico IBGE, 1991.

Tabela 13 – MSP, ZL, COHABs – Domicílios com acesso precário à rede coletora de esgoto - 1991

	Total de domicílios	Domicílios com acesso precário à rede coletora de esgoto	% sobre o total de cada área
Município de São Paulo	2496072	329039	13,18
Zona Leste do Município de São Paulo	812349	15193	1,87
COHAB Sapopemba	5744	137	2,39
COHAB Itaquera	12075	114	0,94
COHAB José Bonifácio	20562	84	0,41
COHAB Cidade Tiradentes	22913	1224	5,34

Fonte: Censo Demográfico IBGE, 1991.

Tabela 14 – Domicílios com coleta de lixo precária - 1991

	Total de domicílios	Domicílios com acesso coleta de lixo precária	% sobre o total de cada área
Município de São Paulo	2496072	40812	1,64
Zona Leste do Município de São Paulo	812349	14479	1,78
COHAB Sapopemba	5744	14	0,24
COHAB Itaquera	12075	31	0,26
COHAB José Bonifácio	20562	6	0,03
COHAB Cidade Tiradentes	22913	550	2,40

Fonte: Censo Demográfico IBGE, 1991.

A sociedade brasileira em geral e paulistana em particular já apresentam evidências de um envelhecimento crescente das pessoas. Apesar de ainda ter alcançado os patamares das sociedades européias, a redução galopante na taxa de natalidade brasileira aponta para o recrudescimento desse processo.

Os dados da tabela 15, com o número de pessoas com 65 anos ou mais em 1991, mostram que, nas COHABs, o percentual da população nessa faixa etária estava abaixo da zona leste que, por sua vez, estava um pouco abaixo do município como um todo. Se no município de São Paulo, 5,27% da população tinha 65 anos ou mais em 1991, a zona leste tinha 4,61%, a COHAB Itaquera tinha 2,49%, a COHAB José Bonifácio tinha 2,19%, a

COHAB Sapopemba tinha 1,57% e a COHAB Cidade Tiradentes tinha 1,36% registrando o percentual mais baixo dentre todos conjuntos analisados.

É interessante notar que nas duas últimas COHABs, Sapopemba e Cidade Tiradentes, coincidem o baixo percentual de população idosa com os maiores percentuais de domicílios com acesso precário à infra-estrutura de saneamento básico apresentados nas tabelas 12, 13 e 14. Essa relação pode estar reproduzindo o quadro geral da cidade mostrado pelo Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo (SPOSATI, 1996) no qual se pode ver que os distritos com maior acúmulo de precariedades, conseqüentemente com os maiores graus de exclusão social, são aqueles onde a longevidade e o desenvolvimento humano é menor.

Tabela 15 – População com mais de 65 anos - 1991

	População total	População com mais de 65 anos	% sobre o total de cada área
Município de São Paulo	9135733	481286	5,27
Zona Leste do Município de São Paulo	3152575	145189	4,61
COHAB Sapopemba	24129	379	1,57
COHAB Itaquera	47431	1181	2,49
COHAB José Bonifácio	86247	1890	2,19
COHAB Cidade Tiradentes	98517	1339	1,36

Fonte: Censo Demográfico IBGE, 1991.

Nas análises dos dados dos chefes de família notamos que há uma relação entre nível de escolaridade e de rendimentos. O aumento na escolaridade contribui para o aumento nas chances de aferir maior renda. Não são necessárias estatísticas para convencer o senso comum sobre essa relação que está bastante presente na visão geral das pessoas.

É com isso em mente que confeccionamos a tabela 16 mostrando o número de pessoas que, em 1991, tinham mais de 5 anos e estavam alfabetizadas. As COHABs Itaquera e José Bonifácio trazem um percentual um pouco acima dos demais agrupamentos. A COHAB Itaquera, onde 93,80% das pessoas com mais de 5 anos de idade estavam alfabetizadas, desponta com uma diferença de 5 pontos a mais com relação ao município, de 6 pontos com relação à zona leste e de quase 8 pontos com relação à COHAB Cidade Tiradentes onde 85,99% da população naquela faixa etária estavam alfabetizados.

Tabela 16 – População com mais de 5 anos alfabetizadas - 1991

	População com mais de 5 anos	População com mais de 5 anos alfabetizadas	% sobre o total de cada área
Município de São Paulo	8294923	7373149	88,89
Zona Leste do Município de São Paulo	2838061	2489012	87,70
COHAB Sapopemba	21629	18936	87,55
COHAB Itaquera	44239	41496	93,80
COHAB José Bonifácio	79261	72380	91,32
COHAB Cidade Tiradentes	86097	74039	85,99

Fonte: Censo Demográfico IBGE, 1991.

Para finalizar essa parte do trabalho, cabe um comentário geral sobre as estatísticas das COHABs apresentadas. Em primeiro lugar deve-se ressaltar que essas COHABs são de fato territórios dos grupos de menor renda, inseridos nas áreas que o Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo (SPOSATI, 1996), já citado, aponta como de maior concentração da exclusão social.

Em segundo lugar cabe um comentário sobre as diferenças entre as COHABs analisadas no interior desse universo de social cujos territórios resultaram da ação do poder estatal. Diferenças que aparecem nitidamente na tabela 16 e nas tabelas anteriores com mais ou menos clareza. Nesse conjunto de dados notamos que as COHABs Itaquera e José Bonifácio aparecem em condições um pouco melhores do que as COHABs Sapopemba e Cidade Tiradentes, segundo as variáveis analisadas.

De certo modo, há uma reprodução, em níveis bem menos discrepantes, dos diferenciais sócio-territoriais existentes no município como um todo. Nas COHABs Itaquera e José Bonifácio a menor incidência de precariedade territorial, considerada somente a partir dos dados de infra-estrutura de saneamento básico, coincide com a concentração um pouco menor de chefes de família sem renda e de mulheres chefes de família não alfabetizadas, bem como com a concentração um pouco maior de chefes de família com renda entre 3 e 5 salários mínimos, de chefes de família com renda acima de 20 salários mínimos, da população com 65 anos ou mais e da população com mais de 5 anos alfabetizadas. Nas COHABs Sapopemba e Cidade Tiradentes verifica-se um quadro exatamente oposto. Isso nos faz concluir que, mesmo no contexto dos territórios segregados e excluídos produzidos pelo poder público, reproduzem-se discrepâncias

internas nas quais melhores condições territoriais produzem melhores condições para o desenvolvimento humano. Como bem coloca Aldaíza Sposati, "o lugar faz a diferença".

AS COHABs MARCANDO PRESENÇA FÍSICA NA PERIFERIA

Partindo do pressuposto de que uma imagem fala mais do que mil palavras, montou-se uma série de imagens obtidas a partir de um conjunto de fotos aéreas que mostram o "antes" e o "depois" dos territórios onde as quatro COHABs analisadas - Itaquera, José Bonifácio, Sapopemba e Cidade Tiradentes - foram construídas⁵¹. As imagens que mostram o "antes" são datadas de 1972, antecedendo à COHAB Presidente Juscelino que foi a primeira da zona leste, entregue em 1975, que atualmente compõe a COHAB Cidade Tiradentes. As imagens que mostram o "depois" datam de 1994, posterior à entrega das unidades de todas as COHABs da zona leste analisadas.

Em uma primeira observação nota-se que, à exceção da COHAB Cidade Tiradentes, as demais COHABs foram construídas em áreas periféricas onde o arruamento de loteamentos clandestinos já estava aberto porém com boa parte das quadras desocupadas ou com ocupação pouco densa. Nota-se nitidamente o recorte da gleba onde foram construídas em meio ao arruamento de loteamentos que foram abertos em períodos anteriores à construção das COHABs. Nas imagens de 1972 as ruas são mais visíveis do que nas imagens de 1994 em que a densidade da massa construída oculta o traçado viário das ruas locais.

Nas primeiras imagens vê-se quadras parcialmente ocupadas com construções e outras que se encontram inteiramente desocupadas. Entretanto, é comum nos entornos de todas as COHABs, às vezes contíguas a elas, a existência de grandes glebas vazias que permanecem nessas condições nos períodos posteriores à construção dos conjuntos. Isso refuta a idéia de que essas COHABs foram construídas em meio ao nada, em vazios urbanos localizados para além dos limites da área urbanizada, cujas vias de acesso induziu a abertura de loteamentos ampliando a expansão urbana horizontal.

⁵¹ As imagens foram obtidas a partir de montagens realizadas com fotos aéreas retiradas do acervo do Laboratório de Aerofotometria do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo.

Na verdade, como se pode analisar na série de imagens das COHABs Itaquera, José Bonifácio e Sapopemba, a construção desses grandes empreendimentos pelo poder público inserem-se no mesmo processo de crescimento periférico levados a cabo pelos milhares de loteadores privados, de portes e capacidade de investimentos diversos, que já estavam abrindo vias, definindo quadras e comercializando os lotes na região. Possivelmente, a ocupação urbana dessa região poderia ocorrer mesmo sem a construção das COHABs.

O exemplo da COHAB Cidade Tiradentes, esta sim construída em meio ao vazio urbano localizado além dos limites das franjas da cidade, mostra a pouca capacidade de indução da ocupação urbana *ex novo*. Observando as imagens dessa COHAB nota-se um caso único tanto pela sua dimensão quanto pela sua desintegração urbana, segregação e exclusão social. Ao contrário das demais, essa COHAB foi construída em uma área não urbanizada minimamente a exemplo das demais, porém se implantou em meio a várias áreas desmatadas, o solo à mostra, indicando áreas de cultivo agrícola. Como se pode ver na imagem de 1994, esse megaempreendimento habitacional popular onde, em 1991, viviam 98 517 habitantes (IBGE) continua isolado e envolto por grandes áreas cobertas com vegetação, servido por poucas vias de acesso permanecendo ainda bastante desintegrado das áreas mais consolidadas das proximidades. Todavia, isso não significa que nada está ocorrendo pois favelas e mesmo alguns loteamentos clandestinos foram abertos junto às avenidas e estradas que levam ao terminal de ônibus Cidade Tiradentes, principal ponto de acesso a essa COHAB. Às vezes, esse tipo de ocupação bastante precária ocorre no interior e nas franjas do conjunto habitacional.

As imagens da COHAB José Bonifácio também mostram a baixa indução na ocupação urbana desse tipo de empreendimento, pelo menos até o momento, de algumas áreas contíguas. Na imagem de 1972 vê-se que nas áreas ao sul da gleba onde essa COHAB foi implantada a ocupação urbana era visivelmente baixa enquanto que nas porções a norte, leste e oeste já havia vários loteamentos abertos. Na imagem de 1994 percebe-se que as áreas ao sul da COHAB José Bonifácio continuam bastante desocupadas enquanto que nas outras áreas do entorno ocorreu um grande adensamento de construções e certamente populacional, seguindo a tendência geral em toda a periferia norte, leste e sul. A despeito dessa tendência, nota-se uma permanência de vazios urbanos junto às

COHABs, nos seus arredores. Tal fato demonstra nitidamente a dificuldade de integração física desses territórios à vizinhança.

Contudo, apesar das COHABs não puxarem a ocupação urbana sobre as áreas vazias contíguas, pode-se dizer que os investimentos públicos na construção desses grandes conjuntos habitacionais induziram a intensificação na ocupação das áreas já loteadas do seu entorno, em arredores um pouco mais distanciados, mesmo que precariamente urbanizadas, levando ao adensamento populacional e de construções nas quadras parceladas. Esse adensamento pode ser visto com clareza nas imagens das COHABs Itaquera, José Bonifácio e Sapopemba e se verifica também junto à COHAB Cidade Tiradentes cujo distrito foi o segundo em crescimento populacional durante a década de 1990, com mais de 80% de aumento.

Seria importante pesquisar a hipotética valorização fundiária dos lotes localizados nos entornos das COHABs. Um aumento repentino nos preços dos lotes localizados nesses entornos indicaria o crescimento da procura por moradias nessas áreas. Talvez, muito mais do que abrir frentes de ocupação urbana, esses empreendimentos habitacionais na urbanização periférica de São Paulo tenha incidido na viabilização comercial de loteamentos clandestinos já executados, com vários lotes retidos especulativamente. Para comprovar essa tese seria necessário comparar, ao longo de um período, a variação dos preços dos lotes nos entornos das COHABs com a variação nos preços de lotes em áreas mais distantes. Não cabe nos limites desse trabalho realizar tal análise que poderá ser desenvolvida em outra oportunidade.

Para complementar as informações visuais das fotos aéreas, apresentamos a seguir uma ficha de cada uma das COHABs em estudo (Sapopemba, Itaquera, José Bonifácio e Cidade Tiradentes) contendo algumas informações que ajudam a caracterizar melhor esses grandes empreendimentos que marcam a presença física do Estado na periferia do município de São Paulo. Vale destacar as densidades demográficas estimadas para cada uma das COHABs: Sapopemba registrou 357,08 hab/ha; Itaquera registrou 582,54 hab/ha; José Bonifácio registrou 363,63 hab/ha e, finalmente, Cidade Tiradentes registrou 236,75 hab/ha. Chama a atenção a densidade demográfica da COHAB Itaquera que se aproxima dos patamares mais altos da cidade encontrados nas porções centrais.

COHAB Sapopemba:

Conjunto Habitacional Teotônio Vilela

- área do conjunto: 978.473,00 m²
- localização: Avenida Sapopemba, altura do n.º 12.500
- município: São Paulo
- administração regional/zona: Vila Prudente/Leste
- unidades habitacionais: 5.240 apartamentos, 1.748 casas/embriões
- população estimada: 34.940 habitantes
- equipamentos sociais:
 - a) Sociedade Amigos de Bairro do Conjunto Habitacional Jardim Sapopemba
Rua Tibério Fabrianezi, 975 (centro de juventude)
 - b) Grupo de Mães Comunidade Feliz
Centro Comunitário
Rua Francisco Usper, 120
(creche/guarda mirim)
 - c) Associação de Síndicos e Moradores do Conjunto Habitacional Teotônio Vilela
Centro Comunitário
Rua Adolfo Celi, 184
(assessoria a condomínios)
 - d) União de Mulheres
Centro Comunitário
Rua Adolfo Celi, 184
(trabalhos com mulheres e crianças)
 - e) Associação Bom Menino
Quadra 14 - Lote 08
(atividades comunitárias)
 - f) Escola Municipal de Educação Infantil
Centro Comunitário
Rua Esquivel Navarro, 470 A
(Secretaria Municipal de Educação)
 - g) PAS
Centro Comunitário
Avenida Arquiteto Vilanova Artigas, 1.700
(Secretaria Municipal de Saúde)

Área total da COHAB Sapopemba: 978.473,00 m² (97,85 ha)

Número de unidades totais na COHAB Sapopemba: 6 988 unidades

População estimada total na COHAB Sapopemba: 34.940 habitantes

Densidade demográfica estimada na COHAB Sapopemba: 357,08 hab/ha

COHAB Itaquera:

Conjunto Habitacional Padre José de Anchieta/Itaquera IA

- área do conjunto: 394.513,00 m²
- localização: Avenida Waldemar Tietz
- município: São Paulo
- administração regional/zona: Penha/Leste
- unidades habitacionais: 1.700 apartamentos, 54 apartamentos Renda Média, 650

casas/embriões

· população estimada: 12.020 habitantes

equipamentos sociais:

a) Associação Beneficente União da Fé

Avenida Waldemar Tietz, 828 A

(cultos/educacional/social)

b) Grupo As Bandeirantes

Avenida Waldemar Tietz, 828 Salas 2 e 4

(artesanato)

a) Centro Social Padre José de Anchieta/Paróquia São Francisco de Assis dos Pequeninos

Avenida Waldemar Tietz, 828 Salas 1/1 A

(alfabetização de adultos e culinária alternativa)

b) ASSINDIC

Área Verde

Avenida Waldemar Tietz, 1.154

(assessoria a condomínios e síndicos)

c) Posto Policial

Avenida Waldemar Tietz, 1.160

(Secretaria do Estado dos Negócios e Segurança Pública)

Conjunto Habitacional Padre Manoel da Nóbrega/Itaquera IB

· área do conjunto: 375.419,19 m²

· localização: Avenida Waldemar Tietz

· município: São Paulo

· administração regional/zona: Penha/Leste

· unidades habitacionais: 7.190 apartamentos

· população estimada: 35.950 habitantes

· equipamentos sociais:

a) Grupo de Ruas

Centro Comunitário

Rua Raul Valença, 64

(trabalho com excepcionais/artesanato)

b) Mitra Diocesana de São Miguel Paulista

Área 1.647,00 m²

Quadra 12 - Lote 11

(atendimento comunitário)

c) Grêmio Recreativo Vida Mansa Futebol Clube

(campo de futebol)

d) Associação Beneficente Filantrópica Nossa Senhora das Graças

Núcleo Comercial

Avenida Itaquera, 4.023 - Loja 8

(atendimento comunitário)

e) ADAE - Associação de Assistência ao Excepcional

Centro Comunitário

Rua Padre Antônio Brunelli, 351

(trabalho com excepcionais)

f) Associação dos Mutuários e Moradores de Itaquera I

Rua Padre Estanislau Campos, 385/397

g) Escola Municipal de Educação Infantil

Centro Comunitário

Rua Padre Tomás de V. Nova, 644

(Secretaria Municipal de Educação)

h) Centro de Convivência

Centro Comunitário

Rua Irmão N. Fonseca, 33

(Secretaria Municipal de Saúde)

i) Biblioteca Plínio Airosa

Rua Padre Francisco de Toledo, 3.331/3.545

(Secretaria Municipal de Cultura)

j) Escola Municipal de Educação Infantil

Rua Padre José V. de Matos, 44

(Secretaria Municipal de Educação)

Conjunto Habitacional Padre Manoel de Paiva/Itaquera IC

· área do conjunto: 354.970,00 m²

· localização: Avenida Waldemar Tietz

· município: São Paulo

· administração regional/zona: Penha/Leste

· unidades habitacionais: 2.720 apartamentos, 192 apartamentos Renda Média

· população estimada: 14.560 habitantes

· equipamentos sociais:

a) Centro de Educação para Adultos

Núcleo Comercial

Estrada Velha de Itaquera, 221 Lojas A/B/C

(Secretaria Municipal de Educação)

b) Centro Educacional

Núcleo Comercial

Estrada Velha de Itaquera, 221 - Salas A/B/C/D/E/F - Lojas ABCDEF

(Secretaria Municipal de Educação)

c) Supletivo

Núcleo Comercial

Estrada Velha de Itaquera, 221 - Salas A/B/C/E/F

(Secretaria Municipal de Educação)

d) Ordem de Santo Expedito

Centro Comunitário

Rua Domenico Melli, 201 B

(atendimento comunitário/alfabetização de adultos)

e) Associação Escola Infantil Raio de Sol

Centro Comunitário

Rua Domenico Melli, 201 A

(recreação infantil)

Área total da COHAB Itaquera: 1 124 902,10m² (112,49 ha)

Número de unidades habitacionais na COHAB Itaquera: 12 506 unidades

População estimada total na COHAB Itaquera: 65 530 habitantes

Densidade demográfica estimada na COHAB Itaquera: 582,54 hab/ha

COHAB José Bonifácio:

Conjunto Habitacional José Bonifácio/Itaquera II/III

- área do conjunto: 2.813.302,40 m²
- localização: Rua Virgínia Ferni e Avenida João Batista Conti
- município: São Paulo
- administração regional/zona: Itaquera/Leste
- unidades habitacionais: 17.700 apartamentos, 400 apartamentos Renda Média, 2.360 casas/embriões, 1.156 lotes urbanizados
- população estimada: 102.300 habitantes

equipamentos sociais:

a) Biblioteca Municipal Vinícius de Moraes

Centro Comunitário

Avenida Jardim Tamoio, 1.119

(Secretaria Municipal de Cultura)

b) Hospital Dia

Centro Comunitário

Rua Bernardino Prudente, 86/98

(Secretaria Municipal de Saúde)

c) Posto Policial

Rua Vicente Avelar, 100

(Secretaria Estadual dos Negócios e Segurança Pública)

d) Biblioteca Municipal Vicente de Carvalho

Centro Comunitário

Rua Guilherme Valência, 210

(Secretaria Municipal da Cultura)

e) Escola Municipal de Educação Infantil

Centro Comunitário

Rua Corruíra do Brejo, 133

(Secretaria Municipal de Educação)

f) Escola Municipal de Educação Infantil

Centro Comunitário

Rua Isabel Urbina, 149

(Secretaria Municipal de Educação)

g) Escola Municipal de Educação Infantil

Centro Comunitário

Rua Daniel Mongolo, 145

(Secretaria Municipal de Educação)

h) Associação Comunitária Beneficente Imaculada Conceição

Rua José Ariza, 92

(datilografia / corte e costura / alfabetização de adultos / pintura / tricô / violão / cabeleireiro / formação humana e religiosa / alcoólicos anônimos)

i) Centro Cultural e Esportivo dos Aposentados

Rua Leôncio Gurgel, 790

(futebol/campeonato de dama/xadrez e dominó/bingo)

j) Associação dos Mutuários da COHAB II/III (ASMUCO)

Centro Comunitário

Rua Isabel Urbina, 146

- (cursos de espanhol/curso de flores/datilografia)
- k) Assistência Social Lar Ditoso
Rua Giovani Quadri, 80
(atividades comunitárias)
- l) Sociedade Beneficente e Promocional da Igreja Assembléia de Deus
Rua Giacomino Quirino, 58
(cultos religiosos /recreação infantil)
- m) Associação Beneficente Bom Pastor dos Moradores do Conjunto Habitacional Itaquera II/III
Rua César Domenico, 85
(orientação a jovens / cabeleireiro / corte e costura / datilografia / atendente de enfermagem / alcoólicos anônimos / festas comunitárias / recreação / esportes / festas religiosas / distribuição de cestas básicas / reuniões diversas)
- n) Associação Cultural São Jerônimo
Centro Comunitário
Rua Emílio Aires, 80
(capoeira/balé/caratê/bailes com bar)
- o) Grupo Cultural Afro II/Igreja Seicho-No-Ie/Igreja Evangélica Brasileira
Centro Comunitário
Rua Anselmo Rodrigues, 125
(datilografia/dança/capoeira/informática)
- p) AMEI- Associação de Mães dos Excepcionais de Itaquera
Centro Comunitário
Rua Emília Brazão, 110
(atendimento por psicóloga a crianças excepcionais)
- q) Ação Comunitária São José Operário
Rua Caetano Braga, 200
(corte e costura / celebrações religiosas / reuniões / alcoólicos anônimos / centro de juventude)
- r) Associação de Moradores do Conjunto Habitacional José Bonifácio
Centro Comunitário
Rua Augusto Cavalcante, 154
(datilografia / balé / ginástica / aeróbica / caratê / alfabetização de adultos / alcoólicos anônimos / departamento de esportes / pintura em tecido / tricô / bailes)
- s) Grupo Cultura Dândara
Rua Manuel de Agreda, 99
(dança/capoeira/seicho-no-ie/ensaio de MPB)
- t) Associação Esportiva Brasil/Grêmio Botafogo
Rua Luiz Matheus X Avenida Jardim Tamoio (quadra 196)
(campo de futebol)
- u) Serviço Social Promocional "Perseverança"
Galpão
Rua João Pedro Luna, 92
(assistência e educação a crianças e adolescentes)
- v) Sociedade Grupo da 3.ª Idade "Amor Perfeito"
Núcleo Comercial
Avenida João Batista Conti, 183 - Núcleo 13 - Salas E/F
(atividades comunitárias)

w) Grupo de Amigos Solidários do Conjunto Juscelino
Núcleo Comercial
Avenida João Batista Conti, 1.183 - sala 3
(trabalhos sociais)

Área total da COHAB José Bonifácio: 2.813.302,40 m² (281,33 ha)
Número de unidades totais na COHAB José Bonifácio: 21 616 unidades
População estimada total na COHAB José Bonifácio: 102.300 habitantes
Densidade demográfica estimada na COHAB José Bonifácio: 363,63 hab/ha

COHAB Cidade Tiradentes:

Conjunto Habitacional Barro Branco II

- área do conjunto: 780.074,00 m²
- localização: Rua Antônio Mingús Lopes
- município: São Paulo
- administração regional/zona: Guaianazes/Leste
- unidades habitacionais: 660 apartamentos, 865 casas/embriões, 1.324 lotes urbanizados
- população estimada: 14.245 habitantes

Conjunto Habitacional Castro Alves/Barro Branco I

- área do conjunto: 467.584,51 m²
- localização: Rua Cachoeira Campo Grande
- município: São Paulo
- administração regional/zona: Guaianazes/Leste
- unidades habitacionais: 960 apartamentos, 1.224 casas/embriões
- população estimada: 10.920 habitantes
- equipamento social: Escola Municipal de Educação Infantil
- área Institucional/Centro Comunitário:
Avenida Sara Kubitscheck, 258
(Secretaria Municipal de Educação)

Conjunto Habitacional Inácio Monteiro

- área do conjunto: 553.517,14 m²
- localização: Avenida Inácio Monteiro
- município: São Paulo
- administração regional/zona: Guaianazes/Leste
- unidades habitacionais: 844 apartamentos, 1.228 casas/embriões
- população estimada: 11.665 habitantes

Conjunto Habitacional Prefeito Prestes Maia/Guaianazes

- área do conjunto: 208.967,80 m²
- localização: Rua Doutor Guilherme de Abreu Sodré
- município: São Paulo
- administração regional/zona: Itaquera/Leste
- unidades habitacionais: 260 apartamentos, 1.000 casas/embriões
- população estimada: 6.300 habitantes
- equipamento social:
Sociedade Amigos do Conjunto Residencial Guaianazes

Centro Comunitário
Rua José Pereira Arouca, 15
(atendimento comunitário)

Conjunto Habitacional Presidente Juscelino Kubitschek/Jardim São Paulo IA/IIA/IIB

- área do conjunto: 795.600,00 m²
- localização: Avenida José Higino Neves
- município: São Paulo
- administração regional/zona: Guaianazes/Leste
- unidades habitacionais: 3.060 apartamentos, 1.434 casas/embriões
- população estimada: 22.470 habitantes
- equipamentos comunitários

a) Guarda Civil Metropolitana - Inspetoria

Centro Comunitário
Rua Utaro Kanai, 20
(Guarda Civil Metropolitana)

b) Escola Municipal de Educação Infantil

Área 8.277,00 m²

Quadra 27B - Lote 01

(Secretaria Municipal de Educação)

c) Guarda Civil Metropolitana

Centro Comunitário

Avenida Jorge M. Pompilio, 210

(Guarda Civil Metropolitana)

d) Associação dos Moradores do Jardim São Paulo II

Rua Pedro Seabra, 160

(atividades comunitárias)

e) Associação Grupo de Mães Novo Amanhecer

Centro Comunitário

Avenida José Higino Neves, 1.624

(guarda mirim)

Conjunto Habitacional Santa Etelvina I/VI-A

- área do conjunto: 1.241.558,44 m²
- localização: Avenida dos Metalúrgicos
- município: São Paulo
- administração regional/zona: Guaianazes/Leste
- unidades habitacionais: 3.760 apartamentos, 1.395 casas/embriões
- população estimada: 25.775 habitantes
- equipamentos sociais:

a) ASSIST

Núcleo Comercial

Avenida dos Metalúrgicos, 1.081

(assessoria de condomínio)

b) Ação Comunitária Senhor Santo Cristo

Centro Comunitário

Rua Santo Izzo, 120

(datilografia / corte e costura / tricô / balé / caratê / capoeira / pintura / reuniões / horta

omunitária)

c) ASSETCASP (Associação dos Empregados dos Transportes Coletivos e Anexos de São Paulo

Rua Manoel Moscoso, s/n (Curva do S)

(atividades comunitárias)

d) Posto Policial

Centro Comunitário

Rua Ernesto Gould, 317

(Secretaria dos Negócios de Segurança Pública)

e) IBEAC- Instituto Brasileiro de Estudos Apoio Comunitário Queiroz Filho

Centro Comunitário

Avenida dos Têxteis, 1.050

(oficina de formação profissional)

f) Associação em Defesa da Moradia de Cidade Tiradentes e Adjacências

Avenida dos Têxteis, 580

(reuniões com moradores)

Conjunto Habitacional Santa Etelvina IIA

· área do conjunto: 842.848,00 m²

· localização: Avenida dos Metalúrgicos

· município: São Paulo

· administração regional/zona: Guaianazes/Leste

· unidades habitacionais: 7.024 apartamentos, 417 casas/embriões

· população estimada: 37.205 habitantes

· equipamento social:

Comunidade Batista Evangélica Renovo do Calvário

Quadra 43H - L. 03

Conjunto Habitacional Santa Etelvina II-B1

· área do conjunto: 31.001,00 m²

· localização: Estrada Circular X Estrada São Tiago

· município: São Paulo

· administração regional/zona: Guaianazes/Leste

· unidades habitacionais: 224 apartamentos

· população estimada: 1.120 habitantes

Conjunto Habitacional Santa Etelvina II-B2

· área do conjunto: 74.664,00 m²

· localização: Estrada do Iguatemi X Estrada Circular

· município: São Paulo

· administração regional/zona: Guaianazes/Leste

· unidades habitacionais: 768 apartamentos

· população estimada: 3.840 habitantes

Conjunto Habitacional Santa Etelvina II-B3

· área do conjunto: 49.388,00 m²

· localização: Estrada Circular X Estrada do Iguatemi

· município: São Paulo

- administração regional/zona: Guaianazes/Leste
- unidades habitacionais: 448 apartamentos
- população estimada: 2.240 habitantes

Conjunto Habitacional Santa Etelvina II-B6

- área do conjunto: 74.670,00 m²
- localização: Estrada Santo Inácio e Avenida Souza Ramos
- município: São Paulo
- administração regional/zona: Guaianazes/Leste
- unidades habitacionais: 1.040 apartamentos
- população estimada: 5.200 habitantes

Conjunto Habitacional Santa Etelvina III-A

- área do conjunto: 323.538,11 m²
- localização: Avenida dos Metalúrgicos
- administração regional/zona: Guaianazes/Leste
- unidades habitacionais: 2.080 apartamentos
- população estimada: 10.400 habitantes
- equipamentos sociais:

a) Associação Defensora dos Direitos dos Deficientes Físicos e das Mulheres
Núcleo Comercial

Rua Profeta Jeremias, 93 L 1 e 2

b) Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Cidade Tiradentes
UFACIT

Rua 2E, 96

(jazz / crochê / reuniões de condomínio / curso de flores / esportes / reuniões / horta comunitária)

Conjunto Habitacional Santa Etelvina IV-A

- área do conjunto: 1.002.508,00 m²
- localização: Avenida dos Metalúrgicos
- município: São Paulo
- administração regional/zona: Guaianazes/Leste
- unidades habitacionais: 1.440 apartamentos, 1.263 casas/embriões
- população estimada: 13.515 habitantes
- equipamentos sociais:

a) Ação Comunitária Tiradentes

Centro Comunitário

Avenida dos Gráficos, 382

(centro de juventude / padaria comunitária / horta comunitária / datilografia / capoeira /
ficina de couro / tíquete de leite)

b) Mitra Diocesana São Miguel Paulista

Área 726,44 m²

Lote 01 , QD.20H

(atividades comunitárias)

c) Ação Comunitária Tiradentes

Centro Comunitário

Avenida dos Gráficos, 764

Conjunto Habitacional Santa Etelvina V-A

- área do conjunto: 1.142.032,00 m²
- localização: Avenida dos Metalúrgicos
- município: São Paulo
- administração regional/zona: Guaianazes/Leste
- unidades habitacionais: 936 apartamentos, 688 casas/embriões
- população estimada: 8.120 habitantes
- equipamento social:

Associação Educacional Beneficente A. S. Presbiteriana

Área 531,05 m²

Rua Mário Sobral, 12/QD.34D-L.33

(recreação infantil)

Conjunto Habitacional Santa Etelvina VII

- área do conjunto: 741.580,00 m²
- localização: Avenida dos Têxteis, s/n
- município: São Paulo
- administração regional/zona: Guaianazes/Leste
- unidades habitacionais: 5.088 apartamentos, 154 casas/embriões, 856 lotes urbanizados
- população estimada: 30.490 habitantes

Área total da COHAB Cidade Tiradentes: 8 329 530,90 m² (832,95 ha)

Número de unidades totais na COHAB Cidade Tiradentes: 40 440 unidades

População estimada total na COHAB Cidade Tiradentes: 197 205 habitantes

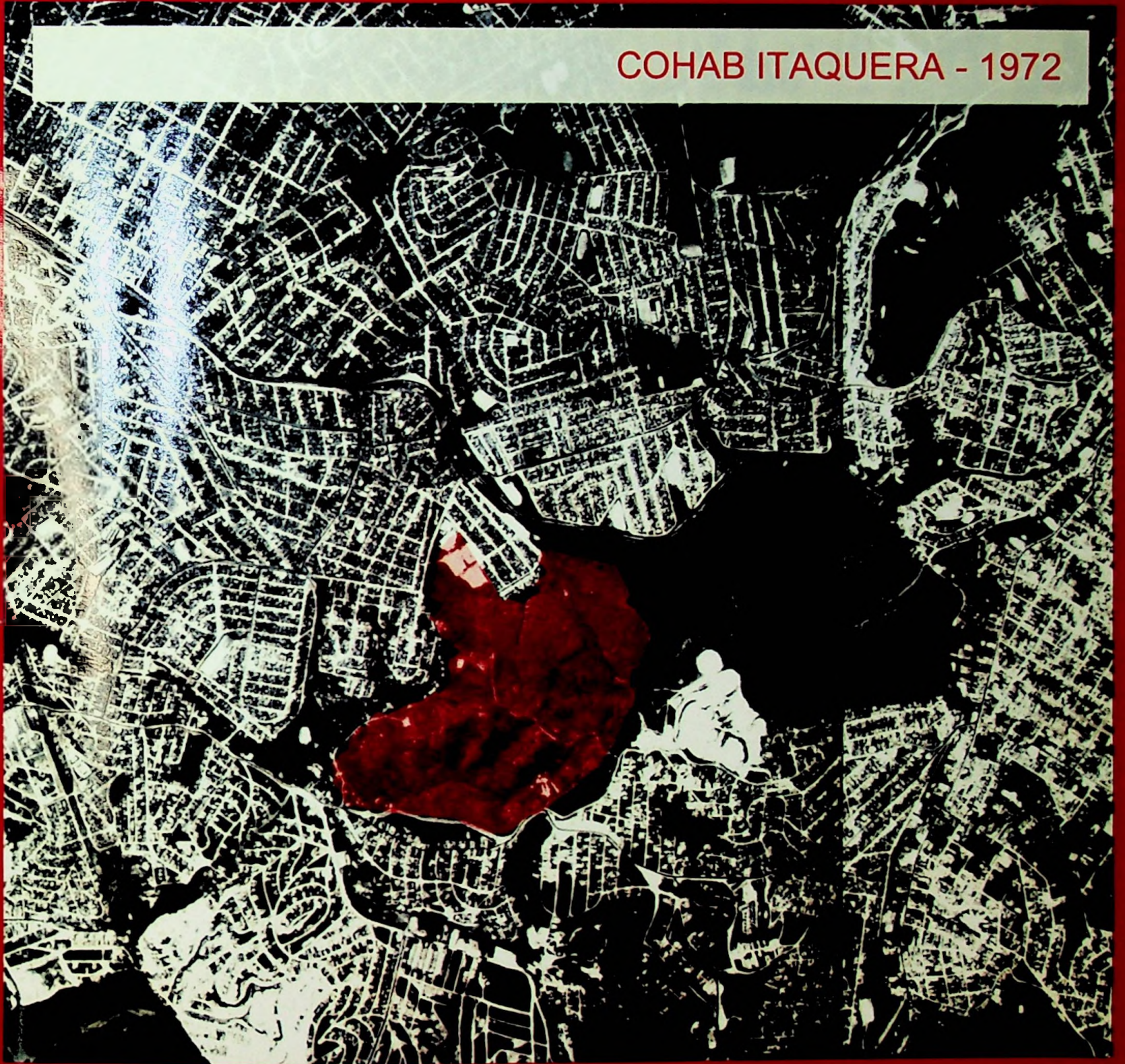
Densidade demográfica estimada na COHAB Cidade Tiradentes: 236,75 hab/ha



COHAB SAPOPEMBA - 1972



COHAB ITAQUERA - 1972

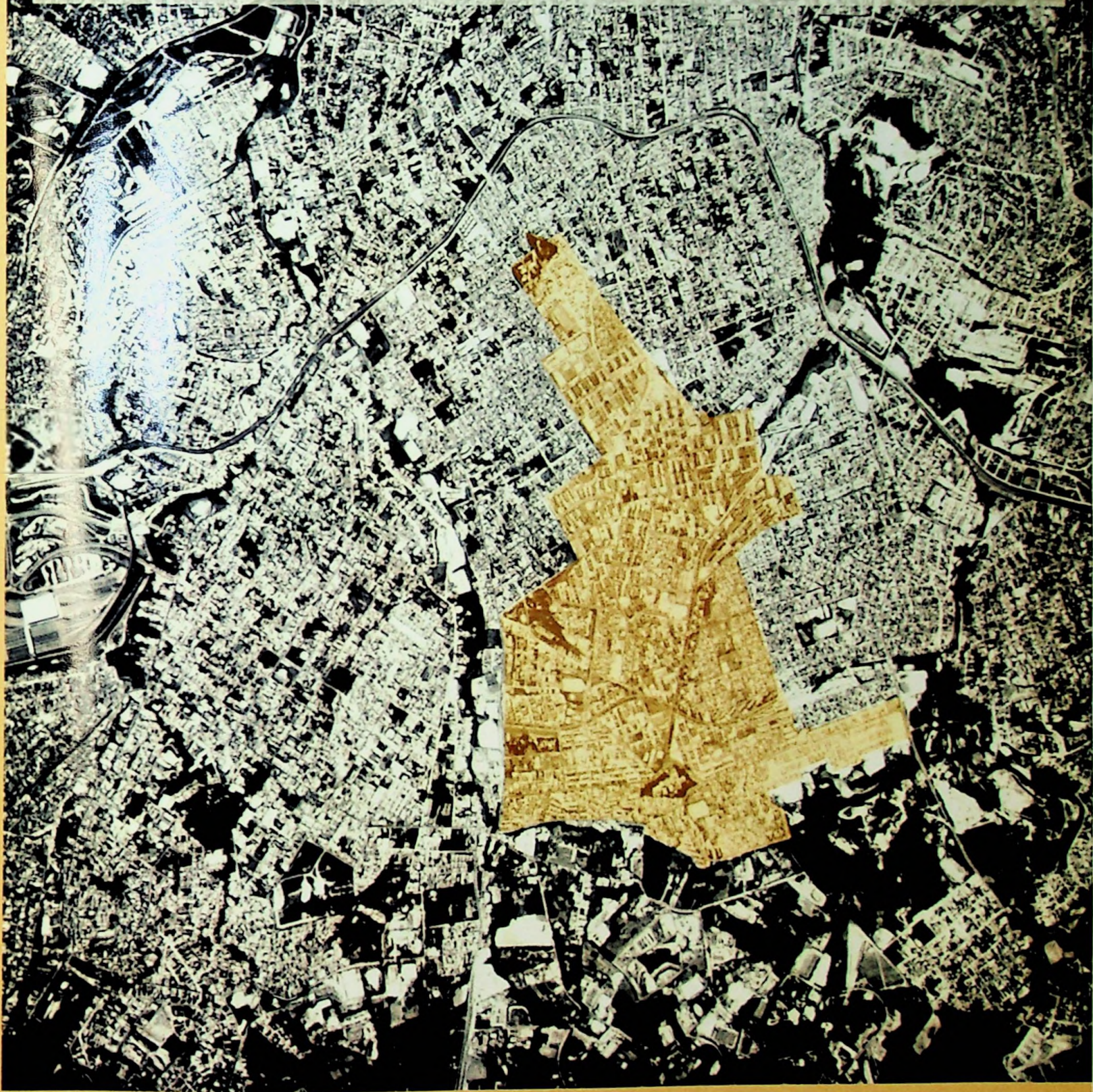




COHAB JOSÉ BONIFÁCIO - 1972



COHAB JOSÉ BONIFÁCIO - 1994



COHAB CIDADE TIRADENTES - 1972



COHAB CIDADE TIRADENTES - 1994



CAPÍTULO III - DISCIPLINA E PODER NAS COHABs

Neste capítulo procuro trazer alguns elementos e interpretações relacionadas com os processos de implantação dos condomínios nos prédios das COHABs. Trata-se de processos totalmente impregnados por tensões características das relações de poder e de disciplinamento que tem, como pano de fundo, uma diretriz civilizatória. Trago a voz de alguns moradores do Barro Branco II, parte da imensa COHAB Cidade Tiradentes, que foram removidos da favela junto ao córrego Águas Espraiadas para a construção de uma avenida. Nas falas analisadas e transcritas aparecem provas cabais de que a cidade é basicamente uma rede de relações de poder e um constante processo de disputas sócio-territoriais.

CONDOMÍNIOS E DISCIPLINAMENTO NAS COHABs

Imaginar as COHABs como espaços disciplinares, ou melhor, como território do poder disciplinar, pode parecer um tanto inusitado. Entretanto, mesmo correndo o risco de “forçar o argumento”, vale seguir com essa discussão dado os vários indícios disciplinares existentes nesse tipo de moradia destinada à população de trabalhadores que auferem rendimentos mais baixos. Tais indícios podem ser identificados logo nos primeiros momentos em que os moradores recém-chegados se instalavam nas casas e apartamentos construídos em série repetitiva ao longo de quadras e mais quadras. Mas, antes de adentrarmos efetivamente na discussão sobre esse processo, é preciso clarificar as características do poder disciplinar. Os textos que nos ajudam enormemente nessa tarefa são os capítulos sobre a “disciplina” na terceira parte do livro escrito pelo filósofo Michel Foucault intitulado *Vigiar e Punir – História da Violência nas Prisões*. De saída, Foucault coloca o corpo sujeitado na mira do poder disciplinar. Um corpo que sofre a “coerção ininterrupta, constante, que vela sobre os processos da atividade mais que sobre seu resultado e se exerce de acordo com uma codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos” (FOUCAULT, 1997: 118).

Trata-se, desse modo, de “uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, desarticula e o recompõe” (Idem: 119).

Três aspectos muito importantes aparecem nessa espécie de definição do poder disciplinar.

O primeiro é a coerção. O disciplinamento se vale da coerção para exercer-se. O segundo é o esquadrinhamento do tempo, do espaço e do movimento. A coerção disciplinar se vale de imposições de determinados ordenamentos temporais e espaciais que conformam os movimentos. O terceiro elemento de destaque do poder disciplinar é a sua incidência sobre o corpo. No enquadramento coercitivo no espaço-tempo disciplinar, o corpo sujeita-se à uma ortopedia geral dos gestos.

Em um estudo sobre as COHABs como território disciplinar, é de grande interesse o papel exercido pelo espaço nos processos de sujeição exercido pelo poder. É um papel definitório na medida em que todo exercício de poder acontece a partir de uma certo arranjo espacial, a partir de certas constituições territoriais.

Assim, três dimensões devem ser levantadas com relação ao espaço disciplinar. Primeiramente, deve-se destacar que a “disciplina às vezes exige a *cerca*”, a especificação de um local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo” (Idem: 122).

Falar em disciplina como o exercício do poder em um espaço delimitado, é tratar do território que, desse modo, produz o sujeito como aquele que atua nesse território e, ao mesmo tempo, se sujeita às imposições disciplinatórias do mesmo.

“Mas o princípio de ‘clausura’ não é constante, nem indispensável, nem suficiente nos aparelhos disciplinares. Estes trabalham o espaço de maneira muito mais flexível e mais fina. E em primeiro lugar segundo o princípio da localização imediata ou do *quadriculamento*. Cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo. (...) O espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quanto corpos ou elementos há a repartir” (Idem: 122-123 – grifo no original).

Nesse aspecto, a cidade com seus espaços “quadriculados” onde as localizações imediatas individualizam pessoas e os grupos sociais nos enquadramentos territoriais, aparece como um exemplo máximo desse tipo de espaço disciplinar flexível cujo poder se exerce na multissegmentação sócio-espacial, com sérios efeitos segregatórios,

acompanhado por manifestações de contra-poder que subverte a disciplina e a norma para criar outras ordens de usos espaciais.

O “princípio das localizações imediatas” nos espaços disciplinares, ao colocar “cada um no seu lugar”, codifica o território com sentidos utilitários a serviço do poder. Conforme Foucault, a “regra das *localizações funcionais* (que) vai pouco a pouco, nas instituições disciplinares, codificar um espaço que a arquitetura deixava geralmente livre e pronto para vários usos. Lugares determinados se definem para satisfazer não só a necessidade de vigiar, de romper as comunicações perigosas, mas também de criar um espaço útil” (Idem: 123).

Nas COHABs podems identificar a manifestação desses três atributos do espaço disciplinares: a “cerca”, o “quadriculamento” e as localizações funcionais”.

A “cerca” das COHABs não é propriamente um muro ou algum encerramento físico. Trata-se de uma especificidade arquitetônica e de arranjo no conjunto urbano de habitações que as singulariza destacando-a claramente do seu entorno, dos espaços ao seu redor. As COHABs aparecem na paisagem da periferia como “um local heterogêneo a todos os outros”. Até hoje, apesar de já terem sido entregues a décadas, existe uma desarticulação viária entre as ruas internas do conjunto habitacional e as ruas dos bairros vizinhos. As “superquadras” localizadas nas bordas dos conjuntos criam uma espécie de “fechamento” com poucas conexões viárias que servem de entrada para os espaços interiores das COHABs. Essas “superquadras” funcionam como uma “cerca” que encerra o conjunto. Quando visitamos algumas dessas COHABs é nitidamente perceptível a experiência de estarmos adentrando um espaço diferenciado.

O princípio do “quadriculamento” aparece nesses espaços habitacionais de uma maneira mais ampla, relativamente ao conjunto da cidade. Nessa escala, o Poder Público, na produção e comercialização desses espaços, circunscreve a população de renda mais baixa definindo o corte de 3 a 5 salários mínimos como critério de acesso a essas habitações posicionadas nos locais periféricos, distantes dos bairros privilegiados onde vivem os grupos mais abastados.

A política habitacional que produziu as COHABs operou no mesmo sentido do “quadriculamento” urbano de São Paulo posicionando “cada um no seu lugar”, separando os territórios das classes sociais, segregando os ricos dos pobres.

Internamente, as COHABs organizam-se espacialmente segundo o princípio do “quadriculamento” disciplinar ao serializar os espaços habitacionais destinando cada célula de moradia, comumente denominada “unidade habitacional” nos meios técnicos, a uma família, a um mutuário. A organização interna das COHABs revela o ordenamento dos corpos no espaço disciplinar. Não foi à toa que a política de desfavelamento levada a cabo, por exemplo, em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, esteve articulada com a produção desse tipo de conjuntos habitacionais periféricos para onde eram destinados os moradores de favelas removidos das suas casas que foram destruídas. É interessante comparar a conformação espacial de uma favela com o de uma COHAB. Nota-se dois princípios opostos, duas tipologias completamente diferentes uma da outra.

Na favela a “localização imediata” de cada casa não é claramente demarcada. As construções, e seus respectivos moradores, não são individualizados. Aglomeram-se apoiando-se umas nas outras criando uma estrutura unificada e interligada. Nas favelas, é comum o compartilhamento dos espaços de moradia por mais de uma família. Quase não há quadras traçadas regularmente. A circulação, feita predominantemente para o pedestre, é difusa através das vielas tortuosas que correm por entre as casas. Na verdade essa circulação interna de uso coletivo faz parte das casas, sendo às vezes extensão das salas ou cozinhas. Nesses casos, quase não há distinção entre a rua e a casa.

Já nas COHABs, os locais de moradia de cada família são individualizados e separados uns dos outros, apesar da falta de privacidade que motiva muitas queixas e conflitos entre os moradores. O projeto e a lógica de comercialização das casas e apartamentos define cada unidade para somente uma família. A coabitação ocorre depois da instalação da família que passa a acolher parentes e amigos necessitados. Os espaços das COHABs é serial e repetitivo contrastando com a variedade dos arranjos espaciais das favelas, nas várias gradações entre as esferas públicas e privadas. As grandes quadras são regularmente traçadas e a circulação, priorizando o automóvel, é ordenada e marcada com clareza. O leito carroçável das vias contornadas por guias e sarjetas conforma as “superquadras” onde se implantam as edificações destacadas da rua por um recuo variável.

Importante notar que o Estado, ao exercer seu poder sobre o espaço urbano produzindo territórios destinados ao uso ou alocação da população de renda mais baixa, quase sempre opera a partir do “quadriculamento” disciplinar do espaço. Os conjuntos habitacionais produzidos pelas prefeituras e governos estaduais em quase todas as cidades brasileiras comprovam essa afirmação à exaustão. A presença das casas seriadas, desamontoadas, alinhadas, disciplinadas é uma constante. Junto com outras instituições disciplinares como as escolas, os hospitais, os albergues para moradores de rua e as fábricas, dentre outras, os conjuntos habitacionais de interesse social produzidos pelo BNH demonstram que “as disciplinas, organizando as ‘celas’, os ‘lugares’ e as ‘fileiras’ criam espaços complexos: ao mesmo tempo arquiteturais, funcionais e hierárquicos. São espaços que realizam a fixação e permitem a circulação; recortam segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias; marcam lugares e indicam valores; garantem a obediência dos indivíduos, mas também uma melhor economia do tempo e dos gestos. (...) A primeira das grandes operações da disciplina é então a constituição de ‘quadros vivos’ que transformam as multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidades organizadas” (Idem:126-127).

Analisando cuidadosamente essa afirmação de Foucault, podemos identificar, nas COHABs, a organização disciplinar do espaço com seus respectivos efeitos. A organização em série, em “fileiras”, das células habitacionais se mostram tanto no interior de cada prédio de apartamentos quanto no conjunto das grandes quadras. Para aqueles que vivem nas COHABs, o dia a dia é ritmado pelo ir e vir entre a casa e o trabalho. Diariamente, dois grandes acontecimentos tem lugar nesses territórios de moradia periférica. De manhã, quando uma multidão de homens e mulheres, jovens, adultos e crianças saem dirigindo-se, principalmente, para os estudos e para o trabalho, a pé, de carro, de lotação, de ônibus, de trem ou de metrô. E à tarde quando essa multidão retorna depois da jornada diária de estudos e de trabalho.

A individualização em cada célula habitacional, casa ou apartamento, reflete a individualização de um coletivo. Ou seja, nas áreas urbanas periféricas, os grupos que moram nas COHABs são reconhecidos como tais dada a individualização desse território de moradia que se destaca morfológicamente do seu entorno. O mesmo se dá com os moradores de favelas e de condomínios fechados. Esses recortes territoriais “marcam

lugares e indicam valores” sociais. Nas COHABs e nas favelas predomina uma valoração negativa, estigmatizante. Cada vez mais esses territórios estão sendo tomados como o lugar das classes perigosas que precisam ser submetidas a controles mais rígidos. Ao mesmo tempo, os condomínios fechados de classe média e alta são identificados com valorações positivas, marcadas pelo privilégio da boa qualidade de vida.

Nas favelas, cujo território escapa do “quadriculamento” disciplinar e as ações de poder são desempenhadas tanto pelo Estado quanto por forças para-estatais, normalmente envolvendo disputas de morte, esses controles que recaem sobre os moradores em geral são mais coercitivos. Nas favelas, é comum as forças para-estatais, com a de lideranças do narcotráfico, solaparem os espaços de poder do Estado. Porém, é preciso lembrar que as forças para-estatais que se colocam nas favelas não são somente de origem criminosas. As lideranças de movimentos sociais e de outras formas de organizações coletivas também se fazem presentes e ativas⁵².

Nas COHABs o espaço disciplinar arranjado a partir de uma lógica estatal inibe com mais força as manifestações do poder para-estatal e de contra-poderes que eventualmente poderiam desestabilizar os valores e as ordens sociais vigentes e solapar os espaços de poder das autoridades estatais. Contudo, não significa que essas manifestações não ocorram. Pelo contrário, há subversões constantes no espaço disciplinar e na ordem urbana e social das COHABs. Subversões produzidas pelos próprios moradores quanto por grupos de narcotraficantes que se territorializam no interior das COHABs onde o enquadramento habitacional dos seus moradores, em um espaço produzido segundo princípios do fordismo periférico brasileiro, com a moradia produzida e multiplicada segundo os princípios da serialização em massa, tem um efeito de imposição e pré-definição da forma de vida que exige a adaptação das pessoas moradoras dessas COHABs a um cotidiano pressionado por um ordenamento espacial imposto. Esse efeito tem seu contraponto nas apropriações um tanto espontâneas que subvertem a ordem espacial imposta pelo padrão de organização do conjunto. Trata-se de uma prática espacial através da qual os moradores procuram tomar para si a gestão dos seus espaços de moradia

⁵² Para uma análise mais aprofundada sobre a territorialização dos diversos poderes nas favelas ver o estudo realizado por Marcelo Lopes de Souza apresentado no livro *O Desafio Metropolitano - um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras* (2000).

segundo necessidades urbanas que vão além dos limites da unidades habitacional. Com isso, esses moradores tentam escapar da imposição disciplinar de uma vida coletiva sem singularidades.

Os pequenos atos de transformação dos lugares no interior das COHABs são atos de singularização nos quais os moradores erigem referenciais próprios que contestam a imposição original do espaço projetado pelos arquitetos e engenheiros da Companhia e das empreiteiras. Seria limitador compreender essas formas de conformação territorial como mera ilegalidade. Vale entendê-los como um exercício de poder na gestão sobre o espaço próprio de moradia.

Nesse sentido, são demarcadas as áreas de condomínio de cada prédio, os quais, originalmente, foram entregues "soltos" em meio às chamadas grandes "áreas livres" previstas no projeto inicial, sem uma finalidade específica. Os moradores de cada prédio se organizam para construir os muros que circundam as fileiras de estacionamentos, os jardins e eventualmente alguma área esportiva. Junto à calçada, normalmente alinhadas às escadas dos edifícios que dão acesso aos apartamentos, são construídas as portarias com interfone para cada um dos apartamentos cobertas com uma pequena lage. A portaria é na verdade o portão principal do prédio invariavelmente enobrecida com revestimentos cerâmicos de todas as cores e texturas ou pedras.

A delimitação desses espaços ao redor de cada prédio é um recurso que os moradores lançam mão para estabelecer uma gestão coletiva sobre o prédio e seu arredores imediatos definindo uma zeladoria. Essa circunscrição espacial do prédio é o primeiro ato de poder sobre o espaço exercido pelos próprios moradores das COHABs. Trata-se de uma tática de territorialização que marca e demarca formas de uso e apropriação dos espaços projetados. Táticas cotidianas que os moradores utilizam para reconfigurar seus territórios habitacionais que podem ser comparadas àquelas analisadas por Michel De Certeau no universo dos operários de fábricas os quais, em momentos de folga, aproveitavam as ferramentas, máquinas e restos de materiais para construir objetos de todo tipo, utensílios domésticos, brinquedos ou ornamentos, destinados ao uso próprio, de suas famílias e amigos. Desse modo, os espaços projetados e planejados pelo Poder Público e impostos aos moradores são taticamente subvertidos e conformados segundo suas necessidades do dia a dia.

Essas táticas não se limitam à gestão dos locais de moradia e às áreas imediatamente próximas mas, também, ocorrem ao longo de algumas ruas principais do conjunto onde estabelecimentos comerciais e de serviços são construídos por pequenos e médios empreendedores. Esses estabelecimentos atendem basicamente a população local gerando uma micro-economia no interior do conjunto. Com o aumento no número desses estabelecimentos, a rua que antes era margeada por terrenos livres, passa a conformar um corredor comercial que podem ser vistos em todos os conjuntos analisados nesse estudo. Esses pequenos corredores suprem a demanda diária por pequenas mercadorias como alimentos, remédios, materiais de construção etc. Sempre há bares nesses corredores viários. São os principais pontos de lazer local onde se reúnem pequenos grupos às tardes e nos finais de semana. Como em vários pontos das periferias paulistanas, esses conhecidos "botecos" e as padarias são locais de intensa sociabilidade onde jovens e adultos se reúnem junto ao balcão ou em torno de pequenas mesas para jogar dominó, cartas, beber cervejas e conversar sobre todos os assuntos. Quase sempre há uma televisão que fica ligada e atrai a atenção especial nos dias de jogos dos campeonatos estaduais e nacionais de futebol. Horas inteiras são dispensadas nessa atividade.

As praças e campos de futebol também são locais de apropriação tática por parte dos moradores das COHABs e, em alguns casos, das áreas vizinhas. Em Itaquera, a mais consolidada e uma das mais antigas dentre as COHABs da zona leste, há uma grande área com 2 grandes campos de futebol onde, nos finais de semana, se organizam pequenos campeonatos que reúnem times de vários bairros. Os jogos acontecem durante todo o dia. Quando isso ocorre, aglomeram-se várias pessoas que atraem comerciantes informais de bebidas, churrascos, salgadinhos e outros tipos de mercadorias que são consumidos tanto por aqueles que vão jogar quanto por aqueles que vão assistir os jogos. Esses campos foram implantados em uma das denominadas "áreas livres" do projeto original.

Na principal praça desse mesmo conjunto ocorrem processos parecidos em dias de shows de artistas populares trazidos tanto por organização de moradores quanto pelo Poder Público. Nessas ocasiões, há uma vivacidade na COHAB que contrasta com a situação segregada, precária e problemática em que se encontram. Essa vivacidade indica potencialidades que sempre precisam ser consideradas nas análises sobre os territórios-problemas das moradias populares, mesmo naqueles em situação mais grave. É preciso ter

em conta as dinâmicas realizadas por aqueles que vivem nesses territórios, compreender as suas interações sociais e diversas práticas espaciais definidas na vida cotidiana. Os problemas que afetam a vida das pessoas nas periferias – como a falta de empregos, o baixo conforto domiciliar, a necessidade de serviços e espaços públicos qualificados, dentre outros fatores – devem ser analisados criticamente em conjunto com as resistências, táticas e potencialidades erigidas por aqueles que enfrentam diariamente as dificuldades impostas pelos padrões segregatórios e excludentes da vida social e econômica da cidade. As desigualdades sociais e as vulnerabilidades na vida urbana sempre vêm acompanhadas por lutas, mesmo que individuais e em pequena escala, pela sobrevivência.

Nesse ponto, atingimos um aspecto importante na discussão sobre os exercícios de poder na constituição dos territórios das COHABs. Inicialmente, o poder que engendrou esses territórios partiu do Estado, associado ao poder econômico dos empresários da construção civil, que exerceu o seu poder soberano sobre o espaço urbano. Em seguida, esses territórios passaram a ser apropriados pelos moradores que, assim, exerceram o seu poder sobre o espaço reterritorializando as COHABs.

Após classificar a população segundo critérios da baixa renda familiar, entre 3 e 5 salários mínimos, compondo o que poderíamos chamar, usando Foucault, um “quadro vivo” de classificação social, iniciou-se todo um programa de comercialização das unidades habitacionais destinadas aos grupos de famílias incluídas naquela faixa de renda. No momento da entrega das chaves aos mutuários, o poder estatal lança mão de formas do espetáculo populista que nada mais são do que um mecanismo para a manutenção do próprio poder.

Com a chegada dos moradores nas COHABs tem início um processo de disciplinamento baseado na imposição de uma “economia do tempo e dos gestos” voltada para a organização da vida em condomínio. Pode-se dizer que essa é uma das maneiras do Estado exercer o seu poder disciplinador na periferia da cidade, particularmente junto aos moradores das COHABs, através dos profissionais de serviço social empregados pela Prefeitura Municipal cuja função junto a esse moradores era a de ensinar as regras de como viver em condomínio, especialmente nos prédios de apartamentos de cinco andares. Para a grande maioria das pessoas, morar em um desses prédios, compartilhando espaços comuns, era experiência totalmente nova. As assistentes sociais da COHAB/SP eram incumbidas de

organizar reuniões com os moradores para discutir e estabelecer as regras da vida em conjunto. A cobrança da taxa condominial, a forma de disposição do lixo, o uso das escadas, corredores e áreas de acesso aos apartamentos e ao redor do prédio, exigia um modo de organização coletiva o qual não fazia parte da vida cotidiana dos moradores antes de irem viver nas COHABs, principalmente daqueles oriundos de favelas.

No Manual dos Condôminos, distribuídos pela COHAB/SP como material pedagógico destinado a orientar os moradores no processo de constituição dos condomínios nos prédios dos conjuntos habitacionais, a noção de condomínio aproxima-se bastante das formulações sobre o território apresentadas no capítulo um. O condomínio é compreendido como "o domínio comum". Como o território, o domínio é visto como o exercício de um poder sobre um espaço coletivo circunscrito.

Nesse Manual encontram-se os procedimentos de construção da organização coletiva criando condições para o exercício do poder difuso através da Comissão de moradores composta pelo síndico e pelo Conselho Consultivo do prédio. Um dos elementos básicos desses procedimentos é a constituição do "regulamento dos condomínios". No modelo apresentado, a função disciplinar desse regulamento é manifesta no terceiro parágrafo onde se determina que "os condôminos deverão - por si, seus familiares, dependentes, serviçais, hóspedes ou visitantes - observar sempre os preceitos da boa moral e dos bons costumes, respeitando as normas que tutelam o direito de vizinhança, abstendo-se da prática de quaisquer atos que possam prejudicar a segurança e o bem-estar comum, evitando-se, portanto, o uso nocivo da propriedade" (COHAB/SP, s/d: 7).

Esse objetivo disciplinar se faz mais presente no sétimo parágrafo onde se define uma série de proibições impostas aos condôminos. São proibições que procuram definir formas de comportamento das pessoas regando a convivência. Se considerarmos, com Richard Sennett "a civilidade como aquilo 'que protege as pessoas umas das outras e ainda assim permite que elas tirem proveito da companhia umas das outras' (apud SOUZA, 2000: 208), temos nessas proibições uma diretriz civilizatória que pretende imiscuir-se na periferia tomada, em geral, como um âmbito selvagem. Quando nos lembramos que a produção dos primeiros conjuntos do BNH foi articulada com as primeiras ações de desfavelamento, percebemos que essa diretriz civilizatória tem nos favelados um dos seus

públicos alvo⁵³. O conteúdo moral aparece claramente no item E do sétimo parágrafo onde se lê o seguinte:

⁵³ Vale a pena transcrever a íntegra do sétimo parágrafo para se ter um quadro geral dos regramentos da convivência:

"7º - É expressamente vedado aos condôminos:

A - Mudar ou alterar as fachadas de seus respectivos apartamentos;

B - Decorar ou pintar paredes, janelas, esquadrias externas etc., de maneira que modifique o aspecto arquitetônico do edifício que integra o condomínio;

C - Afixar cartazes, anúncios, letreiros ou quaisquer placas nas fachadas e partes externas do apartamento, nas entradas e corredores comuns de acessos às mesmas, bem como em qualquer outra parte ou dependências comuns;

D - Instalar toldos externos ou qualquer outro equipamento nas janelas, assim como colocar, ou permitir que se coloquem, nas partes comuns do edifício quaisquer objetos ou instalações, sejam de que natureza forem;

E - Sem prejuízo das proibições gerais referentes à locação e cessão dos apartamentos - constantes do título aquisitivo - alugá-lo ou decê-los, no todo ou em parte, para: pessoas de maus costumes, clube de jogos ou dança, reuniões políticas, escolas de música, entidades que exerçam atividades ruidosas, depósito de objetos, enfim, dar aos apartamentos qualquer outra finalidade que não estritamente residencial, sendo igualmente vedado dividir a unidade autônoma com o fim de aliená-lo a mais de uma pessoa;

F - Limpar ou remover pó de tapetes, cortinas, bem como das dependências dos apartamentos, de modo a perturbar e causar incômodo aos demais condôminos;

G - Estender roupas, tapetes ou quaisquer outras peças ou objetos nas janelas, bem como colocar objetos em lugares onde estejam expostos ao risco de cair;

H - Lançar pelas janelas ou outros locais, objetos de qualquer natureza, líquidos, papéis, detritos etc., às vias públicas ou internas, áreas verdes, passeios, calçadas, áreas internas e demais dependências do condomínio;

I - Colocar ou depositar lixo, detritos etc., em outros locais que não coletores e depósitos destinados a este fim;

J - Manter nos apartamentos, ou em qualquer parte do edifício, substâncias, produtos, assim como instalar aparelhos que causem risco à segurança e solidez do prédio, ou incômodo aos seus moradores e aos demais condôminos;

K - Sobrecarregar, com peso superior à sua capacidade, a estrutura e as lajes do edifício;

L - Usar rádios, vitrolas, alto-falantes ou quaisquer outros instrumentos sonoros, acústicos e musicais, em volume de som que possa perturbar os vizinhos;

M - Fazer ou provocar barulhos de qualquer natureza, notadamente depois das 22 (vinte e duas) horas;

N - Utilizar os empregados e serviços do condomínio para serviços particulares;

O - Manter nos apartamentos cães, gatos, ou qualquer outros animais, com exceção de pássaros que não perturbem a vizinhança;

"7º - É expressamente vedado aos condôminos:

(...)

E - Sem prejuízo das proibições gerais referentes à locação e cessão dos apartamentos - constantes do título aquisitivo - alugá-lo ou cedê-los, no todo ou em parte, para: pessoas de maus costumes, clube de jogos ou dança, reuniões políticas, escolas de música, entidades que exerçam atividades ruidosas, depósito de objetos, enfim, dar aos apartamentos qualquer outra finalidade que não estritamente residencial, sendo igualmente vedado dividir a unidade autônoma com fim de aliená-la a mais de uma pessoa" (Ibid.: 8).

Algumas assistentes sociais, no exercício das suas responsabilidades e funções, acabaram por ser identificadas como representantes da COHAB/SP e da própria prefeitura. Os moradores dirigiam-se a elas com familiaridade. Dessa forma tornaram-se canais de transmissão de reclamações, reivindicações e demandas⁵⁴.

Ao participarem intensamente da vida coletiva dos conjuntos habitacionais, tornaram-se referências e fator de politização dos mutuários. Em muitos casos tornaram-se simplesmente agentes de tutela do Estado que contribuíam mais para o fortalecimento das relações de dependência e menos para a construção da autonomia coletiva. Nesses casos, quando as assistentes sociais se ausentavam do conjunto por alguns períodos,

P - Utilizar as entradas, as rampas e corredores de acesso aos apartamentos, bem como as áreas internas, térreas, cobertas e demais dependências de uso comum, para a guarda ou depósito de quaisquer coisas ou objetos, sob pena de imediata remoção pelo síndico ou subsíndico, por conta e risco do responsável, e sem prejuízo de multa ou sanção cabível;

Q - Intervir ou de qualquer forma influir nas redes, fiações, ligações, instalações, pontos de iluminação, registros, medidores e demais equipamentos gerais de água, luz, gás, esgoto e telefone, como também deixar de pagar tais taxas, sujeitando-se às medidas cabíveis por parte das concessionárias desses serviços públicos, devendo sempre serem levados ao conhecimento do síndico, as irregularidades de funcionamento que venham a ocorrer, ficando os condôminos exclusivamente responsáveis pelos reparos nas bombas de sucção de água;

R - realizar quaisquer mudanças ou transferências de móveis ou outros objetos, volumosos ou pesados, sem prévio aviso ao síndico e no período noturno;

S - Praticar quaisquer outros atos que constituam violação do estabelecido no presente regulamento e no contrato aquisitivo" (COHAB, s/d: 8-9).

⁵⁴ Para uma descrição mais detalhada desse processo, ver DAMIANI (1993).

desencadeava-se um processo de desagregação da organização condominial dentre os moradores dos prédios de apartamentos.

Em todos esses casos, não há como separar a atuação daqueles profissionais de serviço social da forma disciplinar imposta pelo conjunto habitacional. Através desses profissionais, o Poder Público se apresenta, de um lado, como um agente pedagógico e disciplinador, de outro lado, como um tutor coletivo.

Difícilmente poderíamos comparar as operações de disciplinamento em curso nas COHABs com aquelas que tem lugar nas prisões, manicômios e reformatórios. O simples fato da COHAB não ter uma forma de encarceramento já nos coloca em alerta com relação a essa diferenciação. Nas COHABs, o poder coercitivo é pouco evidente, entretanto, não significa que ele está ausente. Como apontado no capítulo um, esse poder não se limita ao discurso repressivo que diz "não". Trata-se de um poder que se efetiva como tal a partir de vetores criativos, de produção de saberes, realidades sociais e territórios existenciais, que o constituem. Em cada prédio das COHABs nota-se um grande exemplo desse exercício do poder sobre o espaço habitacional constituindo um território de vida coletiva. Em cada um desses prédios, mesmo com todos os conflitos de convivência, redes de relações são feitas, desfêitas e refeitas.

DA FAVELA AO CONDOMÍNIO

No primeiro capítulo utilizamos o relato, apresentado por Mariana Fix no livro *Parceiros da Exclusão*, para mostrar evidências nítidas do processo de disputa territorial entre diferentes grupos de interesse revolvendo um pedaço do espaço urbano da cidade de São Paulo.

Tal disputa tem lugar junto à via marginal do rio Pinheiros, nos arredores das avenidas Engenheiro Luis Carlos Berrini e Brigadeiro Faria Lima, onde grandes investimentos imobiliários aproveitaram as glebas vazias acessíveis facilmente a partir do quadrante centro-sudoeste, para materializar o que vem sendo apregoado, desde a década de 1970, como uma "nova cidade"⁵⁵.

⁵⁵ Expressão que aparece nos artigos de jornais e revistas coletados por Mariana Fix durante a realização da sua pesquisa.

Mariana Fix mostra como esse tipo de enunciados aparecem na mídia impressa de grande circulação no território nacional. Podemos dizer que tais enunciados contribuem para a construção de uma representação social positiva de um território da cidade identificado com a pujança, a inovação e a modernização paulistana na atual conjuntura econômica marcada pela globalização financeira. Essa representação utiliza imagens da paisagem urbana que trazem os sentidos do poder econômico empresarial. Tais imagens disseminam-se nos meios de comunicação de massa fornecendo uma chave de leitura desse território a partir de referências empresariais.

A autora rastreia algumas das grandes operações financeiras voltadas para a viabilização de empreendimentos imobiliários destinados aos grupos endinheirados e aos escritórios das corporações transnacionais alojados na cidade. Nesse sentido, descreve o elenco dos principais edifícios de escritórios, hotéis, condomínios residenciais fechados de alto padrão, centros empresariais e de compras etc.

Toda essa dinâmica urbana gerada a partir desses investimentos privados articula-se com a análise de dois processos sociais desencadeados pelos embates de interesses entre moradores do local e o poder público, representado pelo governo municipal durante o período de 1993 a 1996 em que Paulo Maluf era o então prefeito da cidade.

Um dos processos analisados foi a mobilização de alguns moradores dos bairros Vila Olímpia e Pinheiros contra a desapropriação, pela prefeitura, das suas casas, escritórios e comércios para a passagem do prolongamento da avenida Brigadeiro Faria Lima até a avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini.

Segundo o estudo, o perfil geral desses moradores era marcadamente de classe média. As mobilizações e manifestações foram organizadas pelas Associações que se formaram para articular coletivamente as negociações e resistências. Puderam contar com o apoio de profissionais de arquitetura e do urbanismo bem como da área jurídica.

Além disso, as manifestações tiveram ampla cobertura dos meios de comunicação de massa que divulgaram várias notícias sobre o processo, criando fatos e colhendo opiniões de especialistas, das autoridades e do público em geral, pressionando os órgãos públicos sobre as ações da prefeitura.

Um aspecto importante desse processo analisado por Fix foi a utilização por parte do poder público municipal de alguns instrumentos legais, de regulação urbanística, que serviram como respaldo para a concretização e viabilização do empreendimento voltado para o prolongamento da avenida que se despontava como um local de interesse para os investidores imobiliários, com forte atratividade para investimentos, junto com outras áreas próximas, como os já mencionados arredores da via marginal ao rio Pinheiros e da avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini. O primeiro desses instrumentos foi a lei viária de 1968 que instituiu a abertura da avenida Brigadeiro Faria Lima em toda a sua extensão. O segundo instrumento foi a Operação Urbana Faria Lima que demarcou um perímetro envolvendo os arredores da avenida onde se propôs o aumento do potencial construtivo dos lotes mediante contrapartida financeira a ser aplicada no melhoramento local favorecendo os próprios investidores.

Depois de muitas discussões, esse instrumento foi aprovado na Câmara Municipal e, com isso, o poder público deu início às obras viárias. O argumento crítico que Fix levanta de um modo convincente é com relação à atuação do Estado voltada para o beneficiamento urbano de um trecho da cidade de interesse para o capital imobiliário e financeiro, em operação casada apoiada em "parcerias", favorecido com a conseqüente valorização econômica da terra urbana e dos imóveis construídos.

Diante dessa convergência de interesses do Estado e do capital na viabilização de um empreendimento viário importante para esse aumento de ganhos privados sobre a renda fundiária, mesmo a classe média teve que dar passagem, porém com perdas minimizadas pelo pagamento das desapropriações e pelas negociações em torno de alterações no traçado do leito viário.

Isso não se verifica no outro processo analisado centrado na já mencionada remoção de cerca de 50 mil moradores da favela Jardim Edith localizada em terreno público nas margens do córrego Águas Espraiadas, no Brooklin. A justificativa apresentada pelo poder público para essa remoção foi a necessidade de construir uma avenida nas margens desse córrego que liga a avenida marginal ao rio Pinheiros à rodovia Imigrantes. Fix descreve o alto grau de tensão e conflitos existente em todo o processo que envolveu a morte de uma criança e o suicídio de um homem, ambos moradores da favela. Ao transtorno e impacto de perder a própria casa somava-se a coerção de algumas

assistentes sociais e outros funcionários da prefeitura que estavam trabalhando no processo de remoção. Fix indica o uso, por parte desses funcionários, de estratégias de desinformação e favorecimento das lideranças comunitárias com o intuito de desarticular a resistência dos moradores que não aceitavam os termos propostos pela prefeitura os quais eram bastante injustos. Fix comenta também a articulação dos proprietários de edifícios localizados na avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini que se organizaram em uma "Associação de Promoção Habitacional e Social" formada para "contribuir na construção de moradias para os favelados removidos de Água Espraiada" (FIX, 2001: 92). A idéia foi constituir um fundo para a obtenção de um terreno na periferia distante onde seriam construídas moradias ofertadas aos moradores da favela dispostos a sair. Iniciativa visando certamente a valorização imobiliária seguindo a tradição paulistana de "exportar a população de menor renda para as periferias". A exemplo do processo ocorrido no prolongamento da avenida Brigadeiro Faria Lima, na remoção da favela Jardim Edith também se verificava a convergência de interesses do Estado e do capital com o mesmo objetivo rodoviarista de ampliar a oferta de acessibilidade viária a áreas interessantes para o investimento imobiliário às custas da segregação sócio-espacial da população com menor poder político e econômico.

Em todo esse processo a "máquina de exclusão sócio-territorial" (termo forjado por Raquel Rolnik) foi mais forte. Os moradores da favela Jardim Edith foram desalojados e dispersados por vários locais da Região Metropolitana de São Paulo. Alguns voltaram para as suas terras natal.

Um dos locais que receberam parte desses moradores foi o conjunto habitacional Barro Branco II localizado no distrito de Guaianazes no extremo da zona leste. Esse conjunto faz parte da COHAB Cidade Tiradentes cujos dados foram analisados no capítulo dois. Em outubro de 1994, 290 famílias chegaram ao Barro Branco II para se distribuir em 5 prédios de apartamentos com 60 unidades cada um. Hoje esses prédios localizados em um dos extremos do conjunto são designados pelos seguintes nomes:

Condomínio Cachoeira da Ilha;

Condomínio Cachoeira Branca;

Condomínio Cachoeira Bonita;

Condomínio Cachoeira Alta e

Condomínio Cachoeira Alegre.

Um dos prédios, o Condomínio Cachoeira da Ilha, foi parcialmente ocupado pelas famílias vindas da favela removida. Essas famílias dividiam o prédio com outras 10 que eram mutuários da COHAB/SP. Segundo relatos colhidos em entrevistas abertas realizadas em julho de 2002 junto a alguns moradores desses prédios no Barro Branco II e na Superintendência Social da Companhia, logo houve conflitos entre os dois grupos, dada a diferença de atendimento e no valor das prestações, e a convivência se mostrou inviável. Os mutuários se retiraram indo morar em outro prédio e os apartamentos do pavimento térreo e do primeiro pavimento permanecem vazios até hoje, com sinais evidentes de abandono e depredação impedindo a comercialização. Interessante notar que, nos relatos recolhidos, as pessoas referem-se aos moradores desse prédio, vindo da favela Jardim Edith, como sendo "mais simples e ingênuos", indicando menor poder econômico e outras denotações sociais implicadas na expressão. Esses moradores são apontados como tendo menos organização coletiva, com problemas de convivência que se refletem nas dificuldades de implantação do condomínio. Segundo os relatos, tais dificuldades são mostradas na má conservação do prédio.

Nesses relatos, aparecem as afirmações de que algumas famílias vindas da favela removida também se retiraram do conjunto, vendendo o apartamento e indo morar em outros bairros, às vezes voltando para o pequeno núcleo remanescente da favela junto à nova avenida Águas Espraiadas. Há alguns casos, poucos, em que a família fecha o apartamento e vai morar em outro lugar.

Os dados gerais do conjunto Barro Branco II são:

- área do conjunto: 780.074,00 m²;
- localização: Rua Antônio Mingúes Lopes;
- município: São Paulo;

- administração regional/zona: Guaianazes/Leste;
- unidades habitacionais: 660 apartamentos, 865 casas/embriões, 1.324 lotes urbanizados;
- população estimada: 14.245 habitantes.

Segundo a Diretoria Comercial e Social da Superintendência Social da COHAB/SP, do total de 458 unidades habitacionais pesquisadas no Barro Branco II, 228 (49,78%) estavam ocupadas regularmente, 193 (42,14%) estavam ocupadas irregularmente, 9 (1,97%) estavam desabitadas e 28 (6,11%) estavam ausentes. Nota-se nesses dados, o alto percentual, quase metade, das unidades ocupadas irregularmente demonstrando a dificuldade de gestão por parte dos moradores e do poder público em sanar as dívidas contraídas na compra da casa própria.

Para chegar até o Barro Branco II, partindo do centro de São Paulo, é preciso fazer uma longa viagem intra-urbana. Fiz esse percurso usando transporte coletivo, que é o tipo de transporte mais utilizado pelos moradores do conjunto, que se desdobrou da seguinte maneira. Na estação Sé do metrô fui para a plataforma da linha vermelha em sentido leste que leva até a estação final de Corinthians-Itaquera onde desci para tomar o ônibus. Foi uma viagem de aproximadamente 50 minutos. Como era uma tarde de sábado, o metrô não estava superlotado e não houve uma demora fora do normal, como ocorre nos horários de pico principalmente em dias chuvosos quando “os trens circulam em velocidade reduzida e com maior intervalo de tempo”.

Chegando na estação Corinthians-Itaquera implantada em meio a um imenso vazio urbano, próximo à COHAB Itaquera, desço dois lances de escadas rolantes até o terminal de ônibus. Vou até o ponto da linha 3785 que leva até o conjunto Barro Branco. Ando por entre os “box” comerciais que vendem comidas, roupas, bijuterias, remédios, óculos e outras mercadorias e passo junto às bancas sobre rodas dos camelôs que vendem chocolates, bolachas, balas, chicletes, amendoins e outras comidas que ajudam a passar o tempo enquanto o ônibus não vem. A agitação no terminal é muito grande, com várias pessoas caminhando para os vários pontos de ônibus e de lotações que esperam estacionadas do lado de fora. A gritaria dos camelôs se mistura com a dos cobradores das

lotações que anunciam os locais por onde passam os veículos das várias linhas estacionados fora do terminal.

No ponto de ônibus havia mais ou menos 15 pessoas esperando em fila. Esperamos cerca de 5 minutos até o veículo estacionar. Esperamos por mais uns 10 minutos, enquanto o cobrador resolve as contas com o fiscal de linha e o motorista toma um cafezinho em um dos "box" de venda, e entramos para seguir viagem. O ônibus sai vazio porque estamos no meio da tarde. No caminho, principalmente no centro de Itaquera e de Guaianazes, sobem mais passageiros.

Até o centro de Guaianazes seguimos por avenidas comerciais e de serviços locais ladeadas por todo tipo de lojas como vídeo locadoras, cabeleireiros, imobiliárias, bares, lanchonetes, padarias, farmácias, açougues, mercadinhos, lojas de roupa, lojas de calçados, lojas de autopeças, funilarias, borracharias, lojas de móveis, agências bancárias, igrejas, postos de gasolina, habitações, poucos terrenos baldios etc. Em duas ou três ocasiões nos deparamos com um estabelecimento da rede de hipermercados Extra e de supermercados Barateiro. Passamos em frente a uma loja dos supermercados D'avó. Os supermercados de bairro parecem não existir nessas avenidas.

Depois do centro de Guaianazes, avançando pela Estrada de Iguatemi, tudo começa a mudar. O comércio vai ficando mais rarefeito, os terrenos baldios se fazem maiores e mais presentes, massas de vegetação aparecem junto à via e ao longe, no alto de morros, alguns cobertos por uma massa de autoconstruções. Em um determinado momento a calçada desaparece ficando somente uma faixa de terra esburacada, pontuada por alguns tufo de arbustos, por onde caminham várias pessoas. Circulando por essa estrada passamos rente a uma pedreira em atividade, cercada por eucaliptos, e diante de algumas pequenas fábricas de blocos. Como estamos em plena campanha eleitoral para presidente da república, senador, deputado federal e estadual e para governador estadual, nota-se em praticamente todas as direções, com uma frequência incrível, faixas plásticas e muros pintados com os nomes dos candidatos e seus respectivos partidos. Pequenos cartazes de plásticos, estruturados com ripas de madeira, foram amarrados nos postes mostrando as fotos sorridentes dos candidatos. Esse material eleitoral se mistura às faixas e painéis anunciando serviços, imóveis, lotes e várias outras coisas. Dentre esse material eleitoral, há um predomínio claro do Partido dos Trabalhadores – PT.

Chegando próximo à COHAB Cidade Tiradentes nos deparamos com algumas pequenas favelas, extremamente precárias, constituídas por barracos construídos com restos de madeira. Essas favelas estão rente à via e são circundadas por grandes matagais. Muitas pessoas permanecem nos portões que se abrem diretamente para a Estrada. Algumas estavam sentadas em bancos de madeira que se fundem às cercas e às paredes dos barracos. Em uma das favelas, algo inusitado. Uma seqüência de três ou quatro "desmanches de carros" abertos onde carcaças automobilísticas se amontoam em terrenos cercados.

Ao sair da Estrada do Iguatemi e virar para seguir em direção ao Barro Branco II começam as subidas e descidas que caracterizam a movimentada topografia local. Nos momentos em que o ônibus atinge algum ponto mais alto, abre-se uma paisagem de "mar de morros" cobertos por loteamentos habitacionais, provavelmente clandestinos, completamente ocupados, misturados a massas densas de vegetação, às casas e prédios de apartamentos da COHAB Cidade Tiradentes com seus vários conjuntos constituintes, dentre os quais o Barro Branco II, e dos conjuntos da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano – CDHU, alguns ainda em acabamento.

Depois de algumas curvas, 50 minutos no metrô, 15 minutos no ponto e mais 50 minutos rodando dentro do ônibus que sacolejou a viagem inteira apesar de não passar por nenhuma via sem pavimentação, totalizando mais de 100 minutos de viagem numa tarde de sábado fria, chegamos ao ponto final da linha 3785, junto a alguns prédios de apartamentos e poucos estabelecimentos comerciais. Coincidentemente, o ponto final está exatamente na rua que eu estava procurando. É um local no alto de uma ladeira larga onde, de um lado, estão os prédios onde hoje moram as famílias que foram removidas da favela Águas Espriadas, e de outro lado, há casas térreas alinhadas na calçada. Atrás dos prédios parece que termina a cidade e começa a mata. Pura ilusão. Logo adiante recomeçam o casario de tijolo baiano aparente e fachada gradeada e os prédios pálidos com suas fileiras de janelas que lembram alguma instituição disciplinar como um reformatório ou um abrigo de reabilitação.

A primeira impressão, a mais forte, é de isolamento, de estar distante das atividades urbanas, de estar retirado da própria cidade. Apesar da agitação produzida pela movimentação de pedestres, dos grupos de jovens, crianças e do ir e vir dos automóveis, da

vegetação próxima e distante, fica a sensação de aridez no local. Um pequeno comércio começa a se formar ocupando os recuos frontais dos prédios. Em um pequeno bar já se forma um ponto de encontro freqüentado principalmente pelos homens. Ao lado, um salão de beleza parece ser um ponto de encontro das mulheres.

J. é uma das pessoas que tiveram a casa de sua família destruída pelos tratores da prefeitura logo após a colocação da mudança no caminhão. É uma mulher sorridente que se empolga facilmente em uma conversa. Ainda sente a perda da casa e a violência da remoção: “Não consigo esquecer aquela cena sabe, quando eu estava ali fora esperando eles arrumarem a minha mudança, eles já chegaram com uma máquina derrubando tudo em volta, a minha casa e tudo o que eu investi ali”. Reconhece que não é totalmente certo morar em um terreno da prefeitura mas diz que não tinha outra alternativa porque o aluguel estava muito alto e o salário não era suficiente: “Eu pagava R\$ 300,00 de aluguel em um cômodo na rua Augusta onde morei 12 anos”; “Não tinha como comprar a casa em terreno particular então comprei em terreno da prefeitura, comprei a casa já pronta”. Para J. o acesso a essa casa foi o resultado de 12 anos de trabalho.

Para explicar a chegada no Barro Branco II começa falando que foram tirados pela prefeitura da favela Águas Espriadas e colocados na COHAB. Refere-se ao processo como um ato de poder e negligência por parte da prefeitura: “Tiraram a gente das nossas casas, colocaram a gente aqui, largaram a gente aqui”. Diz que foram para o conjunto porque não tinham outra alternativa, não havia outra opção. Obviamente, os R\$ 1 800,00 pagos pela prefeitura durante a remoção não eram suficientes para comprar ou providenciar outro lugar para morar.

As condições de vida no Barro Branco II são nitidamente difíceis até hoje. No início, quando J. chegou com sua família, o marido e a filha mais velha e o filho caçula, as dificuldades eram maiores: “olha, logo que nós chegamos tinha água, aqui não tinha asfalto na rua, não tinha telefone, isso aqui era tudo aberto, quem tinha carro ficou sem carro, roubaram os carros, por isso que nós providenciamos um muro, colocamos um portão, nós mesmos pagamos. A gente ficava quinze dias sem água, eles racionavam nossa água, eu tenho problema de desvio na coluna de carregar água lá de baixo, isso porque não tinha casa ainda não, era tudo terreno, só tinha aqui a COHAB, eu fiquei quinze dias sem conseguir fazer nada. Quinze dias sem água com criança pequena, eu ia trabalhar quando

chegava não tinha água pra tomar banho, não tinha água pra fazer comida, era a prefeitura que mandava o caminhão pipa trazer aquela água imunda, só dava mesmo pra lavar banheiro, fazer alguma coisa, pra beber não dava, tinha que comprar água, nós sofremos muito quando viemos pra cá, ônibus não tinha, a gente pegava condução lá na Cidade Tiradentes ou lá em cima no Sítio Conceição. Aqui era tudo barro, quando nós ia pegar ônibus nós tinha que passar dentro de um rio, quando chovia, nós tinha que arregaçar as calças, tirar o sapato de madrugada, passar dentro da água, atravessar a ponte para pegar o ônibus lá. Telefone só lá no ponto de ônibus. Supermercado era o D'avó em Guaianazes, tudo tinha que ir de carro ou de ônibus, o ônibus bateu, matou bastante gente”.

Com a retirada da favela, localizada na parte da cidade com maior oferta de empregos da cidade de São Paulo, e a transferência para o Barro Branco II, houve perda significativa de oportunidades de trabalho: “A maioria do pessoal, além de ter perdido as suas casas, perderam também seus empregos”.

Na favela, J. estava a quinze minutos do trabalho. No Barro Branco II, a quase duas horas do centro, J. constata na prática os vários efeitos da segregação sócio-espacial: “não dá para trabalhar no centro da cidade, meus filhos ficavam aí jogado, meu marido trabalha a noite, eu chegava em casa e não via meu marido, ele chegava e já não me via, tava aquele desencontro, aí falei ‘vou ter que trabalhar aqui na periferia’, é pouquinho o que eu tiro aqui mas é melhor do que trabalhar longe”.

Para J. a remoção excludente e segregatória afetaram profundamente as relações com a cidade que ficaram mais restritas. As possibilidades de aperfeiçoamento profissional sofreram com as limitações no acesso aos serviços de educação: “Eu estou precisando fazer uns cursos e as escolas melhores ficam no centro da cidade. Então já não dá, eu estou aqui sem fazer nada porque é muito longe, você tem que pagar duas conduções, pagar o curso. A renda da gente é bem baixa. Chega no final do mês vou fazer o balanço do que eu ganhei e só dá mesmo para pagar as contas, comprar uma roupa, um sapato pros filhos, o básico. E os cursos são muito caros”.

Na busca por emprego, a indicação do local de moradia no extremo da zona leste é um forte mecanismo de exclusão do mercado de trabalho: “A gente não tem emprego devido à distância”; “Eu tenho uma filha de vinte e um anos, ela tem estudo, ela tem curso,

ela vai para a cidade, leva currículo, faz entrevistas, quando fala que mora aqui ele fala 'ah minha filha aqui não dá', você vai chegar atrasada, você já vai chegar cansada no emprego". E a filha de J. continua desempregada até hoje.

Em várias declarações J. manifesta os aspectos negativos do lugar: "Posto de saúde não tem médico"; "Esse lugar é um lugar muito perigoso"; "Esses colégios da prefeitura que tem aqui não presta não". Em um pequeno plano de vida para o futuro mostra uma profunda reivindicação por cidade: "Eu pretendo ir embora daqui, vou ver se consigo comprar uma casinha, um terreno mais próximo da cidade". E com apenas três frases valida com nitidez os argumentos que colocam as COHABs em geral e o Barro Branco II em particular como um lugar onde o cotidiano é um campo de forças e de poder com profundos efeitos sobre a vida mental dos seus moradores: "Eu fiquei com depressão quando eu cheguei, até hoje eu não me recuperei ainda sabe. Eu não gosto daqui. Eu moro aqui porque eu sou obrigada a morar".

O processo de remoção da favela Águas Espraiadas mostra claramente que as transformações no território urbano são resultados de ações reticulares, conforme formulado no primeiro capítulo. Nesse caso, as violentas ações de remoção foram levadas a cabo por redes de relações envolvendo diversas instâncias do poder público e empresarial. As redes de relações entre os moradores exerceram resistências que foram, porém, desagregadas. O predomínio da rede mais poderosa levou à absorção e à destruição das conexões reticulares existentes entre os moradores da favela resultando em uma dispersão incontrolável, inclusive na rede de relações interpessoais de J.: "tinha meus amigos, todo mundo se espalhou sabe, eu chorei demais sabe, a gente faz amizade com as pessoas, a gente gosta das pessoas, uns foi para uns cantos outros foram para outros". Porém, uma rede de relações nunca se desfaz sem que outra comece a ser tecida. No Barro Branco II, J. já compôs novas relações com as pessoas que freqüentam seu pequeno salão de beleza. Terminamos a entrevista com a chegada de uma das suas clientes que veio lavar e cortar o cabelo.

Conversei também com a família de F., sua mãe, seu pai e sua esposa. Todos vieram da favela Águas Espraiadas onde F. foi criado, segundo ele mesmo. É um homem animado que tem muito a dizer sobre a remoção e sobre os anos no Barro Branco II.

Começa a entrevista falando que foram enganados pela Clara, assistente social da COHAB/SP que Mariana Fix entrevistou para o seu trabalho.

F. diz que “eles mostravam mapa, croquis daqui, como ia ser aqui, teria escola, o apartamento seria nosso, seria tudo documentado. O que era interessante, era importante a gente não estar pegando dinheiro. Porque o valor que estava sendo pago na época não ia dar pra gente estar comprando em outro lugar. Inclusive, a Clara, que era chefe do departamento das assistentes sociais, ela comentava com a gente ‘não peguem o dinheiro, vão pra lá, pro Barro Branco, porque lá vai ser seu, documentado e tudo o mais, onde vocês vão ter um endereço, vai ter moradia digna’. Isso realmente não aconteceu. A gente recebeu uma permissão de uso, o qual a gente nem sabia que era por dois anos e depois a gente ficou um tempo sem documentação nenhuma”.

Fix mostrou as várias meias verdades usadas para confundir e desinformar os moradores da favela como estratégia de remoção. F. diz que os funcionários da prefeitura, durante as negociações para efetivar essa remoção, diziam que “a COHAB passou para a HABI (Superintendência de Habitação Popular da SEHAB) esses cinco prédios onde vocês vão estar morando (o que foi verdade). Isso daí é seu, de quem for para lá. Não precisa se preocupar que o documento vai ser de vocês (o que não é verdade até hoje)”.

A documentação assinada pelos moradores foi o Termo de Permissão de Uso a Título Precário e Oneroso – Barro Branco II – Águas Espraiadas. Quanto à regularização da propriedade do imóvel, os termos desse documento mantêm os moradores que vieram da favela Águas Espraiadas em situação similar ao que era antes, quando ocupavam uma área pública sem ter a titulação da propriedade. Nas cláusulas transcritas abaixo nota-se que os imóveis do Barro Branco II ocupados por esses moradores continuam em poder da COHAB/SP que permite, a “título precário e oneroso”, o uso por dois anos que já expiraram sem que houvesse a regularização da situação:

“Cláusula primeira – A COHAB é senhora e legítima proprietária do imóvel acima descrito e caracterizado unidade integrada do conjunto Barro Branco – Guaianases”.

“Cláusula segunda – A COHAB, por este instrumento, permite aos permissionários o título precário e oneroso, o uso e a posse da unidade supra epigrafada no prazo de 2 anos

a contar desta data mediante pagamento dos seguintes encargos: taxa de retribuição de R\$ 35,00 mensal e IPTU”.

“Cláusula sexta - Neste ato declaro expressamente aos permissionários que não são proprietários dos imóveis do município onde se localiza unidade habitacional que lhe foi atribuída”.

“Cláusula décima – Os permissionários obrigam-se pela perfeita conservação da unidade habitacional trazendo-a sempre em condições de higiene e limpeza obrigando-se ainda a partir desta data por pagamento de todos os impostos e taxas, inclusive de água, esgoto e saneamento criados e por criarem-se sobre o imóvel, mesmo lançados em nome da COHAB/SP obrigando-se também ao oferecer a competente comprovação deste pagamento no prazo de um mês pois a liquidação coincidente com a data prevista no aviso de lançamento e sempre que lhe for exigida essa dependa de inclusão desse valor no da retribuição mensal estipulada”.

Logo F. percebeu que os moradores que vieram da favela deveriam denunciar a irregularidade da situação. Mas não levaram a idéia adiante possivelmente pela desagregação do coletivo nos momentos imediatamente após a transferência: “na época que a gente veio para cá, se a gente tivesse chamado alguém, a imprensa ou acionado o poder judiciário, com certeza a gente estaria bem melhor do que hoje, ou estaria que nem hoje, mas com mais perspectiva de melhoria”.

A desterritorialização da favela Águas Espraiadas e a reterritorialização nos prédios de apartamentos do Barro Branco II implicou em um rearranjo da rede de relações sociais entre os grupos de moradores. F. coloca que os funcionários da prefeitura “traziam a gente aqui dia de sábado, de domingo, a gente visitava o local, e falava ‘pô, quem gostou fala bom, então tá bom, ia lá conversar segunda feira, fazia a solicitação, eles mandavam um caminhão, fazia um arrastão, tipo um arrastão, colocavam cinco mudanças, quatro mudanças dentro do caminhão, aí vinha pra cá, aí colocava, ‘bom, você pode escolher os seus vizinhos tal...’, por a gente morar em beco, em favela, a gente pegava e chamava ‘olha vamos morar com a gente lá, você é pessoa legal também’. Houve até um certo atrito com relação a isso, porque teve pessoas que não chamaram, falaram ‘pô, mas a gente não escolheu esse pessoal como vizinho’, aí veio outra pessoa e falou ‘pô, mas o que

aconteceu?" então houve uma certa desavença, mas aí foi normalizado porque o pessoal acaba se conhecendo".

A vida em condomínio é um processo de aprendizado que envolve a superação das desavenças e a construção de acordos de convivência entre os vizinhos. F. coloca que, no começo, "era muito difícil porque o pessoal não queria aceitar. Não concordava com escada limpa. Era lixo, roupa estendida fora do prédio, na janela da frente". Depois de anos "o condomínio, hoje está bom, mas a gente já teve certa dificuldade porque uns escutavam música alta, briga de marido e mulher, festa a noite toda, costume de favela. Hoje está bem melhor. Hoje inclusive conseguimos reunir entre a gente aqui do prédio e estamos pedindo para colocar uma administradora, para estar ajudando a gente a organizar com relação a condomínio do prédio, a benfeitoria".

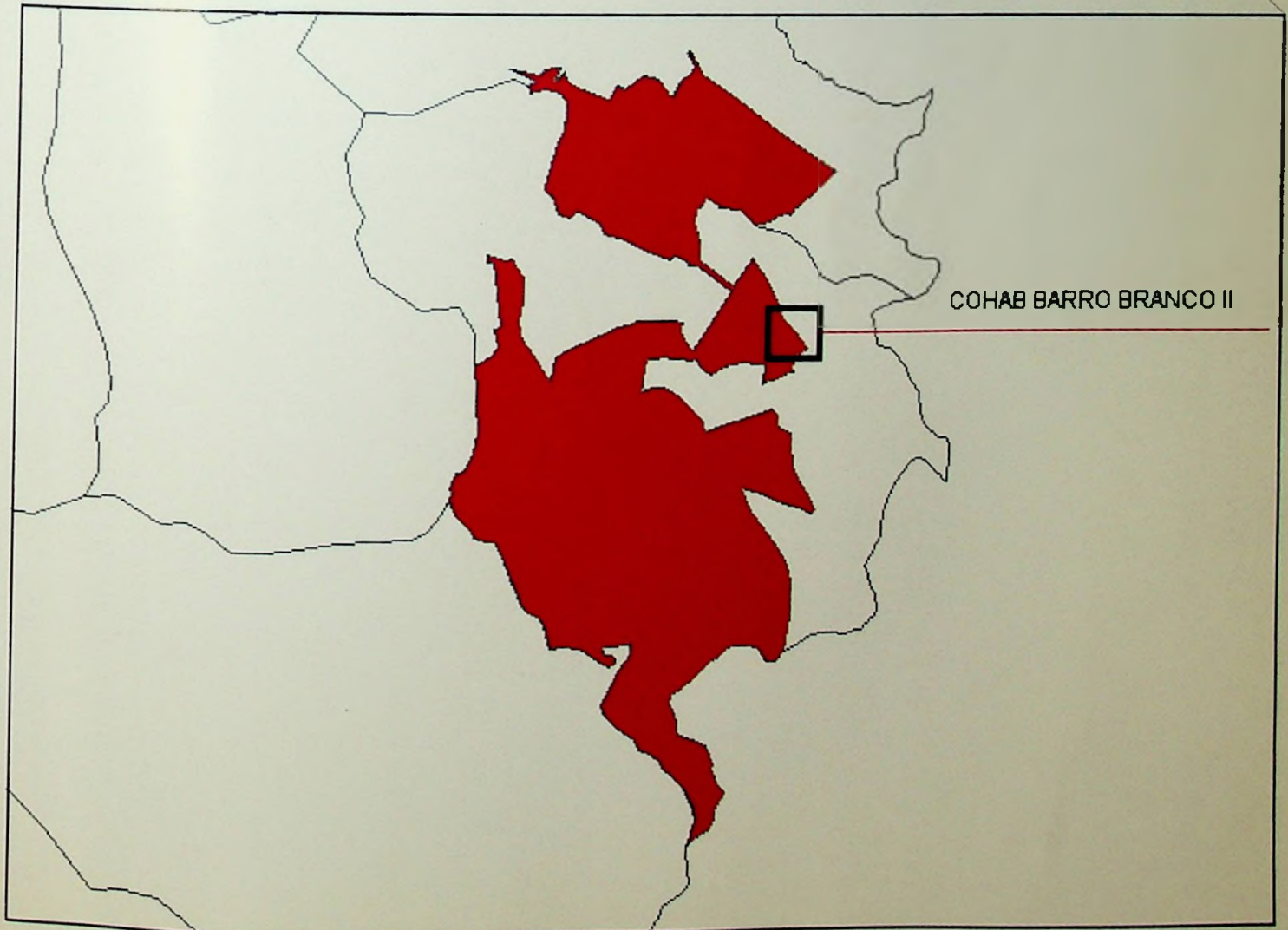
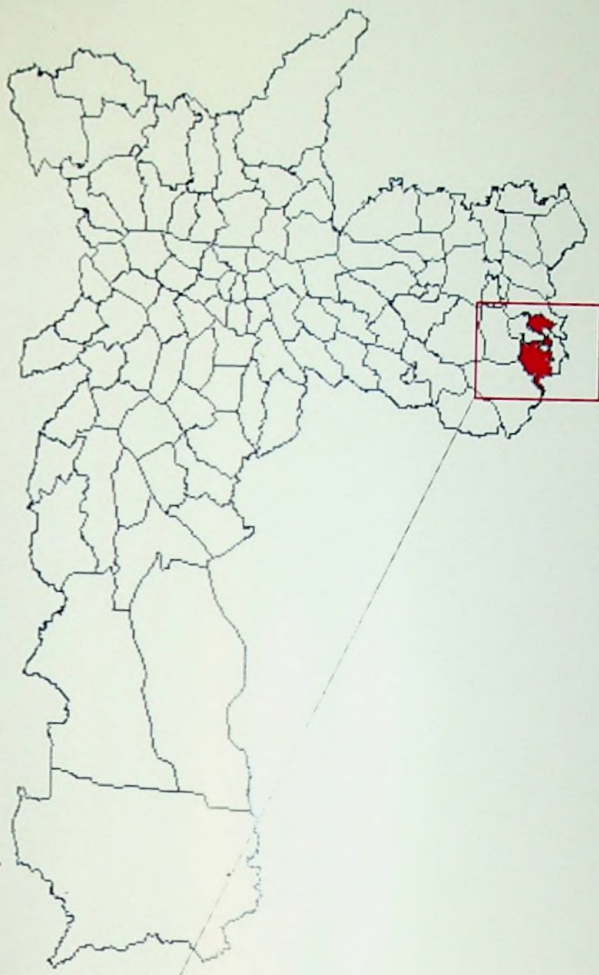
Ao descrever os problemas encontrados nos primeiros períodos morando no Barro Branco II, F. destaca as dificuldades em sair do conjunto usando transporte coletivo. Começa mencionando a vizinhança mas logo passa a descrever a precariedade no deslocamento diário: "não tinha casinha nenhuma aqui na frente, ônibus, tinha um ônibus que era o Sítio Conceição, que ele parava nos outros prédios azul, eles vinham até aqui à noite, mas de dia eles paravam lá mesmo. Então quando a gente queria tomar ônibus, a gente descia aqui e ia pra lá, ou então descia em outro lugar e tomava ônibus que ia para a Penha, Parque D. Pedro, para poder chegar no serviço"; "tinha uma rua aqui em baixo, era um córrego, uma madeira e tudo lama. Então, neguinho se vestia mais ou menos pra ir trabalhar de manhã, quando chegava no serviço tinha que trocar de roupa, ou levava uma roupa dentro da bolsa, por causa do rio que tinha atravessar, escorregava, caía".

Reproduzindo a mesma avaliação negativa de J. no que diz respeito à infraestrutura urbana, F. coloca que "luz no prédio tinha, na rua não tinha, era escuro. Água? aqui era a maior dificuldade pra conseguir água, lavava roupa nas minas, carregava água na cabeça, aqui embaixo o pessoal até lavava carro na mina, perto do rio".

Passado pouco mais de sete anos após a chegada no conjunto, F. reconhece alguma melhora trazida pelos investimentos públicos. Diz que "hoje tá bonito aqui, você vê aqui tem uma creche, uma EMEI que está fazendo aqui, outra lá em cima, hoje está bem populoso isso aqui".

Interessante notar que esse destaque sobre a presença estatal a partir de investimentos na construção de equipamentos públicos vem acompanhada pela lembrança da passagem do ex-prefeito Celso Pitta no local, inclusive durante a campanha eleitoral. Como comentado no capítulo dois, o poder público se faz presente na periferia articulando investimentos com clientelismo e com promessas de campanha. F. lembra que “o Pitta veio aqui e perguntou ‘o que está faltando aqui?’ está faltando tudo, mas o fundamental era a escola, a escola para as crianças”; “O Pitta na campanha, como todos vem aqui, veio aqui, conversou com a gente, ‘pode ficar sossegado que isso aqui é seu, ninguém vai tirar você daqui, só que é uma ilusão, realmente é uma ilusão, se não tomar providência, como a prefeitura agora está tomando providências, com certeza a gente ia sair para outro lugar que a gente nem sabe onde que é”.

Com a permanência da ocupação irregular do imóvel no Barro Branco que continua como propriedade do poder público, a condição de favelado se mantém apesar das diferenças territoriais. F. mostra nitidamente essa similaridade ao revelar que “tem muitos (moradores) que vendeu aqui e voltou pra lá, pra favela (Águas Espraiadas), pra aquele pedacinho que ficou lá”; “tem gente que vem de vez em quando, limpa o apartamento, e volta pra lá, pra favela”. E assim, as engrenagens da “máquina de exclusão sócio-territorial” continua a rodar na cidade de São Paulo produzindo mais e mais segregações, aprofundando as desigualdades sociais, restringindo o direito à cidade. Entretanto, com todas as evidências das redes de relações do poder e a aparente sujeição, sempre há a manifestação das redes de relações do contra-poder.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escrever as considerações finais dessa dissertação oferece a oportunidade de sintetizar algumas das conclusões mais importantes do trabalho mas, também, de elencar alguns pontos que merecem desdobramentos mais profundos e detalhados, aberturas que possibilitam saídas para desenvolver estudos em outras linhas de análise que complementem as proposições apresentadas.

Em primeiro lugar, vamos às conclusões principais:

1. Os territórios da cidade de São Paulo é produzido, basicamente, a partir de disputas sociais por localizações no espaço urbano nas quais relações de poder e contra-poder entram em jogos de forças. Dada a assimetria na distribuição de poder (econômico e político) dentre os grupos sociais, tais disputas se mostram em altos graus de tensão resultando em processos de segregação nos quais a destinação social dos territórios da cidade ocorre de modo injusto e desigual.
2. A habitação, ou melhor, o mosaico de moradias que estrutura a maior parte dos territórios da cidade, é a principal evidência da distribuição desigual dos poderes sociais. Os territórios de moradias operados pelos grupos com maiores poderes são constituídos por acessos mais facilitados aos benefícios da vida urbana enquanto os territórios operados por aqueles com menos poder tem esses acessos obstruídos por uma série de interdições de ordem física e das significações sociais. Explicando melhor, poderíamos dizer que os territórios agenciados pelos grupos mais privilegiados contam com maior oferta de infra-estrutura de saneamento, serviços de educação e saúde de boa qualidade, equipamentos de lazer, cultura e consumo e de serviços diversos distribuídos nas proximidades, espaços públicos qualificados etc. Enquanto os territórios agenciados por aqueles com menos poder constituem planos de vida coletiva marcados por maiores atravancamentos. Não se trata de simples falta ou carência daqueles benefícios urbanos elencados. Trata-se de menos poder de articulação territorial capaz de desentruar os acessos a tais benefícios.
3. Estado e o capital são agentes sociais com maiores poderes de agenciamentos territoriais na cidade. Em São Paulo, nos diversos momentos de sua história, inclusive

nos mais recentes, esses agentes constituídos em rede imbricam-se fortalecendo-se mutuamente aumentando as suas capacidades de territorialização e de articulação territorial. Nesses momentos as disputas sócio-territoriais se acirram, as tensões aumentam e os processos de segregação e exclusão social se recrudescem. Em tais circunstâncias, alguns trechos do espaço urbano são revolvidos, redes de relações sociais entram em erosão, são desfeitas junto com seus respectivos territórios, e novas redes se instalam implantando novos agenciamentos territoriais acompanhados por diversas manifestações de poder.

4. As periferias urbanas, onde as 4 COHABS analisadas nesta dissertação se localizam, são resultados intrínsecos dos imbricamentos das redes estatais e capitalistas do poder público e econômico, respectivamente, em embates com outras redes de relações sociais. O Estado e alguns investimentos privados se fazem politicamente presente nessas periferias, voltados tanto para a produção direta de alguns atributos mínimos do espaço urbano e para a oferta de alguns serviços que, na maioria das vezes, mostram-se insuficientes face à demanda existente. Ao lado dessa inserção direta das redes estatais nas relações existentes nas periferias da cidade, há outro tipo de inserção menos óbvia. Trata-se do Estado produtor de informações sociais que, ao invés de agenciar recursos e ações voltados para a produção territorial, o faz para produzir dados sobre as realidades sócio-territoriais existentes. Assumimos esse Estado produtor de informações sociais como uma presença nas periferias pois, cada vez mais, tais informações são utilizadas na construção de visões coletivas e representações sociais sobre esses territórios. Tais representações não são neutras e tampouco inconseqüentes. Elas podem orientar ações concretas, funcionalmente positivas ou negativas. Um grande exemplo de informações sociais produzidas pelo Estado que erigem uma representação social sobre algumas localizações periféricas com profundas conseqüências negativas para aqueles que vivem nesses lugares são as informações quantitativas sobre a violência urbana, particularmente a taxa de homicídios. Tais informações dão a ver alguns "pontos quentes" da periferia onde se registram as maiores taxas que revelam números alarmantes de mortes por homicídio para cada 100 000 habitantes. Logo esses "pontos quentes" são estigmatizados como lugares com alto grau de violência e seus moradores tidos, de uma maneira geral, como "classes perigosas". Essa estigmatização sócio-territorial, que na verdade opera a construção de

uma representação social negativa, tem tido conseqüências diretas na orientação de ações policiais, de ONGs, de diversos órgãos estatais e da sociedade em geral, tanto na busca pela minimização da violência quanto no sentido da exclusão social.

5. As 4 COHABs analisadas nos extremos da zona leste, vistas a partir de alguns dados sócio-econômicos extraídos do Censo Demográfico produzido pelo IBGE, aparecem como realidades que se diferenciam um pouco entre si. As COHABs Itaquera e José Bonifácio mostram-se em situação um pouco melhor do que as COHABs Sapopemba e Cidade Tiradentes. Os indicadores de habitabilidade, das condições econômicas e de escolaridade dos chefes de família e dos moradores em geral apontam para realidades ligeiramente melhor nas duas primeiras do que nas duas últimas. Na comparação desses indicadores com os distritos agrupados da zona leste de São Paulo, região historicamente reconhecida como segregada e em piores condições urbanas comparativamente ao quadrante centro-sudoeste, nota-se que a situação nas COHABs é um pouco pior, principalmente nas de Sapopemba e Cidade Tiradentes, reforçando a noção de que a segregação urbana em São Paulo é um abismo cujo escalonamento varia com a distribuição social dos poderes de agenciamentos territoriais. O universo dos territórios segregados na cidade de São Paulo, tanto nas periferias quanto nas favelas e cortiços mais centrais, são heterogêneas e possuem particularidades que variam de localização para localização. Suzana Pasternak (2001) mostrou em sua tese de livre docência, e em outros estudos, que as favelas paulistanas possuem diferenças gritantes, dependendo da sua localização no interior da cidade, no anel central, intermediário (interior e exterior) e periférico. A partir de uma primeira aproximação com relação às COHABs através dos dados censitários de 1991 podemos tirar conclusões similares. Os espaços segregados possuem atributos sócio-territoriais específicos que merecem ser detalhados para melhor orientar ações de superação dessa condição. Vale assinalar que, em uma visão preliminar, essas especificidades mostradas pelos indicadores quantitativos são mais marcadas nos aspectos qualitativos e físico-espaciais. Porém, estudos complementares são necessários para detalhar tal constatação.
6. A partir da série de fotos aéreas apresentando os trechos onde as 4 COHABs analisadas se localizam, correspondentes aos anos de 1972 e 1994, respectivamente momentos

antes e depois da construção dos empreendimentos habitacionais periféricos, pode-se observar o contrário das afirmativas correntes. Ou seja, as COHABs não antecederam a expansão dos loteamentos clandestinos na periferia leste de São Paulo. Estes já estavam abertos e parcialmente ocupados quando aqueles grandes empreendimentos habitacionais produzidos pelo poder público começaram a ser construídos. Portanto, a lógica de produção dos territórios periféricos não pode ser explicada simplesmente a partir da indução da ocupação urbana clandestina exercida pela implantação das COHABs. Acredito que a explicação mais esclarecedora sobre a produção da periferia urbana seja aquela baseada na busca, por diversos agentes sociais, inclusive o próprio Estado, pela obtenção de um rendimento fundiário que barateie os custos da produção habitacional mesmo que tais "vantagens sejam viabilizadas por mecanismos de acesso à terra diferentes daqueles que regem o mercado formal de terras.

7. Uma última conclusão que podemos enunciar nessas considerações finais diz respeito aos diferenciais entre regimes de territorialização de grupos inseridos nas disputas sociais pelas localizações no espaço urbano. Nessas disputas os territórios da cidade são revolvidos a partir de exercícios de poder que se manifestam nas lutas pelo "direito ao lugar", deslocamentos populacionais ocorrem, redes de relações são desfeitas e outras são refeitas. As pessoas têm suas vidas reviradas em uma dinâmica de desterritorialização e reterritorialização com significativas implicações existenciais e políticas. Na transferência dos moradores de favelas para os condomínios nos prédios das COHABs, por exemplo, novos regimes de territorialização são ativados a partir de agenciamentos sócio-espaciais. A inserção de novas realidades nas localizações urbanas, sejam elas grupos de pessoas ou conjunto de objetos, implica na criação de novos sentidos e de novos arranjos nas redes de relações pré-existentes. Mesmo nos espaços onde os poderes de agenciamentos são mais fracos, sentidos sociais, existenciais e políticos são enunciados todos os dias, redes de relações são tecidas e reforçadas em todos os momentos, territórios são produzidos, adensados e desdobrados em cada potência coletiva. A trajetória do grupo de famílias removidas da favela Águas Espriadas para a COHAB Brarro Branco II, parte da COHAB Cidade Tiradentes, é a prova concreta desse processo. Como esse grupo, muitos outros vivem na cidade de São Paulo desdobrando seus territórios, entrelaçando relações, disputando localizações

com resultados positivos ou negativos do ponto de vista da democratização do direito à cidade.

Com essa última conclusão podemos passar para a segunda parte dessas considerações finais indicando algumas aberturas para estudos futuros.

Ao longo do processo de consolidação dos conceitos referenciais de território, poder e segregação, fui constatando a necessidade de avançar os estudos sobre a cidade em análises moleculares, no sentido deleuziano-guatarriano⁵⁶, sobre os regimes de territorialização de grupos nos processos de disputas locacionais que, de diversos modos, viabilizam o acesso à terra urbana. Dois instrumentos podem ser bastante úteis para desenvolver essa análise. Um é a construção de narrativas coletivas revelando trajetórias diversas de territorialização. Outro é a construção de diagramas que revelam, nos regimes de territorialização em alguns espaços amostrais, as redes de relações constituídas em meio aos jogos de forças e à manifestações de poderes sobre o espaço. Lígia Nobre, em sua monografia apresentada à Architectural Association, traz uma apanhado teórico sobre o conceito de diagrama e desenvolve uma análise em torno de algumas experiências nas quais os diagramas são utilizados como ferramentas de análise territorial voltadas para subsidiar diretamente as operações projetuais nos campos da arquitetura e do urbanismo. No final do seu estudo, Nobre indica a necessidade de desdobrar as discussões avançando nas questões políticas já que as ferramentas diagramáticas vem sendo utilizadas cada vez mais pelos poderes econômicos hegemônicos.

Além dessa vertente de análises moleculares mais gerais dos campos urbanos, a dissertação aponta para dois outros possíveis desdobramentos da análise. A primeira aponta para o aprofundamento da problemática sobre a presença do Estado e do capital nos espaços periféricos da cidade de São Paulo. A Segunda aponta para a construção de uma análise mais dinâmica sobre a realidade sócio-econômica das COHABs a partir da montagem de séries históricas dos dados censitários do IBGE cobrindo a década de 1990. Com a disponibilização recente dos dados da não amostra do Censo 2000 agregados por setores censitários, essa análise torna-se altamente factível já que as tabulações com os dados do Censo de 1991 já estão prontas. Essa análise será importante para uma

⁵⁶ Referentes ao filósofo Gilles Deleuze e ao psicanalista Felix Guatarri.

verificação, ou não, da hipótese sobre a piora nas condições de vida dos moradores das COHABs, aprofundando a exclusão sócio-territorial.

Colocadas essas considerações finais, essa dissertação pode encerrar-se aqui, mas as possibilidades de estudos sobre os assuntos levantados em uma primeira formulação me levam em direções a searas que se abrem para futuras aproximações com as cidades.

BIBLIOGRAFIA

- ATTADIA DA MOTTA, C.F. & DEL CARLO, U. (1973) *Conjuntos habitacionais: levantamento das aspirações e necessidades do homem*. São Paulo: IPT, FAPESP, 1973.
- ATTADIA DA MOTA, C.F. (1975) *Nível de satisfação em conjuntos habitacionais da Grande São Paulo*. São Paulo: IPT, 1975.
- ALUCCI, M.P., CARDIA, N. & LOUREIRO, C. (1989) "Avaliação pós-ocupação em conjuntos habitacionais: um estudo de caso - São Paulo". *Anais do seminário Avaliação pós-uso - APU*. São Paulo: FAUUSP, 1989.
- ARANTES, Otilia. (1998) *Urbanismo em fim de linha - e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- ARANTES, Otilia B. Fiori & ARANTES, Paulo. (1997) *Um ponto cego no projeto moderno de Jürgen Habermas - Arquitetura e dimensão estética depois das vanguardas*. São Paulo: Brasiliense, 1997.
- BESSON, Jean-Louis. (1995) "As estatísticas: verdadeiras ou falsas?". BESSON, Jean-Louis (org.). *A ilusão das estatísticas*. São Paulo: Editora da UNESP, pp. 25-67, 1995.
- BLAY, Eva Alterman. (1981) "Dormitórios e vilas operárias: o trabalhador no espaço urbano brasileiro". VALLADARES, Lícia do Prado (org.). *Habitação em questão*. Rio de Janeiro: Zahar, pp. 143-153, 1981.
- BOLLAFFI, G. (1972) *Aspectos sócio-econômicos do Plano Nacional de Habitação*. São Paulo: Tese de doutorado. São Paulo: FAUUSP, 1972, mimeo.
- BOLLAFFI, G. (1979) "Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema". MARICATO, Ermínia (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Omega, pp. 37-70, 1979.

- BRUNO, Ernani Silva. (1984) *História e tradições da cidade de São Paulo*. São Paulo: PMSP, HUCITEC, 1984.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. (2000) *Cidade de muros - crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34, EDUSP, 2000.
- CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de et alli. (1975) *São Paulo 1975 - crescimento e pobreza*. São Paulo: Edições Loyola, 1975.
- CAPINTÉRO, Marisa Varanda T. (1997) *A construção de um sonho - os engenheiros-arquitetos e a formulação da política habitacional no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- CHINELLI, Filippina. "Os loteamentos da periferia". (1981) VALLADARES, Lícia do Prado (org.). *Habitação em questão*. Rio de Janeiro: Zahar, pp. 49-66, 1981.
- COSTA, L. C. (1984) *Aspectos do processo de produção das periferias da Grande São Paulo*. Dissertação de mestrado apresentada à FAUUSP. São Paulo: FAUUSP, 1984, mimeo.
- DAMIANI, A L.. (1993) *A Cidade (Des)ordenada - Concepção e Cotidiano do Conjunto Habitacional Itaquera I*. Tese de doutorado. FFLCH- USP - Departamento de Geografia. São Paulo: FFLCH-USP, 1993, mimeo.
- DEAN, Warren. (1971) *A industrialização de São Paulo - 1880-1945*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, EDUSP, 1971.
- DESROSIÈRES, Alain. (1995) "Entre a ciência universal e as tradições nacionais". BESSON, Jean-Louis (org.). *A ilusão das estatísticas*. São Paulo: Editora da UNESP, pp. 167-183, 1995.
- FINEP. (1985) *Habitação Popular: inventário da ação governamental*. São Paulo: FINEP, Projeto, 1985.
- FIX, Mariana. (2001) *Parceiros da exclusão*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- FORGET, Philippe & POLYCARPE, Gilles. (1997) *A rede e o infinito - ensaio de antropologia filosófica e estratégica*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

- FOUCAULT, Michel. (1979) *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. (1987) *Vigiar e punir – nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- GROSTEIN, Marta Dora. (1987) *A cidade clandestina: os ritos e os mitos - o papel da irregularidade na estruturação do espaço urbano no município de São Paulo 1900/1987*. Tese de doutorado apresentada à FAUUSP. São Paulo: FAUUSP, 1987, mimeo.
- GROSTEIN, Marta Dora. (1998) “Expansão urbana e habitação da classe trabalhadora: da vila operária ao lote popular” SAMPAIO, Maria Ruth Amaral (coord.). *Habitação e Cidade*. São Paulo: FAUUSP, FAPESP, pp. 101-122, 1998.
- HABERMAS, Jürgen. (1997) “Modernidade – um projeto inacabado”. ARANTES, Otília B. Fiori & ARANTES, Paulo. *Um ponto cego no projeto moderno de Jürgen Habermas – Arquitetura e dimensão estética depois das vanguardas*. São Paulo: Brasiliense, pp. 99 – 123, 1997.
- HABERMAS, Jürgen. (1997) “Arquitetura moderna e pós-moderna”. In: ARANTES, Otília B. Fiori & ARANTES, Paulo. *Um ponto cego no projeto moderno de Jürgen Habermas – Arquitetura e dimensão estética depois das vanguardas*. São Paulo: Brasiliense, pp. 125 – 149, 1997.
- IPEA, IBGE, NESUR (UNICAMP). (1999) *Características e tendências da rede urbana do Brasil*. Campinas: Instituto de Economia – UNICAMP, 1999.
- JÚNIOR, Caio Prado. (1996) *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- KOGA, Dirce Harue Ueno. (2001) *Cidades territorializadas entre enclaves e potências*. Tese de doutorado apresentada à PUC-SP, São Paulo: PUC-SP, 2001, mimeo.
- KOPP, Anatole (1990). *Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa*. São Paulo: Nobel/EDUSP.

- LANGENBUCH, Jürgen Richard. (1971) *A estruturação da Grande São Paulo - estudo de geografia urbana*. Rio de Janeiro: IBGE, 1971.
- LE CORBUSIER. (1989) *Por uma nova arquitetura*. São Paulo: Perspectiva, 1989.
- MARICATO, Ermínia. (1979) "Autoconstrução, a arquitetura possível". MARICATO, Ermínia (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Omega, pp. 71-93, 1979.
- MARICATO, Ermínia. (1984) *Indústria da Construção e política habitacional*. São Paulo: Tese de doutorado apresentada à FAUUSP. São Paulo: FAUUSP, 1984, mimeo.
- MARICATO, Ermínia. (1987) *Política habitacional no regime militar - do milagre brasileiro à crise econômica*. São Paulo: Vozes, 1987.
- MARICATO, Ermínia. (1996) *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MARQUES, Eduardo Cesar & BICHR, Renata Mirandola. (2002) "Investimentos públicos, infra-estrutura urbana e produção da periferia em São Paulo". *Espaço & Debates*, São Paulo, n. 42, pp. 9-30, 2002.
- MEYER, Regina Maria Proserpi. (1991) *Metrópole e urbanismo: São Paulo anos 50*. Tese de doutorado apresentada à FAUUSP. São Paulo: FAUUSP, 1991, mimeo.
- NOBRE, Lígia Velloso. (1999) *Diagrams and diagrammatic practice on design process in the DRL (AA) 1997-98*. Histories and theories MA Thesis – Architectural Association School of Architecture, 1999, mimeo.
- NOVY, Andréas. (2002) *A des-ordem da periferia – 500 anos de espaço e poder no Brasil*. São Paulo: Vozes, 2002.
- PASTERNAK, Suzana. (2001) *Desenhando os espaços da pobreza*. Tese apresentada à FAUUSP para o concurso de livre docência, São Paulo: FAUUSP, 2001, mimeo.
- PETRONE, Pasquale. (1995) *Aldeamentos paulistas*. São Paulo: EDUSP, 1995.

- PEREIRA, Paulo César Xavier. (1998) "A modernização de São Paulo no final do século 19 – da demolição da cidade da taipa à sua reconstrução com tijolos". SAMPAIO, Maria Ruth Amaral (coord.). *Habitação e Cidade*. São Paulo: FAUUSP, FAPESP, pp. 53-66, 1998.
- ROLNIK, Raquel & BONDUKI, Nabil. (1979) "Periferia da Grande São Paulo - reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho". MARICATO, Ermínia (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Omega, pp. 117-154, 1979.
- ROLNIK, Raquel. (1997) *A cidade e a lei - legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: FAPESP, Studio Nobel, 1997.
- SACHS, Céline. (1999) *São Paulo – Políticas públicas e habitação popular*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- SENNET, Richard. (1997) *Carne e Pedra – o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- SILVA E SILVA, Maria Ozanira da. (1989) *Política habitacional brasileira – verso e reverso*. São Paulo: Cortez, 1989.
- SOUZA, Marcelo Lopes. (2000) *O desafio metropolitano – um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. (2002) *Mudar a cidade – uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- STECHHAHN, C. (1990) *Projeto e apropriações do espaço arquitetônico de conjuntos habitacionais de baixa renda*. Tese de doutorado apresentada à FAUUSP. São Paulo: FAUUSP, 1990, mimeo.
- TARALLI, C.H. (1984) *Mudança tecnológica na habitação: os conjuntos habitacionais da COHAB/SP*. Dissertação de mestrado apresentada à FAUUSP. São Paulo: FAUUSP, 1984, mimeo.

- TAVARES, M.S. (1987) *O Processo de Trabalho na Produção da Habitação Popular - estudo de caso: Conjunto Habitacional Itaquera II/III - COHAB/SP*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Arquitetura e Planejamento da Escola de Engenharia de São Carlos – USP. São Carlos: USP, 1987, mimeo.
- TORRES, H. G. (1997) *Desigualdade Ambiental na Cidade de São Paulo*. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH da Universidade de Campinas – UNICAMP. Campinas: UNICAMP, 1997, mimeo.
- VILLAÇA, Flávio. (1998) *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, Lincoln Institute, 1998.

ANEXO DO CAPÍTULO II

Conjunto Habitacional Barro Branco II

- área do conjunto: 780.074,00 m²
- localização: Rua Antônio Mingúes Lopes
- município: São Paulo
- administração regional/zona: Guaianazes/Leste
- unidades habitacionais: 660 apartamentos, 865 casas/embriões, 1.324 lotes urbanizados
- população estimada: 14.245 habitantes

Conjunto Habitacional Bresser I

- área do conjunto: 7.332,50 m²
- localização: Rua Dr. Almeida Lima/Visconde de Parnaíba
- município: São Paulo
- administração regional/zona: Moóca/Leste
- unidades habitacionais: 216 apartamentos de Renda Média
- população estimada: 1.080 habitantes

Conjunto Habitacional Bresser II

- área do conjunto: 7.293,40 m²
- localização: Rua Visconde de Parnaíba
- município: São Paulo
- administração regional/zona: Moóca/Leste
- unidades habitacionais: 216 apartamentos de Renda Média
- população estimada: 1.080 habitantes

Conjunto Habitacional Bresser III

- área do conjunto: 4.679,50 m²
- localização: Rua Visconde de Parnaíba
- município: São Paulo
- administração regional/zona: Moóca/Leste
- unidades habitacionais: 144 apartamentos Renda Média
- população estimada: 720 habitantes

Conjunto Habitacional Bresser IV

- área do conjunto: 7.359,66 m²
- localização: Rua Inácio de Araújo, 20
- município: São Paulo
- administração regional/zona: Moóca/ Leste
- unidades habitacionais: 208 apartamentos de Renda Média
- população estimada: 1.040 habitantes

Conjunto Habitacional Bresser V

- área do conjunto: 6.395,00 m²
- localização: Rua Bresser, 1.688
- município: São Paulo
- administração regional/zona: Moóca/Leste

- unidades habitacionais: 260 apartamentos de Renda Média
- população estimada: 1.300 habitantes

Conjunto Habitacional Capitão PM Alberto Mendes/ São Miguel Paulista

- área do conjunto: 52.348,49 m²
- localização: Rua Básico Puntel e Rua Pedro Gomes Pereira
- município: São Paulo
- administração regional/zona: São Miguel Paulista/Leste
- unidades habitacionais: 349 casas/embriões
- população estimada: 1.745 habitantes

Conjunto Habitacional Castro Alves/Barro Branco I

- área do conjunto: 467.584,51 m²
- localização: Rua Cachoeira Campo Grande
- município: São Paulo
- administração regional/zona: Guaianazes/Leste
- unidades habitacionais: 960 apartamentos, 1224 casas/embriões
- população estimada: 10.920 habitantes
- equipamento social: Escola Municipal de Educação Infantil
- área Institucional/Centro Comunitário:
Avenida Sara Kubitscheck, 258
(Secretaria Municipal de Educação)

Conjunto Habitacional Cintra Gordinho

- área do conjunto: 65.164,89 m²
- localização: Avenida do Estado
- município: São Paulo
- administração regional/zona: Vila Prudente/Leste
- unidades habitacionais: 720 apartamentos, 140 lotes urbanizados
- população estimada: 4.300 habitantes

Conjunto Habitacional Inácio Monteiro

- área do conjunto: 553.517,14 m²
- localização: Avenida Inácio Monteiro
- município: São Paulo
- administração regional/zona: Guaianazes/Leste
- unidades habitacionais: 844 apartamentos, 1.228 casas/embriões
- população estimada: 11.665 habitantes

Conjunto Habitacional Itaim Paulista

- área do conjunto: 20.646,90 m²
- localização: Rua Antonio João de Medeiros
- município: São Paulo
- administração regional/zona: São Miguel/Leste
- unidades habitacionais: 107 casas/embriões
- população estimada: 535 habitantes

Conjunto Habitacional Itaquera IV

- área do conjunto: 215.036,22 m²
- localização: Rua Luis Mateus
- município: São Paulo
- administração regional/zona: Itaquera/Leste
- unidades habitacionais: 579 lotes urbanizados
- população estimada: 2.895 habitantes

Conjunto Habitacional Jardim das Acácias/Lajeado

- área do conjunto: 32.814,50 m²
 - localização: Avenida Nordestina, s/n
 - município: São Paulo
 - administração regional/zona: Guaianazes/Leste
 - unidades habitacionais: 600 apartamentos
 - população estimada: 3.000 habitantes
- Obs.: Em obras

Conjunto Habitacional Jardim dos Ipês

- área do conjunto: 33.760,88 m²
- localização: Rua Inácio Monteiro/Rua Guilherme de Abreu Sodré
- município: São Paulo
- administração regional/zona: Guaianazes/Leste
- unidades habitacionais: 600 apartamentos
- população estimada: 3.000 habitantes

Conjunto Habitacional Jardim Nazaré Paulista I/II

- área do conjunto: 152.228,05 m²
- localização: Avenida Theodoro do Nascimento
- município: São Paulo
- administração regional/zona: São Miguel Paulista/Leste
- unidades habitacionais: 300 casas/embriões em mutirão, 300 lotes urbanizados
- população estimada: 3.000 habitantes
- equipamento social:
Associação Comunitária Jardim Nazaré II
Área 4.568,40 m²
Rua Santo Antonio Vargem Alegre, 2 (Rua 8/Q.D)
(sede e entidade)

Conjunto Habitacional José Bonifácio/Itaquera II/III

- área do conjunto: 2.813.302,40 m²
- localização: Rua Virgínia Ferni e Avenida João Batista Conti
- município: São Paulo
- administração regional/zona: Itaquera/Leste
- unidades habitacionais: 17.700 apartamentos, 400 apartamentos Renda Média, 2.360 casas/embriões, 1.156 lotes urbanizados
- população estimada: 102.300 habitantes
- equipamentos sociais:
a) Biblioteca Municipal Vinícius de Moraes
Centro Comunitário

- Avenida Jardim Tamoio, 1.119
(Secretaria Municipal de Cultura)
- b) Hospital Dia
Centro Comunitário
Rua Bernardino Prudente, 86/98
(Secretaria Municipal de Saúde)
- c) Posto Policial
Rua Vicente Avelar, 100
(Secretaria Estadual dos Negócios e Segurança Pública)
- d) Biblioteca Municipal Vicente de Carvalho
Centro Comunitário
Rua Guilherme Valência, 210
(Secretaria Municipal da Cultura)
- e) Escola Municipal de Educação Infantil
Centro Comunitário
Rua Corruira do Brejo, 133
(Secretaria Municipal de Educação)
- f) Escola Municipal de Educação Infantil
Centro Comunitário
Rua Isabel Urbina, 149
(Secretaria Municipal de Educação)
- g) Escola Municipal de Educação Infantil
Centro Comunitário
Rua Daniel Mongolo, 145
(Secretaria Municipal de Educação)
- h) Associação Comunitária Beneficente Imaculada Conceição
Rua José Ariza, 92
(datilografia / corte e costura / alfabetização de adultos / pintura / tricô / violão /
cabeleireiro / formação humana e religiosa / alcoólicos anônimos)
- i) Centro Cultural e Esportivo dos Aposentados
Rua Leôncio Gurgel, 790
(futebol/campeonato de dama/xadrez e dominó/bingo)
- j) Associação dos Mutuários da COHAB II/III (ASMUCO)
Centro Comunitário
Rua Isabel Urbina, 146
(cursos de espanhol/curso de flores/datilografia)
- k) Assistência Social Lar Ditoso
Rua Giovani Quadri, 80
(atividades comunitárias)
- l) Sociedade Beneficente e Promocional da Igreja Assembléia de Deus
Rua Giácomo Quirino, 58
(cultos religiosos /recreação infantil)
- m) Associação Beneficente Bom Pastor dos Moradores do Conjunto Habitacional Itaquera
II/III
Rua César Domenico, 85
(orientação a jovens / cabeleireiro / corte e costura / datilografia / atendente de enfermagem
/ alcoólicos anônimos / festas comunitárias / recreação / esportes / festas religiosas /
distribuição de cestas básicas / reuniões diversas)

- n) Associação Cultural São Jerônimo
Centro Comunitário
Rua Emilio Aires, 80
(capoeira/balé/caratê/bailes com bar)
- o) Grupo Cultural Afro II/Igreja Seicho-No-Ie/Igreja Evangélica Brasileira
Centro Comunitário
Rua Anselmo Rodrigues, 125
(datilografia/dança/capoeira/informática)
- p) AMEI- Associação de Mães dos Excepcionais de Itaquera
Centro Comunitário
Rua Emília Brazão, 110
(atendimento por psicóloga a crianças excepcionais)
- q) Ação Comunitária São José Operário
Rua Caetano Braga, 200
(corte e costura / celebrações religiosas / reuniões / alcoólicos anônimos / centro de juventude)
- r) Associação de Moradores do Conjunto Habitacional José Bonifácio
Centro Comunitário
Rua Augusto Cavalcante, 154
(datilografia / balé / ginástica / aeróbica / caratê / alfabetização de adultos / alcoólicos anônimos / departamento de esportes / pintura em tecido / tricô / bailes)
- s) Grupo Cultura Dândara
Rua Manuel de Agreda, 99
(dança/capoeira/seicho-no-ie/ensaio de MPB)
- t) Associação Esportiva Brasil/Grêmio Botafogo
Rua Luiz Matheus X Avenida Jardim Tamoio (quadra 196)
(campo de futebol)
- u) Serviço Social Promocional "Perseverança"
Galpão
Rua João Pedro Luna, 92
(assistência e educação a crianças e adolescentes)
- v) Sociedade Grupo da 3.ª Idade "Amor Perfeito"
Núcleo Comercial
Avenida João Batista Conti, 183 - Núcleo 13 - Salas E/F
(atividades comunitárias)
- w) Grupo de Amigos Solidários do Conjunto Juscelino
Núcleo Comercial
Avenida João Batista Conti, 1.183 - sala 3
(trabalhos sociais)

Conjunto Habitacional Mascarenhas de Moraes/ Sapopemba

- área do conjunto: 300.000,00 m²
- localização: Avenida Sapopemba, altura do n.º 12.404
- município: São Paulo
- administração regional/zona: Vila Prudente/Leste
- unidades habitacionais: 176 apartamentos , 1.117 casas/embriões
- população estimada: 6.465 habitantes
- equipamentos comunitários:

- a) Associação de Diabéticos da Zona Leste
Centro Comunitário
Rua Sargento Luiz R. Filho, n.º 100
(assistência à infância)
- b) Escola Municipal de Educação Infantil
Centro Comunitário
Rua Sargento Hermínio Sampaio, 477
(Secretaria Municipal de Educação)
- c) Programa Multidisciplinar de Reabilitação - PROMUR
Núcleo Comercial
Avenida Sapopemba, 11.628/618 - Lojas 1/2/3/4

Conjunto Habitacional Padre José de Anchieta/Itaquera IA

- área do conjunto: 394.513,00 m²
- localização: Avenida Waldemar Tietz
- município: São Paulo
- administração regional/zona: Penha/Leste
- unidades habitacionais: 1.700 apartamentos, 54 apartamentos Renda Média, 650 casas/embriões
- população estimada: 12.020 habitantes
- equipamentos sociais:
 - a) Associação Beneficente União da Fé
Avenida Waldemar Tietz, 828 A
(cultos/educacional/social)
 - b) Grupo As Bandeirantes
Avenida Waldemar Tietz, 828 Salas 2 e 4
(artesanato)
 - a) Centro Social Padre José de Anchieta/Paróquia São Francisco de Assis dos Pequeninos
Avenida Waldemar Tietz, 828 Salas 1/1 A
(alfabetização de adultos e culinária alternativa)
 - b) ASSINDIC
Área Verde
Avenida Waldemar Tietz, 1.154
(assessoria a condomínios e síndicos)
 - c) Posto Policial
Avenida Waldemar Tietz, 1.160
(Secretaria do Estado dos Negócios e Segurança Pública)

Conjunto Habitacional Padre Manoel da Nóbrega/Itaquera IB

- área do conjunto: 375.419,19 m²
- localização: Avenida Waldemar Tietz
- município: São Paulo
- administração regional/zona: Penha/Leste
- unidades habitacionais: 7.190 apartamentos
- população estimada: 35.950 habitantes
- equipamentos sociais:
 - a) Grupo de Ruas
Centro Comunitário

- Rua Raul Valença, 64
 (trabalho com excepcionais/artesanato)
- b) Mitra Diocesana de São Miguel Paulista
 Área 1.647,00 m²
 Quadra 12 - Lote 11
 (atendimento comunitário)
- c) Grêmio Recreativo Vida Mansa Futebol Clube
 (campo de futebol)
- d) Associação Beneficente Filantrópica Nossa Senhora das Graças
 Núcleo Comercial
 Avenida Itaquera, 4.023 - Loja 8
 (atendimento comunitário)
- e) ADAE - Associação de Assistência ao Excepcional
 Centro Comunitário
 Rua Padre Antônio Brunelli, 351
 (trabalho com excepcionais)
- f) Associação dos Mutuários e Moradores de Itaquera I
 Rua Padre Estanislau Campos, 385/397
- g) Escola Municipal de Educação Infantil
 Centro Comunitário
 Rua Padre Tomás de V. Nova, 644
 (Secretaria Municipal de Educação)
- h) Centro de Convivência
 Centro Comunitário
 Rua Irmão N. Fonseca, 33
 (Secretaria Municipal de Saúde)
- i) Biblioteca Plínio Airosa
 Rua Padre Francisco de Toledo, 3.331/3.545
 (Secretaria Municipal de Cultura)
- j) Escola Municipal de Educação Infantil
 Rua Padre José V. de Matos, 44
 (Secretaria Municipal de Educação)

Conjunto Habitacional Padre Manoel de Paiva/Itaquera IC

- área do conjunto: 354.970,00 m²
 - localização: Avenida Waldemar Tietz
 - município: São Paulo
 - administração regional/zona: Penha/Leste
 - unidades habitacionais: 2.720 apartamentos, 192 apartamentos Renda Média
 - população estimada: 14.560 habitantes
 - equipamentos sociais:
- a) Centro de Educação para Adultos
 Núcleo Comercial
 Estrada Velha de Itaquera, 221 Lojas A/B/C
 (Secretaria Municipal de Educação)
- b) Centro Educacional
 Núcleo Comercial
 Estrada Velha de Itaquera, 221 - Salas A/B/C/D/E/F - Lojas ABCDEF

(Secretaria Municipal de Educação)

c) Supletivo

Núcleo Comercial

Estrada Velha de Itaquera, 221 - Salas A/B/C/E/F

(Secretaria Municipal de Educação)

d) Ordem de Santo Expedito

Centro Comunitário

Rua Domenico Melli, 201 B

(atendimento comunitário/alfabetização de adultos)

e) Associação Escola Infantil Raio de Sol

Centro Comunitário

Rua Domenico Melli, 201 A

(recreação infantil)

Conjunto Habitacional Parque Carrão

· área do conjunto: 10.222,77 m²

· localização: Rua Melo Freire X Rua Apucarana

· município: São Paulo

· administração regional/zona: Moóca/Leste

· unidades habitacionais: 320 apartamentos Renda Média

· população estimada: 1.600 habitantes

Conjunto Habitacional Pêssego/Carmo

· área do conjunto: 196.569,00 m²

· localização: Avenida Estrada dos Coqueiros

· município: São Paulo

· administração regional/zona: Itaquera/Leste

· unidades habitacionais: 1.149 lotes urbanizados

· população estimada: 5.745 habitantes

· equipamento social:

Escola Municipal de Educação Infantil

Quadra 17 - Lote 05

(Secretaria de Assistência Social)

Conjunto Habitacional Prefeito Prestes Maia/Guaianazes

· área do conjunto: 208.967,80 m²

· localização: Rua Doutor Guilherme de Abreu Sodré

· município: São Paulo

· administração regional/zona: Itaquera/Leste

· unidades habitacionais: 260 apartamentos, 1.000 casas/embriões

· população estimada: 6.300 habitantes

· equipamento social:

Sociedade Amigos do Conjunto Residencial Guaianazes

Centro Comunitário

Rua José Pereira Arouca, 15

(atendimento comunitário)

Conjunto Habitacional Presidente Juscelino Kubitschek/Jardim São Paulo

IA/IIA/IIB

- área do conjunto: 795.600,00 m²
- localização: Avenida José Higino Neves
- município: São Paulo
- administração regional/zona: Guaianazes/Leste
- unidades habitacionais: 3.060 apartamentos, 1.434 casas/embriões
- população estimada: 22.470 habitantes
- equipamentos comunitários
- a) Guarda Civil Metropolitana - Inspetoria
Centro Comunitário
Rua Utaro Kanai, 20
(Guarda Civil Metropolitana)
- b) Escola Municipal de Educação Infantil
Área 8.277,00 m²
Quadra 27B - Lote 01
(Secretaria Municipal de Educação)
- c) Guarda Civil Metropolitana
Centro Comunitário
Avenida Jorge M. Pompilio, 210
(Guarda Civil Metropolitana)
- d) Associação dos Moradores do Jardim São Paulo II
Rua Pedro Seabra, 160
(atividades comunitárias)
- e) Associação Grupo de Mães Novo Amanhecer
Centro Comunitário
Avenida José Higino Neves, 1.624
(guarda mirim)

Conjunto Habitacional Rio Claro

- área do conjunto: 263.061,06 m²
- localização: Avenida Sapopemba
- município: São Paulo
- administração regional/zona: São Mateus/Leste
- unidades habitacionais: 930 casas/embriões em mutirão, 77 lotes urbanizados
- população estimada: 5.035 habitantes
- equipamento social:
Mitra Arquidiocesana de São Paulo
Área 3.240,00 m²
Quadra 46 - Parte Lote 1
(atividades sociais/educativas e culturais)

Conjunto Habitacional Santa Etelvina I/VI-A

- área do conjunto: 1.241.558,44 m²
- localização: Avenida dos Metalúrgicos
- município: São Paulo
- administração regional/zona: Guaianazes/Leste
- unidades habitacionais: 3.760 apartamentos, 1.395 casas/embriões
- população estimada: 25.775 habitantes

· equipamentos sociais:

a) ASSIST

Núcleo Comercial

Avenida dos Metalúrgicos, 1.081

(assessoria de condomínio)

b) Ação Comunitária Senhor Santo Cristo

Centro Comunitário

Rua Santo Izzo, 120

(datilografia / corte e costura / tricô / balé / caratê / capoeira / pintura / reuniões / horta comunitária)

c) ASSETCASP (Associação dos Empregados dos Transportes Coletivos e Anexos de São Paulo

Rua Manoel Moscoso, s/n (Curva do S)

(atividades comunitárias)

d) Posto Policial

Centro Comunitário

Rua Ernesto Gould, 317

(Secretaria dos Negócios de Segurança Pública)

e) IBEAC- Instituto Brasileiro de Estudos Apoio Comunitário Queiroz Filho

Centro Comunitário

Avenida dos Têxteis, 1.050

(oficina de formação profissional)

f) Associação em Defesa da Moradia de Cidade Tiradentes e Adjacências

Avenida dos Têxteis, 580

(reuniões com moradores)

Conjunto Habitacional Santa Etelvina IIA

· área do conjunto: 842.848,00 m²

· localização: Avenida dos Metalúrgicos

· município: São Paulo

· administração regional/zona: Guaianazes/Leste

· unidades habitacionais: 7.024 apartamentos, 417 casas/embriões

· população estimada: 37.205 habitantes

· equipamento social:

Comunidade Batista Evangélica Renovo do Calvário

Quadra 43H - L. 03

Conjunto Habitacional Santa Etelvina II-B1

· área do conjunto: 31.001,00 m²

· localização: Estrada Circular X Estrada São Tiago

· município: São Paulo

· administração regional/zona: Guaianazes/Leste

· unidades habitacionais: 224 apartamentos

· população estimada: 1.120 habitantes

Conjunto Habitacional Santa Etelvina II-B2

· área do conjunto: 74.664,00 m²

· localização: Estrada do Iguatemi X Estrada Circular

- município: São Paulo
- administração regional/zona: Guaianazes/Leste
- unidades habitacionais: 768 apartamentos
- população estimada: 3.840 habitantes

Conjunto Habitacional Santa Etelvina II-B3

- área do conjunto: 49.388,00 m²
- localização: Estrada Circular X Estrada do Iguatemi
- município: São Paulo
- administração regional/zona: Guaianazes/Leste
- unidades habitacionais: 448 apartamentos
- população estimada: 2.240 habitantes

Conjunto Habitacional Santa Etelvina II-B6

- área do conjunto: 74.670,00 m²
- localização: Estrada Santo Inácio e Avenida Souza Ramos
- município: São Paulo
- administração regional/zona: Guaianazes/Leste
- unidades habitacionais: 1.040 apartamentos
- população estimada: 5.200 habitantes

Conjunto Habitacional Santa Etelvina III-A

- área do conjunto: 323.538,11 m²
- localização: Avenida dos Metalúrgicos
- administração regional/zona: Guaianazes/Leste
- unidades habitacionais: 2.080 apartamentos
- população estimada: 10.400 habitantes
- equipamentos sociais:

a) Associação Defensora dos Direitos dos Deficientes Físicos e das Mulheres
Núcleo Comercial

Rua Profeta Jeremias, 93 L 1 e 2

b) Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Cidade Tiradentes

UFACIT

Rua 2E, 96

(jazz / crochê / reuniões de condomínio / curso de flores / esportes / reuniões / horta comunitária)

Conjunto Habitacional Santa Etelvina IV-A

- área do conjunto: 1.002.508,00 m²
- localização: Avenida dos Metalúrgicos
- município: São Paulo
- administração regional/zona: Guaianazes/Leste
- unidades habitacionais: 1.440 apartamentos, 1.263 casas/embriões
- população estimada: 13.515 habitantes
- equipamentos sociais:

a) Ação Comunitária Tiradentes

Centro Comunitário

Avenida dos Gráficos, 382

(centro de juventude / padaria comunitária / horta comunitária / datilografia / capoeira/
oficina de couro / tiquete de leite)

b) Mitra Diocesana São Miguel Paulista

Área 726,44 m²

Lote 01 , QD.20H

(atividades comunitárias)

c) Ação Comunitária Tiradentes

Centro Comunitário

Avenida dos Gráficos, 764

Conjunto Habitacional Santa Etelvina V-A

· área do conjunto: 1.142.032,00 m²

· localização: Avenida dos Metalúrgicos

· município: São Paulo

· administração regional/zona: Guaianazes/Leste

· unidades habitacionais: 936 apartamentos, 688 casas/embriões

· população estimada: 8.120 habitantes

· equipamento social:

Associação Educacional Beneficente A. S. Presbiteriana

Área 531,05 m²

Rua Mário Sobral, 12/QD.34D-L.33

(recreação infantil)

Conjunto Habitacional Santa Etelvina VII

· área do conjunto: 741.580,00 m²

· localização: Avenida dos Têxteis, s/n

· município: São Paulo

· administração regional/zona: Guaianazes/Leste

· unidades habitacionais: 5.088 apartamentos, 154 casas/embriões, 856 lotes urbanizados

· população estimada: 30.490 habitantes

Conjunto Habitacional São Nicolau

· área do conjunto: 122.288,40 m²

· localização: Rua Três Lagoas

· município: São Paulo

· administração regional/zona: Vila Prudente/Leste

· unidades habitacionais: 411 casas/embriões

· população estimada: 2.055 habitantes

Conjunto Habitacional Sítio Conceição

· área do conjunto: 259.000,00 m²

· localização: Avenida Inácio Monteiro, s/n

· município: São Paulo

· administração regional/zona: Guaianazes/Leste

· unidades habitacionais: 576 apartamentos, 502 casas/embriões

· população estimada: 5.390 habitantes

Conjunto Habitacional Sítio dos Franças

- área do conjunto: 43.763,74 m²
- localização: Avenida Minas do Rio Verde
- município: São Paulo
- administração regional/zona: São Mateus/Leste
- unidades habitacionais: 216 lotes urbanizados
- população estimada: 1.080 habitantes

Conjunto Habitacional Teotônio Vilela/Sapopemba

- área do conjunto: 978.473,00 m²
- localização: Avenida Sapopemba, altura do n.º 12.500
- município: São Paulo
- administração regional/zona: Vila Prudente/Leste
- unidades habitacionais: 5.240 apartamentos, 1.748 casas/embriões
- população estimada: 34.940 habitantes
- equipamentos sociais:
 - a) Sociedade Amigos de Bairro do Conjunto Habitacional Jardim Sapopemba
Rua Tibério Fabrianezi, 975
(centro de juventude)
 - b) Grupo de Mães Comunidade Feliz
Centro Comunitário
Rua Francisco Usper, 120
(creche/guarda mirim)
 - c) Associação de Síndicos e Moradores do Conjunto Habitacional Teotônio Vilela
Centro Comunitário
Rua Adolfo Celi, 184
(assessoria a condomínios)
 - d) União de Mulheres
Centro Comunitário
Rua Adolfo Celi, 184
(trabalhos com mulheres e crianças)
 - e) Associação Bom Menino
Quadra 14 - Lote 08
(atividades comunitárias)
 - f) Escola Municipal de Educação Infantil
Centro Comunitário
Rua Esquivel Navarro, 470 A
(Secretaria Municipal de Educação)
 - g) PAS
Centro Comunitário
Avenida Arquiteto Vilanova Artigas, 1.700
(Secretaria Municipal de Saúde)

